

Série Saúde Coletiva e Cooperação Internacional

Albertina Soliani

TUDO SE MOVE, TUDO SE MANTÉM

Vida e política. Quase um balanço para a geração que vem.

CURADORIA DE
Giuseppe Bizzi

editora

redeunida



A **Editora Rede UNIDA** oferece um acervo digital para **acesso aberto** com mais de 200 obras. São publicações relevantes para a educação e o trabalho na saúde. Tem autores clássicos e novos, com acesso **gratuito** às publicações. Os custos de manutenção são cobertos solidariamente por parceiros e doações.

Para a sustentabilidade da **Editora Rede UNIDA**, precisamos de doações. Ajude a manter a Editora! Participe da campanha «e-livro, e-livre», de financiamento colaborativo.

Acesse a página
<https://editora.redeunida.org.br/quero-apoiar/>
e faça sua doação

Com sua colaboração, seguiremos compartilhando conhecimento e lançando novos autores e autoras, para o fortalecimento da educação e do trabalho no SUS, e para a defesa das vidas de todos e todas.

Acesse a Biblioteca Digital da Editora Rede UNIDA
<https://editora.redeunida.org.br/>

E lembre-se: compartilhe os links das publicações, não os arquivos. Atualizamos o acervo com versões corrigidas e atualizadas e nosso contador de acessos é o marcador da avaliação do impacto da Editora. Ajude a divulgar essa ideia.

editora.redeunida.org.br



CURADORIA
Giuseppe Bizzi

Série Saúde Coletiva e Cooperação Internacional

Albertina Soliani
**TUDO SE MOVE,
TUDO SE MANTÉM**

Vida e política. Quase um balanço para a geração que vem.

1ª Edição
Porto Alegre
2024



Coordenador Geral da Associação Rede UNIDA

Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial

Editor-Chefe: **Alcindo Antônio Ferla**

Editores Associados: **Carlos Alberto Severo García Júnior, Daniela Dallegrave, Denise Bueno, Fabiana Mânica Martins, Frederico Viana Machado, Jacks Soratto, João Batista de Oliveira Junior, Júlio César Schweickardt, Károl Veiga Cabral, Márcia Fernanda Mello Mendes, Márcio Mariath Belloc, Maria das Graças Alves Pereira, Quelen Tanize Alves da Silva, Ricardo Burg Ceccim, Roger Flores Cecon, Stephany Yolanda Ril, Vanessa Iribarrem Avena Miranda, Virginia de Menezes Portes.**

Conselho Editorial

Adriane Pires Batiston (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil);
Alcindo Antônio Ferla (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);
Àngel Martínez-Hernández (Universitat Rovira i Virgili, Espanha);
Angelo Stefanini (Università di Bologna, Itália);
Ardigó Martino (Università di Bologna, Itália);
Berta Paz Lorido (Universitat de les Illes Balears, Espanha);
Celia Beatriz Iriart (University of New Mexico, Estados Unidos da América);
Denise Bueno (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);
Emerson Elias Merhy (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil);
Érica Rosalba Mallmann Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);
Francisca Valda Silva de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil);
Héider Aurélio Pinto (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil);
Izabella Barison Matos (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil);
Jacks Soratto (Universidade do Extremo Sul Catarinense);
João Henrique Lara do Amaral (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil);
Júlio Cesar Schweickardt (Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil);
Laura Camargo Macruz Feuerwerker (Universidade de São Paulo, Brasil);
Leonardo Federico (Universidad Nacional de Lanús, Argentina);
Lisiane Bóer Possa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil);
Luciano Bezerra Gomes (Universidade Federal da Paraíba, Brasil);
Mara Lisiane dos Santos (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil);
Márcia Regina Cardoso Torres (Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil);
Marco Akerman (Universidade de São Paulo, Brasil);
Maria Augusta Nicoli (Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale dell'Emilia-Romagna, Itália);
Maria das Graças Alves Pereira (Instituto Federal do Acre, Brasil);
Maria Luiza Jaeger (Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil);
Maria Rocineide Ferreira da Silva (Universidade Estadual do Ceará, Brasil);
Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira (Universidade Federal do Pará, Brasil);
Priscilla Viégas Barreto de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco);
Quelen Tanize Alves da Silva (Grupo Hospitalar Conceição, Brasil);
Ricardo Burg Ceccim (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);
Rossana Staevie Baduy (Universidade Estadual de Londrina, Brasil);
Sara Donetto (King's College London, Inglaterra);
Sueli Terezinha Goi Barrios (Associação Rede Unida, Brasil);
Túlio Batista Franco (Universidade Federal Fluminense, Brasil);
Vanderléia Laodete Pulga (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil);
Vanessa Iribarrem Avena Miranda (Universidade do Extremo Sul Catarinense/Brasil);
Vera Lucia Kodjaoglanian (Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde/LAIS/UFRN, Brasil);
Vincenza Pellegrini (Università di Parma, Itália).

Comissão Executiva Editorial

Alana Santos de Souza

Jaqueline Miotto Guarnieri

Camila Fontana Roman

Revisão

Carla Cristina Dias Indalécio

Capa | Projeto Gráfico | Diagramação

Lucia Pouchain

Esta edição foi traduzida da versão original publicada em 2013 pela Edizioni Diabasis, quarta reimpressão de 2020.

A tradução foi feita por Alessandra Amelia Allegri e a revisão da tradução foi feita por Alcindo Antônio Ferla, Maria Augusta Nicoli e Ricardo Burg Ceccim.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A334

Albertina Soliani: Tudo se move, tudo se mantém - Vida e política. Quase um balanço para a geração que vem. /Organizador: Giuseppe Bizzi. - 1. ed. -- Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2024. Unida, 2024.

229 p. (Série Saúde Coletiva e Cooperação Internacional, v.20).

E-book: 2.80 Mb; PDF

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5462-143-4

DOI: 10.18310/9786554621434

1. Albertina Soliani. 2. Política. 3. Biografia. I. Título. II. Assunto.

NLM WZ 100-150

CDU 929

Catálogo elaborada pela bibliotecária Alana Santos de Souza - CRB 10/2738

Todos os direitos desta edição reservados à Associação Rede UNIDA
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre - RS. Fone: (51) 3391-1252

www.redeunida.org.br





Sumário

Apresentação à edição brasileira A vida é política em movimento, assim mesmo, no feminino, mesmo quando tudo parece se manter: apresentando a edição brasileira do livro de Albertina Soliani	9
<i>Alcindo Antônio Ferla, Maria Augusta Nicoli</i>	
Com a virtude da esperança.....	14
<i>Romano Prodi</i>	
Nota do Curador.....	17
<i>Giuseppe Bizzi</i>	
Tudo se move, tudo se mantém Vida e política. Quase um balanço para a geração que vem	18
Na pobreza, o futuro	19
Mulheres decididas e decisivas	21
Com o Concílio, dentro da História	25
Rumo ao compromisso político, com as mulheres	29
Na escola, o tesouro	35
A igualdade de oportunidades na sociedade e nas instituições	39
A vitória de Berlusconi	43
Em direção ao Ulivo, sempre um passo adiante. Para unir	45
Ao governo do meu País.....	50
A primeira queda de Prodi. Com os Democratas e a Margherita	55
No Senado: resistir a Berlusconi.....	57
Os vinte meses do governo Prodi: no Senado com Rita Levi Montalcini. Nasce o Partido Democrata	59
A crise, o governo Monti, meu trabalho em uma legislatura de falência.....	63
O meu território: atravessar os confins	72
A minha cidade: Parma	81

A Europa. E o mundo	84
Resistência, Constituição, Democracia: o senso de comprometimento político.....	91
Amigas em Roma	100
Encontrei a Birmânia	103
Espiritualidade e política	113
Sentinela, quanto tempo resta da noite?	120
O tempo à nossa frente	124
Cartas aos amigos.....	133
Carta da Birmânia	181
Relatório de atividades parlamentares (2001-2013)	185
Pedidos de informação:.....	185
Moções	193
Agradecimentos.....	195
As nossas noitadas de amizade e democracia.....	196
<i>Sandra Zampa</i>	
Aqueles caminhos comuns.....	201
<i>Vanna Iori</i>	
Apostila	205
Myanmar: os cinco desafios de Aung San Suu Kyi.....	205
Uma política espiritual.....	225
Bibliografia italiana	227
Albertina Soliani.....	229

Apresentação à edição brasileira:

A vida é política em movimento, assim mesmo, no feminino, mesmo quando tudo parece se manter: apresentando a edição brasileira do livro de Albertina Soliani

Alcindo Antônio Ferla
Maria Augusta Nicoli

Não temos palavras para agradecer à generosa oferta da nossa amiga Albertina Soliani para publicar em edição aberta no idioma português o seu livro “Tudo se move, tudo se mantém. Vida e política. Quase um balanço para a geração que vem”. A publicação nos honra e à Editora Rede Unida.

Em primeiro lugar porque atribuir o adjetivo generosa a todas as coisas que envolvem a vida dessa mulher que não cansa de lutar por mundos mais justos e democráticos, que fez da sua vida essa luta, é um pleonasma. Ou seja, faltam palavras já que as palavras se repetem, quando se fala de uma vida radicalmente generosa.

Mas também porque o livro é uma narrativa muito preciosa e precisa do cotidiano do nosso tempo, em que a democracia vai sendo asfixiada por práticas políticas autoritárias e centradas na exploração do trabalho e na hierarquização das vidas. Albertina, de formação clássica, erudita, docente da escola básica na margem do Rio Po e conectada com as questões que são centrais para a democracia no mundo, nos presenteia com pequenos textos muito densos e mobilizadores. Como no percurso do rio, as águas se renovam, mas o rio permanece aí. Tudo se move, tudo se mantém. A democracia se renova por dentro, com novas ideias e novos personagens, mas é uma pilastra para a liberdade e o necessário pacto civilizatório.

Romano Prodi, o Primeiro-Ministro da Itália em dois períodos distintos (1996 a 1998 / 2006 a 2008) e Presidente da Comissão Europeia (1999 a 2004),

que prefaciou a edição italiana, utilizou-se de termos muito precisos para falar do que Albertina representa: referência como política e como expressão ética para toda uma geração. A geração que está vindo se beneficia da intensidade do percurso descrito nas crônicas e cartas que compõem o livro. O político e pensador italiano destaca que a capacidade de Albertina de compreender as pessoas nos seus sentimentos e comportamentos de amizade e solidariedade amalgamou sua trajetória docente, sua formação profissional, sua carreira política na Itália e seu papel em diferentes países, dos quais se destaca a aliança forte Armênia e Myanmar, onde amalgamou uma amizade muito forte com Aung San Suu Kyi, pacifista que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1991 e que atualmente está presa no seu país, novamente dominado por um regime militar. Tudo se move, tudo se mantém ...

Reconhecer seu percurso e suas atividades não parece suficiente para apresentar o livro e, tampouco, o percurso de Albertina. Suspeitamos, não houve na organização do livro e da produção de cada um dos textos que o compõe qualquer pretensão de reconhecimento: vida e política, vida é política, e cada registro do livro é quase um balanço para a geração que vem. A própria autora nos dá a senha para compreender as pequenas crônicas de questões cotidianas. Albertina escolheu dizer o que precisa ser dito, para fazer movimentos! Mas respeitando a institucionalidade e os ritos da democracia.

O livro é composto de pequenos textos analíticos sobre temas do cotidiano de uma Itália em ebulição, que se constitui na relação com os demais países da Europa e, também, com rizomas que se espalham pelo mundo. Mas falam de um modo de ser italiano que nasceu e se fez *partigiani*, essa expressão que não conseguimos traduzir, que fala de um modo de existir e de lutar, inserção no sistema produtivo e ativismo ao mesmo tempo. Crônicas do cotidiano e cartas a amigos. Não se pode viver uma vida intensa no cotidiano, como Albertina e tantos outros italianos, inclusive aqueles que migraram para o Brasil em busca de trabalho e melhores condições de vida, e conviver com as asfixias à democracia do nosso tempo. O ativismo libertário é necessário e precisa ser ativado aqui e acolá, na sala de aula e no parlamento, na ação de governo e no coração dos partidos.

O termo *partigiano* fala de uma cultura italiana que nasce no campo, no confronto entre uma produção que alimenta o corpo e a alma, em uma sequência de transições que colocam com muita intensidade temas como feminismos, sustentabilidade, política, democracia e exercício da cidadania. Não como conceitos e teorias abstratos e que flutuam sobre o cotidiano, mas como vivências. É o corpo que mostra suas marcas no texto. E essa intensidade é visível e possível de ser sentida: “Nestas páginas vocês encontrarão muita coisa, mas procurem os rostos. Ali está a chave de entrada”, como diz o curador do livro original, em italiano, Giuseppe Bizzi.

Há um intenso cheiro e o expressivo gosto da boa política nos textos de Albertina. Como ela mesma diz “Comecei a fazer política quando, no coração e na mente, senti o irreprimível compromisso para com os outros, na dimensão secular da polis, da vida civil e institucional. Ali vivem a liberdade, a solidariedade, a justiça, a paz, como constitutivas da vida das pessoas e dos povos”. A boa política permite a irrupção das vidas e a intensidade da vida chama a boa política. Nesse caso, uma política tinta de vermelho, da luta pela democracia, e com um senso de justiça universal, da formação católica, mas de um catolicismo militante. A radicalidade com que a democracia precisa ser vivida não permite omissão e é no plano da política que a participação se expressa. As crônicas cotidianas e as cartas aos amigos apontam uma dimensão translocal da política: o combate aos fascismos e a defesa da democracia atravessam fronteiras, oceanos e continentes. O livro mostra um internacionalismo não colonialista, mas, ao contrário, libertário. Mostra também uma política que se produz nos encontros “Porque é nos relacionamentos e nas conexões que achei o sentido da minha vida pessoal e política, e a cada dia a sua novidade”. A ação política, que encontra a produção ancestral, a ética das vidas, o contexto e os desafios do cotidiano, a ideia da paz como amálgama dos valores que precisam ser mantidos, produz a si e o mundo.

A edição brasileira do livro também foi resultado de um encontro. Foi numa visita ao Instituto Alcide Cervi (www.istitutocervi.it/), dirigido por Albertina, em fevereiro de 2024, que a ideia da tradução tomou forma. E chega

em julho do mesmo ano, na edição brasileira do Laboratório Italo-Brasileiro de Formação, Pesquisa e Práticas em Saúde Coletiva, que acontece integrada à 16ª edição do Congresso Internacional da Rede Unida, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, estado devastado pelas fortes chuvas do final do mês de abril. A produção do livro compartilha o senso de urgência no *fazer o que precisa ser feito*. No Instituto Cervi revisitamos a história de luta contra o fascismo na Itália, que, em meados da década de 1940, mobilizou a resistência da Família Cervi, com forte liderança da matriarca. Resistência em nome da liberdade de expressar-se, de produzir de forma sustentável, de organizar a vida coletiva em formas mais generosas e inclusivas, com o olhar no mundo. Chegamos ao Brasil num período de renascimento da democracia, em que se pode sonhar outra vez com uma vida melhor e mais justa. No tempo de mudar as asfixias que incidem nas vidas de pessoas e grupos, mas de reconstruir as institucionalidades que lastreiam o processo civilizatório. Bem, o sonho de uma vida melhor e mais justa foi, exatamente, a motivação dos ancestrais italianos que cruzaram os mares para chegar ao Brasil.

O agradecimento à Albertina é também por permitir olhar a história e a ancestralidade como produção de uma vida em liberdade e com uma constante sementeira de democracia. O patriarca da família Cervi, findo o cerimonial de sepultamento dos corpos dos filhos assassinados pelo regime fascista e até então depositados em valas não identificadas, diz que depois de uma colheita, vem outra, mas que é preciso revolver a terra e semear. As ideias que Albertina nos traz aqui são sementes. Esperamos que cheguem em solo fértil e bem cuidado. Que a vida precisa da democracia renovada e forte. E a ancestralidade é um bom fertilizante para nutrir o solo. Tantos substantivos femininos aqui são complementos para falar de uma democracia fértil.

O texto que chega às mãos dos leitores brasileiros foi traduzido da quarta edição italiana, de dezembro de 2020, publicado pela Edições Diabasis, a quem também agradecemos a possibilidade de deixar a edição brasileira em acesso aberto. A tradução, cuidadosa e precisa, foi feita pela querida

Alessandra Amelia Allegri, também uma *partigiana* mas piemontesa, que nos acompanha há tempos.

Boa leitura a todas as pessoas que chegaram ao livro e àquelas cujas ideias nele contidas, como nas histórias contadas por Genoeffa Cocconi, a *mamma* Cervi, aos filhos e pessoas próximas, produzir esperançamento. Albertina pertence a essa natureza de pessoas que conta histórias e encanta para ativar movimentos e adiar o fim do mundo, para que as vidas se mantenham.

Com a virtude da esperança

Romano Prodi

Os ideais que Albertina perseguiu e os objetivos que alcançou são o resultado do esforço, da simplicidade e da absoluta coerência com os seus próprios princípios. Uma vida de início difícil (filha órfã de pai num ambiente certamente não promissor) transformou-se, com o passar dos anos, numa conquista progressiva não só de um forte papel político, mas de um papel de referência ética para uma grande comunidade.

É evidente que isso só pode acontecer na presença de fortes dons naturais, dos quais são a prova desempenhos escolares tão positivos que a levam para um currículo escolar completamente incomum para as circunstâncias em que vivia. Os seus dons naturais, aliados a uma vontade de ferro, são, no entanto, suficientes para construir uma carreira, mas não para se tornarem um ponto de referência para outros.

Isto requer outras virtudes que, embora permanecendo ocultas pela modéstia da narração, emergem da simples leitura destas páginas.

A primeira habilidade é compreender o outro nos seus sentimentos e comportamentos mais básicos de solidariedade e amizade, amar quem lhe esteve próximo nos momentos mais difíceis e ter sempre uma atitude positiva em relação aos outros. Em toda a sua atuação como professora, como diretora, como política, é como se Albertina quisesse resgatar o sentimento de afeto e solidariedade que lhe foi dedicado pela comunidade em que viveu na infância e na adolescência.

Destes sentimentos emergem as suas reflexões sobre o papel de agregação, de pacificação e de solidariedade que a coalizão do Ulivo poderia ter trazido ao país se um ambiente tão hostil não tivesse sido construído em torno dela. Nas páginas deste livro, transparece naturalmente o esforço para

traduzir num plano político a solidariedade espontânea que acompanhou o seu crescimento material e intelectual.

Um projeto que se havia naturalmente construído e fortalecido nos lugares clássicos de formação do mundo católico atento à política: num lado a paróquia e, no outro, a Democracia Cristã, à qual se juntou um campo de formação especial, ou seja, a Universidade Católica de Milão. Tudo na particular fermentação do mundo católico que se construiu durante os anos do Concílio e que depois diminuiu progressivamente de intensidade ao longo do tempo.

Os estudos universitários foram, portanto, acompanhados pela leitura de uma literatura católica vivaz e exigente, às vezes talvez radical, porém extraordinariamente importante na formação de consciências coerentes e robustas. Consciências preparadas para acompanhar um rigor ético necessário com um profundo conteúdo de laicidade na política. Estou falando de revistas como «Il Gallo», «Il Regno» ou «Testimonianze», em torno das quais se debatiam os problemas fundamentais da sociedade num clima de pluralismo, de liberdade, mas também de quase certeza de que as coisas iriam melhorar e que iríamos então viver numa sociedade de maiores oportunidades, não apenas de caráter material, mas sobretudo de caráter espiritual.

A estas revistas, as quais eu também li durante muito tempo e que talvez possam dar a impressão de um catolicismo algo provinciano, juntaram-se, no entanto, as contribuições de além dos Alpes, entre as quais emergem os dois gigantes da reflexão religiosa germânica, ou seja, Bonhoeffer e Guardini. Um pensador protestante e um pensador católico, que talvez mais do que outros influenciaram aqueles que em toda a Europa se dedicaram à política, ao mesmo tempo atentos às temáticas de cunho religioso.

Causa-me uma certa impressão lembrar que estes mestres do pensamento foram os mesmos sobre quem pude falar com o Chanceler Kohl quando tínhamos a oportunidade de ir além dos problemas persistentes da política quotidiana. Lembro-me de como se referia sobretudo a Guardini, precisamente porque este grande pensador baseava as suas reflexões nas virtudes teológicas e, entre estas, sobretudo na esperança.

Apostas na esperança, Albertina Soliani tem feito muitas, trabalhando pela melhoria da escolaridade obrigatória, do sistema prisional e do sistema nacional de saúde, sempre com aquele compromisso ético que é fruto direto do seu processo formativo.

Diante de tudo isso, entendemos como os seus últimos anos de compromisso parlamentar foram extremamente difíceis para ela, a ponto de serem definidos como verdadeiros anos sombrios, em que foram colocados em xeque até os valores fundamentais que estão na base da nossa Constituição.

Este profundo pessimismo estende-se também ao julgamento dos resultados das eleições de 2013, relativamente aos quais o comentário, completamente explícito, é que a cultura do individualismo ainda prevalece e que uma alternativa ao fechamento existente ainda está longe de poder ser construída.

Talvez também por esta razão Albertina tenha acentuado a sua atenção para o estrangeiro nos últimos anos, escolhendo naturalmente países onde os direitos civis foram particularmente espezinhados. A preferência dirige-se à Armênia e à Birmânia, na pessoa de Aung San Suu Kyi, com quem estabeleceu uma verdadeira amizade. Em última análise, a dignidade da política pode ser defendida tanto no país como no estrangeiro. E, dado que Albertina baseia todas as suas ações na virtude da esperança, penso que, no fundo do seu coração, ela não desanima em poder voltar a trabalhar de forma útil para o bem da Itália.

(Romano Prodi é político e economista italiano, líder do Partido Democrático. Primeiro-Ministro da Itália nos períodos 1996 a 1998 e 2006 a 2008. Presidente da Comissão Europeia no período de 1999 a 2004)

Nota do Curador

Existem títulos que seguem os livros. Outros que os precedem. Mais do que isso, eles os arrastam em sua escrita. *Tudo se move, tudo se mantém* está entre estes. São expressões verbais típicas de Albertina porque falam da sua profunda estrutura de caráter e pensamento. É como o rio Po que atravessa a sua terra e seu colégio eleitoral. À medida que flui, mantém tudo consigo.

Assim é nesta história da sua vida, pessoal e pública: dentro das coisas, entre as pessoas. Sabendo que o que move a história são os homens e as mulheres que aceitam participar das mudanças e das relações. Nenhuma ideia ou identidade pode ser fecunda na estaticidade.

É por isso que Albertina escreve que ama estar nas fronteiras, desde que sejam lugares para viver e não linhas para fortificar. E então descobrimos que existem fios tênues e muito fortes que, mesmo depois de anos e quilômetros, atravessam fronteiras e mantêm misteriosamente unidos aqueles que, com o mesmo espírito, trabalham pela mudança na Igreja, na política, na escola. “Entendi então que para mudar o mundo era preciso estar lá”, escreveu minha amiga Tina Anselmi. De Boretto a Roma, da Birmânia à Itália.

Frequentei o ensino fundamental na Escola Pilo Albertelli, e “a Albertina” - como a chamavam, com o artigo - era minha diretora. Tive um professor muito bom, mas com uma vida marcada e uma mente frágil. Aplicar regulamentos teria sido muito mais fácil do que acompanhar. Albertina acompanhou, buscando a colaboração dos pais. E a professora nos levou para a quinta série, preparadíssimos. Foi sua última classe, mas conseguiu chegar até o fim. Juntos.

Nestas páginas vocês encontrarão muita coisa, mas procurem os rostos. Ali está a chave de entrada.

Giuseppe Bizzi

Tudo se move, tudo se mantém

Vida e política. Quase um balanço para a geração que vem

*A minha Mãe
em quem tudo começou,
à minha gente
que me guardou,
a Aung San Suu Kyi, uma vida pela democracia*

Para quem é responsável, a pergunta final não é:
como me saio heroicamente nesta questão, mas:
qual poderá ser a vida da próxima geração?

Dietrich Bonhoeffer, *Resistência e rendição*

Na pobreza, o futuro

Sua vida encontra a política quando você vivencia uma comunidade que o acolhe. Aconteceu comigo quando eu tinha cinco anos, na noite de Natal de 1949. E eu me lembro disso.

No teatrinho paroquial de Boretto fui escolhida para interpretar o menino Jesus no presépio, primeiro deitada e depois em pé, abençoando, entre dois anjos.

Ainda me lembro dos ensaios no chão do jardim de infância da minha cidade, com as freiras “Filhas do Oratório” que acompanharam com carinho minha infância e adolescência.

Eu, uma garotinha; principalmente eu, uma filha sem pai. Uma condição que, segundo a mentalidade da época, poderia levar à marginalização, especialmente numa pequena cidade. Em vez disso, experimentei a solidariedade que constrói igualdade e oportunidades.

Celebramos assim, com a sabedoria e a concretude do povo, a Encarnação de Deus. Traduzimos assim, nas nossas histórias, o artigo 3º da Constituição italiana, que entrou em vigor há dois anos: “Todos os cidadãos têm igual dignidade social e são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, língua, religião, opiniões políticas, condições pessoais e sociais. É dever da República remover os obstáculos econômicos e sociais que, ao limitarem efetivamente a liberdade e a igualdade dos cidadãos, impedem o pleno desenvolvimento da pessoa humana e a participação efetiva de todos os trabalhadores na organização política, econômica e social do país”. Remover obstáculos, um compromisso que vale uma vida.

Da minha infância pobre e digna, como a de muitos naqueles anos, da minha pré-adolescência cheia de inquietudes e sonhos de futuro, carrego comigo uma gratidão sem fim. Para com o povo do meu país; pelos campos e árvores à sombra das quais pensei nos meus primeiros poemas; pelos pores-

do-sol sobre o Pó, cada um diferente do outro, que descobri pedalando no talude e que descrevi nos meus ensaios; para os transportadores de terra com seus carrinhos de mão para quem levei água quando cavavam o canal de drenagem; pelos mortos, jovens e velhos, que acompanhei ao cemitério.

Na pobreza a vida está toda à sua frente, você a busca com paixão, o futuro é sempre melhor que o presente e que o passado. Assim, a pobreza torna-se um valor se nos leva a dar o melhor de nós mesmos, a compreender o significado dos obstáculos, a ter esperança no que virá depois. E aqueles eram os anos de reconstrução depois da guerra.

Em casa não havia nenhum livro, apenas aquele, incompleto, um pouco rasgado pelas minhas mãos de criança, que minha mãe usara na escola primária, e minha cartilha. Quando chegou a televisão, com o programa Desiste ou Dobra? íamos até os vizinhos mais prósperos. E poucas raras vezes ao cinema, principalmente para filmes históricos: assim justificava o gasto e convencia minha mãe.

Em 1951, em 14 de novembro, o rio Po transbordou. A água chegou do sul, do afluente Crostolo, desviada para evitar um desastre. Lembro-me da noite anterior na beira do rio: o enorme Po, a escuridão da noite, o ônibus que recolheu crianças e idosos e nos levou para Reggio Emilia. Minha mãe não, ela ficou lá em cima, na parte da casa que tínhamos, por quarenta dias no frio, sem luz. Todos os dias ia de barco cuidar da vaca e do burro, abrigados no primeiro andar de um armazém industrial.

Uma roseira na parede da casa continuava a florescer, mesmo com um metro e meio de água. A solidariedade na necessidade: este é um *País*.

Mulheres decididas e decisivas

Eu cresci com minha mãe, Isotta, e minha avó, Erminia. Me sinto dentro dessa corrente feminina, na minha história pessoal, na grande história das mulheres. Minha avó morreu quando eu tinha onze anos. Ela havia estudado só até o segundo ano primário e olhando para mim disse: «*Ag tirom fōra 'na maestrina (e agora vamos ter uma professorinha)*». Ela havia adivinhado meu caminho, enquanto juntas íamos em direção aos campos, caminhando pela poeirenta rua Goletto.

Talvez minha mãe se lembrasse dessas palavras quando defendeu minha escolha de cursar o mestrado em Parma, embora poucos em Boretto entendessem por que ela não preferia para mim a escola profissional que então se abria na cidade e um futuro de “camiseira” mais próximo e rentável.

Minha mãe quis me dar, à custa de grandes sacrifícios, o que lhe foi negado: ela sabia que a educação é tudo. Ela havia parado de estudar na quinta série por motivos econômicos e aos onze anos já trabalhava para uma família da aldeia. Depois trabalhou no campo e na fábrica, foi lavadeira em domicílio. Sempre esteve aberta a novidades: experimentou o cultivo do fumo no nosso pequeno terreno alugado. Lembro-me da casa cheia de varas compridas, com as folhas penduradas para secar, que provocavam espirros constantes.

Quando ela ia trabalhar, eu ficava na casa dos vizinhos da rua Colombana. Gente solidária aquela do vilarejo, que acreditava no futuro da Itália. Contribuí para a sua construção com o seu esforço cotidiano nas casas, nos campos da Baixa, no trabalho doméstico trazido das fábricas de malhas de Carpi. Meus vizinhos eram pescadores de Mantova, partiam antes do amanhecer e traziam para o pátio também esturjões. Agora, em sua casa mora uma família de indianos.

Foi aí, na minha cidade, que a política começou a envolver-me e a fascinar-me desde logo. Política: a força coletiva que pode transformar

a vida das pessoas. Superar as desigualdades, garantir a justiça, oferecer oportunidades de felicidade.

A minha oportunidade passava pela escola secundária de Brescello, aonde cheguei após o exame de admissão. Tinha me preparado, quase gratuitamente, uma professora de Santa Croce: Rina Gialdini. Me lembro que estudávamos ao ar livre, no jardim. Depois foi a vez do Instituto de Professores de Parma, escolhido por ser o curso mais curto, dadas as dificuldades econômicas.

Eu me sentia acompanhada: pela previsão da minha avó, pela determinação da minha mãe, pelo incentivo de Gianna Minardi Lombardo, minha professora de italiano na escola secundária de Brescello, aonde ela chegava todos os dias desde Parma. Lembro-me dela como um dos pilares da minha vida. Ainda a encontro atualmente, com alegria.

Quando passei pela primeira vez pelo portão da escola, na rua Macedonio Melloni, foi como se elas também estivessem ali comigo. E as suas mães e as suas avós e todas as gerações de mulheres que as precederam no seu desejo de aprender.

Encontrar bons professores é uma grande oportunidade na vida. São os professores que fazem a Itália. Em Boretto minha professora, Ebe Becchi, era conhecida por sua severidade. No início da década de 1950, os programas do ensino fundamental eram aqueles emprestados dos americanos em 1945. Dewey e a escola ativa eram sua força motriz. Educação ambiental em primeiro plano, ante litteram.

O ensino médio em Brescello já era uma garantia: uma equipe de professores de reconhecida competência e humanidade, de Ennio Cabrini a Pietro e Ines Tagliavini, e depois o pintor de Reggio Emilia, Marco Gerra. No curso pré-universitário conheci a geração antifascista de Parma: Armando Barone, Arrigo Dedali e Elena Mauri, uma professora de francês muito querida. No final da década de 1950, a reconstrução da escola deu forma aos fundamentos culturais e morais que garantiriam à Itália um futuro democrático e uma preparação séria para as profissões.

Mais uma vez uma mulher, Carmela Dagnino, marcou profundamente a minha formação e minhas escolhas subsequentes. Lecionou estágios para professores e era irmã de Dom Raffaele, histórico pároco de San Giuseppe, igreja na margem oposta do rio Parma.

Foram anos intensos e desafiadores, com episódios carregados de futuro. Como quando uma de minhas dissertações foi escolhida para representar todo o instituto num concurso sobre a Europa. Poucos anos antes, em 1957, haviam sido assinados os “Tratados de Roma” que fundavam a Comunidade Europeia. Lembro-me que fui chamada na sala do diretor, o professor Alfredo Saloni, para recopiar a redação.

Ele ao meu lado, foi um momento solene.

A contemporaneidade e a história entraram na escola, com seus profundos significados, com seus valores duradouros. Muitos anos depois, participei da Comissão do Senado para as Políticas da União Europeia. Na época eu nunca teria pensado em vivenciar a nível institucional a ideia da Europa sobre a qual escrevi nessa redação: a política realmente permite aventuras maravilhosas, mesmo para quem não tem recursos. E proporciona à vida linhas fortes e coerências profundas.

No almoço, comia um sanduíche nas “Filhas da Cruz”: era a compensação pelas roupas passadas por minha mãe, que cada noite eu levava para os clientes.

E frequentemente sacrificava meu sanduíche para comprar os livros da Biblioteca Universal Rizzoli: entre as primeiras compras, as tragédias de Shakespeare e a autobiografia de Verdi extraída de suas cartas. Uma lembrança que levei comigo, cinquenta anos depois, quando apresentei no Senado e levei à aprovação da lei para as comemorações do bicentenário do nascimento do Maestro.

Dagnino me encaminhou para os cursos de verão da editora “La Scuola” de Brescia, onde conheci o grupo de pedagogos cristãos, de Marco Agosti a Mario Cattaneo, de Vittorino Chizzolini a Angelo Colombo. Aquele foi um treinamento importante para me preparar para a profissão e para a vida civil e política, para compreender a importância da escola para a construção das pessoas, da comunidade, de um país democrático.

Os anos da adolescência me levaram também a fazer, por quarenta dias no verão, a experiência de trabalhar em uma fábrica. Era uma forma de cobrir os custos do estudo. Foi uma experiência extraordinária de vida, de esforço, de solidariedade.

Se trabalhava com os tomates, que também plantei com minha mãe.

Na juventude, conhecer o trabalho é tão educativo quanto estudar.

Com o Concílio, dentro da História

Terminado o curso superior, precisava escolher a universidade: o que fazer? Os custos eram caros, impossíveis para minha mãe. Naqueles meses, o governo de centro-esquerda de Amintore Fanfani decidiu, aplicando o artigo 34 da nossa Constituição, atribuir um pré-salário mensal aos “merecedores e sem meios” que se matriculassem na universidade. Tentamos a façanha, apesar da incerteza. Pelo menos estava começando.

Não tive dúvidas quanto à faculdade: pedagogia. Em Bolonha ou na Católica de Milão? Preferi esta última, porque acreditava que oferecia a possibilidade de uma experiência mais aberta e livre. Pude contar com o incentivo, para mim muito importante, de Carmela Dagnino.

Quando fui até o pároco da minha cidade para buscar a certidão de batismo necessária para a inscrição, descobri que me haviam batizado não na igreja paroquial, mas na capela do lar de idosos. Mas o perfil dos meus primeiros dezoito anos, escrito por Monsenhor Iginio Artoni, deve ter sido uma boa apresentação. Durante um ano recebi o pré-salário; nesse meio tempo fui chamada à escola para suplências anuais, fui dar aulas e o pré-salário obviamente terminou.

Uma geração, a minha, que recebeu da política grandes oportunidades: a possibilidade, com menos de vinte anos, de estudar e trabalhar. Hoje isto é um sonho, ontem era a realidade que dava esperança aos sonhos dos jovens. Durante toda a minha vida trabalhei para garantir que a nova geração encontrasse na escola as suas oportunidades.

Minha tese de graduação, vários anos depois, foi sobre Angelo Colombo, educador, e sobre o Grupo de ação pelas “Escolas do Povo” do início do século XX, com pioneiros como Sibilla Aleramo, Adelaide Coari, Tommaso Gallarati Scotti. A Itália que se resgata com a educação, no Norte e no Sul, no Agro Pontino.

O combate ao analfabetismo que nasce da sociedade civil, dos professores e da cultura, como primeiro compromisso pela nação.

A longa temporada na Católica me fez encontrar professores que nos acompanharam no encerramento de uma época rumo a uma nova estação. Eu seguia as aulas lotadas de um jovem Francesco Alberoni, e dos professores de pedagogia Mario Casotti e Aldo Agazzi, dos filósofos Emanuele Severino e Giovanni Reale, e de uma jovem e brilhante Lidia Menapace que, na época, também nos formou no Movimento de Mulheres da DC. Giuseppe Lazzati, o reitor, era uma referência para todos nós. Escrevi uma carta para ele depois de ver a presença da polícia nos corredores da Universidade durante as ocupações estudantis.

Foi uma época de deslocamentos, relacionamentos, experiências. Vivi os anos de protesto, 1968, e depois a estratégia de tensão e o massacre da Piazza Fontana. Não longe de mim estava a memória direta dos riscos que a democracia pode correr. Lembro-me do dia 7 de julho de 1960, quando a polícia disparou na praça de Reggio Emilia e cinco pessoas morreram. Eu estava no jardim de casa, ao anoitecer, e um homem que passava de bicicleta gritava a notícia como se a democracia tivesse morrido.

Em Milão, quando tinha alguns momentos livres, ia à Piazza del Duomo. Visitava o túmulo do cardeal Andrea Ferrari, de Parma e ex-bispo de Guastalla, e dava uma olhada nos novos livros. Numa quinta-feira de maio de 1967, numa vitrine da Galeria Vittorio Emanuele, vi a Carta a uma professora da Escola de Barbiana. Li o livro com avidez no trem e na manhã seguinte o enviei à minha querida professora Dagnino.

Dom Lorenzo Milani mudou as nossas vidas e as categorias com que olhávamos a sociedade e a escola. Como o padre Ernesto Balducci, que quando me tornei diretora didática convidei para falar no Colégio de Professores: ele nos lembrou da necessidade de educar para o pensamento crítico. Referências da minha formação pedagógica, como Mario Lodi, que a professora Dagnino nos levou para conhecer na escola de Vho de Piadena em 1962. Conheci de perto as ideias e experiências que mudariam a nossa cultura, pedagógica e muito além.

Este era o ar que você respirava em Milão. Ia à cidade de trem e, todas as vezes, em San Donato, olhava para o prédio da ENI, projetado por Marcello Nizzoli, o grande designer do século XX de Boretto, criador da “Lettera 22” da Olivetti. Lembrava a planta octogonal do Batistério de Parma. E depois houve Boretto, onde eu continuava com meu compromisso, entre a paróquia - eu era a delegada das aspirantes da Ação Católica - e política, com a minha militância na Democracia Cristã. Boretto foi o único município da região inferior de Reggio governado por um conselho cívico de centro, liderado pelo maestro Stefano Verzellesi. Lembro-me que nos encontrávamos frequentemente para discutir os problemas do país; com a formação das listas, senti as primeiras tensões da política.

Milão, Boretto: duas realidades tão diferentes que viviam o mesmo clima de mudança e de diálogo. Amadureci a convicção, nos relacionamentos e na experiência antes mesmo das ideias, de que era necessária uma abertura às forças e culturas de centro-esquerda. Foi a sementeira do partido Ulivo (3).

Crescida no oratório feminino da paróquia, vivi com intensidade a vida da Ação Católica, chegando a assumir o papel de presidente da Juventude Feminina da Diocese de Guastalla. No verão compartilhei a responsabilidade dos cursos de verão em Val di Fassa com a Juventude Feminina de Parma, com Luigina Gabbi, com Mimma e Paola Mazza. Um período de aprofundamento bíblico, de abertura, de confiança na mudança. Líamos juntas a Bíblia e a Carta a uma Professora, realmente o divisor de águas entre uma época e outra.

Estávamos atravessando a época do Concílio, que vivi com muita intensidade. Junto com muitos, com a vontade de nos encontrarmos e de encontrar. Lembro-me do cenáculo de Boretto, da escola dos laicos da Diocese de Guastalla, dos relatórios do Conselho de Raniero La Valle no jornal «Futuro d’Italia» de domingo, que lia avidamente sob o damasqueiro do jardim. E depois as viagens comunitárias para conhecer o Isolotto di Firenze de Don Enzo Mazzi ou a comunidade dos Focolarini em Loppiano. E o encontro em Roma, na Praça de São Pedro, com os padres conciliares, juntamente com o bispo de Guastalla, Angelo Zambarbieri, o bispo do Concílio que acompanhou a minha juventude.

Havia o desejo de compreender e encontrar-se numa linguagem nova e comum: lemos «Adista», «Il Regno», «Il Gallo», «Testimonianze»; participamos de reuniões de grupos espontâneos de toda a Itália. Com a ocupação da Catedral em 1968, Parma estava na encruzilhada da efervescência que afetava todas as áreas da convivência. A notícia chegou diretamente à minha cidade, com alguns amigos que estiveram, mesmo que por acaso, presentes no evento e participaram.

Eu me senti dentro da mudança, sendo parte da mudança.

Quando 1968 chegou, eu lecionava na escola primária de San Prospero, em Parma, frequentava semanalmente a Universidade Católica de Milão, vivia a renovação na Igreja e o compromisso social e político como partes inseparáveis da minha vida. Lia muito, de preferência sobre teologia, no coração da relação entre fé e história: de Guardini aos alemães, aos franceses, à teologia da libertação da América Latina. Passava as horas de inverno junto ao fogão a lenha lendo livros de Raissa e Jacques Maritain. E Paulo Freire, do Brasil, nos ensinava a pedagogia dos oprimidos.

Fé e história, espiritualidade e secularismo: tudo se mantém unido. Na unidade da pessoa, o viver e o crer, a profissão e a política estão juntas ao mesmo tempo, com o mesmo empenho. Distinguindo formas, espaços, métodos, ferramentas. Nos anos seguintes vi o desaparecimento da tensão da época, a fraqueza e a degradação da política, o uso instrumental dos valores religiosos, a confusão da Igreja, o empobrecimento da laicidade católica.

Essa temporada me moldou, para sempre.

Rumo ao compromisso político, com as mulheres

Tendo crescido na Juventude Feminina da Ação Católica, campo de formação de educação social e cívica das jovens mulheres católicas do nosso país, foi natural, no início da década de setenta, passar para o Movimento de Mulheres da DC para um compromisso mais direto no campo da política. Frequentei o movimento de Reggio Emilia, aprendendo com mulheres mais maduras: Marta Beltrami, Vittoria Gandolfi, Elide Catellani, Giaele De Carli, Ezia Bonezzi, Adele Casoli, Graziella Catellani.

Respirava o ar dossettiano, em confronto direto com a DC mais tradicional.

A educação política era intensa. Lembro-me das animadoras principais: Paola Gaiotti De Biase e Lidia Menapace, que depois passou para a esquerda.

No início da década de setenta, quando foram criadas as Regiões, era natural que se desenvolvesse um intenso confronto com as mulheres do então PCI, no governo das autarquias locais e da Região. Com Ione Bartoli de Reggio Emilia, primeira conselheira regional para escolas infantis e serviços sociais, com Eletta Bertani e outras, o diálogo foi aberto e construtivo. Medíamos a distância das nossas histórias políticas e ao mesmo tempo a proximidade do interesse concreto pelas mulheres, pela infância, por toda a sociedade.

Hoje leio sobre esses encontros entre as mulheres do DC, do PCI, do PSI, dos partidos seculares e daqueles que seguiram para preparar o Ulivo, em Reggio Emilia e em Botteghe Oscure.

A vida no Movimento de Mulheres foi uma escola de política, no partido, mas com uma estrutura autônoma, aberta à sociedade. Numa tarde de 1971, vieram à minha casa Vilma Preti, professora do ensino médio em Parma, e Giuseppina Belli, de Piacenza, delegada cessante do movimento feminino regional da DC. Elas propuseram que eu me candidatasse para

substituí-la. Eu era jovem, aceitei e ganhei por um voto. O Movimento estava cindido, tal como o partido: de um lado – o meu – a DC de esquerda; de outro, a componente Dorotea, conservadora e anticomunista. O secretário regional era Ermanno Gorrieri.

Desde então, integrei o Comitê Nacional do Movimento de Mulheres até que, com a criação do PPI, tornei-me, em 1995, coordenadora nacional.

Como delegada regional, enfrentei o referendo de 1974 para revogar o divórcio. Fiz parte dos “Católicos pelo Não”, com o próprio Gorrieri, Pietro Scoppola e tantos outros com quem vivemos, mesmo com uma certa coragem, essa e outras passagens de abertura para novas estações. A laicidade da política: uma dimensão que sempre acompanhou a minha reflexão e o meu compromisso.

O secretário nacional Fanfani esteve muito empenhado em apoiar o resultado favorável do referendo. Os votos “não” venceram e Fanfani convocou uma reunião em Bolonha na qual confirmou a sua posição, mas reconheceu o ponto de virada ocorrido. No final da reunião ele me abraçou, como se quisesse me dizer que o partido havia entendido.

Uma frieza previsível acolheu meu discurso ao Comitê Nacional de Mulheres do DC. Eu esperava a expulsão, mas isso não aconteceu.

Depois candidatamos Paola Gaiotti para substituir Franca Falcucci como delegada nacional do Movimento de Mulheres. Não vencemos, fomos minoria: escolhemos o novo secretário Benigno Zaccagnini como referência. Estávamos às vésperas da temporada do feminismo e muitas coisas mudariam.

Nas eleições políticas de 1976, lutamos para nomear Vilma Preti para o Senado no colégio eleitoral de Castelnuovo Monti, um colégio eleitoral seguro. Vilma Preti, uma grande professora, uma grande intelectual, uma grande política, uma grande amiga. Ela moldou a alma de muitos estudantes que hoje são adultos, com essa marca.

A coisa parecia feita, mas, na noite anterior à apresentação das listas, o nome de Vilma foi substituído. Lembro-me, cedo na manhã seguinte, antes de ir para o trabalho, dos telefonemas frenéticos com Roma, do telefone público

que funcionava com fichas na Via Verdi, em Parma. Não havia nada a ser feito. De acordo com o secretário regional Gorrieri, também me retirei da lista da Câmara em que estava inserida. Eu estava na posição apenas de testemunha, mas queria dar um sinal que foi captado por um jovem Maurizio Chierici, que falou sobre o caso no jornal «Corriere della Sera».

Amarguras de partido. Mas o trabalho no Movimento de Mulheres foi uma experiência muito importante, vivida entre mulheres.

Como quando prestei minha solidariedade às trabalhadoras da Bloch, uma empresa fabricante de meias em Reggio Emilia, que pretendia demitilas. Naquela zona era a primeira vez que uma democrata-cristã participava da ocupação de uma fábrica.

Estabeleci relações decisivas a nível regional e nacional com mulheres como Tina Anselmi, Maria Eletta Martini, Rosina Lobello de Bari, Clara Sanginiti da Calábria, Maria Pia Bozzo de Genova, Lucia Pigino de Vercelli, Magda Navas e Lena Bonauro de Nápoles, Rita Padovano e Silvia Costa do Lácio, Argia Albanese da Campânia. E mulheres lombardas abertas e dinâmicas, como Paola Colombo Svevo, Maria Luisa Cassanmagnago, Patrizia Toia, Maria Pia Garavaglia.

Em 1979, lutei no partido para candidatar no Nordeste Paola Gaiotti de Biase ao Parlamento Europeu. Vencemos. O vínculo entre as mulheres do partido atravessava toda a Itália: a vitória ou derrota de uma era a vitória ou derrota de todas.

Competir com os homens era uma tarefa duríssima.

Foi o período em que se consolidou o papel das Regiões. A Itália era abalada pela estratégia da tensão, chocada por massacres e atentados. Depois veio a temporada das Brigadas Vermelhas, que atravessou a vida do país e da política como uma loucura que irrompia no quotidiano, atingia os alvos, perturbava a política, abalava as instituições. Grandes também eram os questionamentos, e a origem do fenômeno, também em Reggio Emilia, nos perturbava. Lembro-me do dia do sequestro de Aldo Moro e do assassinato de sua escolta. Recebi a notícia na escola.

Mais tarde, corri para Bolonha, para a sede regional da DC, para compartilhar com o partido aqueles momentos terríveis.

Empenhada sobretudo a nível regional, nos anos setenta promovi para as mulheres conferências de estudo sobre o modelo emiliano, para que, no berço da esquerda italiana, pudesse amadurecer uma linha evolutiva em sentido democrático.

Nos anos da estratégia de tensão, dos massacres, do Itálicus, da bomba na estação de Bolonha, construímos a primeira, solidária resposta democrática das mulheres de todos os partidos ao ataque subversivo. Em 1975 celebramos, com um trabalho intenso e amplamente documentado, o 30º aniversário da Resistência, colocando no centro de uma investigação histórica e de uma conferência a contribuição das mulheres da Emília-Romagna.

A Presidente da Comissão era a Honorável Gina Borellini, Medalha de Ouro da Resistência. Descobrimos, plenamente, o que já sabíamos: a participação das mulheres na Resistência e na vida democrática tinha sido muito significativa, e a vitória da República no referendo de 2 de junho de 1946, em que as mulheres votaram pela primeira vez, também foi obra delas, contra todas as previsões.

Naqueles anos, a minha presença no debate político da Emília-Romagna no domínio das mulheres representou, ao lado de outras como as representantes do C.I.F. (Centro Italiano Feminino), a contribuição imprescindível das mulheres de inspiração cristã para a vida da sociedade, no diálogo e na comparação com mulheres de outras culturas, da liberal à republicana, socialista e comunista. Numa região, a Emília-Romagna, governada desde sempre por uma maioria de esquerda.

Apoiei-me numa original elaboração cultural e política, na experiência comum antifascista e de resistência que havia fundado a democracia, e na história das mulheres de inspiração cristã que haviam animado o século XX: desde as primeiras Semanas Sociais Católicas, até à Juventude Feminina e às organizações nacionais, ao C.I.F. e à AIMC (Associação Italiana de Professores Católicos), até à presença das mulheres na DC e no Parlamento. Foram os anos do P2 e da Comissão Parlamentar de Inquérito presidida por Tina Anselmi.

Lembro-me de uma viagem de trem com ela. Deu-me um exemplar do Plano de Renascimento Democrático de Licio Gelli: “Leia!”. Era um plano de ataque ao que temos de mais precioso: a democracia. O poder nas mãos de poucos, contra o bem de todos. Naquela época, como hoje, a democracia é para mim a dimensão decisiva, o compromisso de uma vida.

Nessa conversa com a Tina compreendi o seu isolamento face a uma política que lutava para se libertar de suas sombras. Nilde Iotti, então presidente da Câmara, confiou-lhe a tarefa: pela aliança entre estas duas mulheres passava o testemunho de uma vida política vivida pela democracia, testemunho pelo qual sinto gratidão e dívida.

É também por isso que em 2010 incentivei e apoiei a publicação das notas da Tina durante aqueles anos, editadas por Anna Vinci: um diário pessoal que se torna memória coletiva.

Uma presença, essa da Anselmi, que mudou a vida das mulheres italianas: com o compromisso no sindicato, as batalhas parlamentares sobre o trabalho em domicílio e o direito da família; com a sua ação governamental como primeira mulher ministra, para o Trabalho e depois para a Saúde, que iria reformar; com a Comissão Nacional para a Igualdade e a participação nas Conferências Mundiais da ONU sobre Mulheres em Nairobi e Pequim. Foi um pilar na defesa da democracia, depois de ter sido mensageira partisã na Resistência.

Ela travou o plano subversivo de Licio Gelli, presidiu a comissão de inquérito sobre as ações dos soldados italianos na Somália e posteriormente presidiu a comissão nacional sobre as consequências das leis raciais na comunidade judaica italiana.

Hoje a vida da Tina nos lembra como se enfrenta a política, como se defende a democracia nas noites que atravessa, como se serve ao próprio país.

Com ela aprendi a amar a democracia com todas as minhas forças. E a entender que a ética é o primeiro valor da política e que se pode pagar a alto preço.

Lembrei-me de outras experiências, quando a primavera foi seguida de geadas, como na Checoslováquia em 1969: durante a noite ouvi no rádio a notícia da chegada dos tanques soviéticos a Praga. Eu lia, na revista dos

Dehonianos, sobre a Igreja dos Países Orientais, sobre a incipiente Ostpolitik do Cardeal Agostino Casaroli.

No início dos anos setenta acompanhei a tragédia no Chile. Em 1975, Bernardo Leighton, líder da DC chilena, ficou gravemente ferido num ataque na Itália. Lembro-me de quando, com grande sigilo, foi levado ao hospital de Parma: ao lado dele, na maca no chão, o professor Riccardo Brizzi, neurocirurgião, Malva Lopez, exilada e amiga, Mirka Polizzi, partisã, e o honorável Luigi Granelli. Don Dagnino também esteve lá.

Aprendi a sentir como sendo nossos a resistência à ditadura e o amor pela democracia, onde quer que fossem vividos no mundo.

Na escola, o tesouro

Uma foto do final da década de 1940 me mostra criança, junto com os alunos e a professora Emilia Cantarelli, para cuja família minha mãe trabalhava, em frente à escola de Santa Croce, uma fração de Boretto. A escola é a riqueza da existência desde os primeiros anos. Os professores, os colegas são parte decisiva da vida, como a família.

Quase sempre frequentei classes femininas, até à universidade. Na minha adolescência, à tarde, dava aulas em minha casa para crianças que precisavam. Uma idosa também veio aprender a ler e escrever. A alfabetização era na época uma demanda generalizada: ao longo da história anda sempre de mãos dadas com o progresso econômico e social.

Na década de 1950, o programa *Nunca é Demasiado Tarde*, do maestro Alberto Manzi, fez da televisão um grande meio de alfabetização, enquanto pontos de escuta do ensino médio também surgiram nas áreas montanhosas e desfavorecidas do país. Nos anos setenta, na minha cidade, fundei, juntamente com outros, uma escola noturna para trabalhadores que desejavam obter o diploma do ensino médio. Anos inesquecíveis, pela humanidade que a cultura trouxe à luz e enriqueceu. Pela amizade que se construía, após dias de intenso trabalho de todos.

Entre os alunos estavam também as amigas Rita, já falecida, e Giuliana Righi. Eram cabeleireiras em Boretto. Durante muitos anos a loja delas foi, e ainda é, um refúgio acolhedor e seguro para mim. Toda semana eu contava a elas o que fazia; elas me ouviam e me atualizavam sobre a vida do vilarejo. Eu estava frequentemente com pressa, entre um compromisso e outro, mas havia entre nós a confiança que permitia os encontros. Conservo a profunda gratidão de quem se sentiu acolhida e acompanhada, entre um xampu e um penteado.

Hoje, na reconstrução econômica, social, cultural e moral de Itália, um plano nacional de alfabetização, também através da Internet, dirigido a todos, para todas as idades, deveria ser uma parte fundamental da estratégia de governo.

Chegaram os anos de ensino nas escolas estaduais. Desde 1962, em Viadana e Boretto, nos primeiros anos do ensino médio único, foi uma das grandes conquistas do centro-esquerda da época. Discutia-se a respeito na sala dos professores, e a escola, a vida e a política andavam juntas. Escolhia-se o futuro de um País. Depois, após um concurso, cheguei à escola primária, primeiro em Guastalla e depois em San Prospero di Parma. Em 1967 aconteceu minha mudança profissional definitiva para Parma.

Nos anos setenta, vivi a participação escolar como uma experiência de democracia e cultura. Anos inesquecíveis, com os colegas e os representantes dos pais, entre todos Marco Piccinini, presidente do Conselho do 13º Círculo, falecido prematuramente.

Tendo sido aprovada no concurso para diretora didática, trabalhei por dois anos em Felino e Sala Baganza, no coração do vale estudado por Don Antonio Moroni, o primeiro docente de Ecologia da Itália na Universidade de Parma. Em 1979, os partisans entraram na escola de Felino para falar da Resistência: era a primeira vez que isso acontecia.

Foram esses também anos inesquecíveis: conheci professores, funcionários administrativos, pais, administradores locais com os quais o profissionalismo, a ética, a cultura, a atenção social, o amor pela escola e pelo território constituíam um todo indissociável, na medida que uma atenção vigilante sempre traz consigo.

Com eles comecei a minha história como diretora de escola, e os seus nomes ficarão para sempre na minha vida: Carla, a secretária que depois me seguiu até o 13º Círculo: Annarita, Lucetta, Concetta, e até Sala Baganza: Anna, Maria, Tina e todas as outras.

Na maturidade da minha vida que se iniciava, a cultura, a profissão, a política, a espiritualidade mantinham muito aberto o horizonte da pesquisa. Com uma distinção clara, sem combinações, entre atividade profissional e

atividade política. Trabalhei em Parma e a minha atividade política aconteceu fora: em Reggio Emilia, em Bolonha, em Roma.

Eu fazia questão de minha liberdade, e com o mais profundo respeito por aqueles que me conheceram no exercício da minha função pública de diretora docente, função que nunca deve ser tendenciosa. Uma forma de vivenciar a democracia numa sociedade pluralista, em que a distinção de poderes e papéis é fundamental. Não foi fácil para mim atuar conciliando tempos e lugares diferentes, mas a distância mantida entre as diferentes áreas ajudou-me enormemente a compreender e vivenciar a dinâmica daqueles anos.

Logo voltei ao 13º Círculo Didático, no bairro Ljubljana-San Lazzaro de Parma, de onde na verdade nunca havia saído como regente, onde durante anos orientei o destino da escola, com professores e pais extraordinários.

Uma escola de periferia, com imigrantes do Sul, transformada em poucos anos num lugar inovador e acolhedor para todos, especialmente para pessoas com deficiência e jovens em dificuldade.

Acolhemos as crianças ciganas do acampamento nos arredores da cidade, que de manhã cedo, antes da escola, eram cuidadas por voluntários da vizinha paróquia “A Transfiguração” de Don Pino Setti.

Com eles aprendi que onde está a fronteira dos problemas, muitas vezes se encontram as melhores soluções. Para todos. Uma escola de fronteira. Aberta ao território, criou a biblioteca cívica “Cesare Pavese”, especializada em livros infantis, que se tornou a primeira da cidade. Uma escola de integração, que supera barreiras, uma escola competente que faz cultura. Esta é a escola que representou a melhor parte da minha vida.

Era o início dos anos 1980, eu sentia a chegada na Itália e no Ocidente do vento da cultura do individualismo, da técnica e da eficiência como fim em si mesma, da fragmentação, sem uma visão ideal e global. Lembro-me das animadas discussões com os meus colegas diretores pedagógicos: defendi, em situação de minoria, uma concepção “holística” de educação e cultura, porque sabia que tudo se mantém.

Em 1987, às vésperas da abertura do ano letivo, meu escritório foi incendiado durante a noite. Nunca se soube por quem, mas as pistas levaram

a facções fascistas, com inscrições nas paredes da escola que levava o nome de Pilo Albertelli, um professor nascido em Parma e assassinado nas “Fosse Ardeatine”. Esse nome era o símbolo de uma escola que nunca desiste, exigente de si pela ética, pela igualdade, pela democracia. Mais tarde, em Roma, conheci seu filho, Guido Albertelli, hoje presidente nacional da Anppia (Associação Nacional dos Perseguidos Políticos Antifascistas Italianos), que mantém relações estreitas com a escola que leva o nome de seu pai.

Em novembro de 1980 houve um terremoto em Irpinia. O Conselho do Círculo, reunido normalmente nessas horas, decidiu pela geminação com Senerchia, um vilarejo remoto alcançado pelos primeiros socorros de Parma.

Uma professora, Mimma Dappiè, chegou imediatamente em Senerchia e abriu a escola numa barraca, juntamente com os professores locais chocados com o acontecimento. Nos meses seguintes houve troca de turmas e professores, e foi uma experiência inesquecível. A escola na emergência, como fator de segurança e estabilidade.

Em 2012, na Emília devastada pelo terremoto, o trabalho da escola local e dos alunos do curso de licenciatura em Ciências do Ensino Primário da Universidade de Modena e Reggio Emilia, que se disponibilizaram, forneceu elementos para uma verdadeira estratégia educativa em situações de emergência.

Os desastres e a reconstrução colocam sempre a escola em primeiro plano.

A experiência nos diz que o plano nacional de construção escolar só pode ser um exemplo de arquitetura sustentável e que o projeto escolar - da infância à universidade - deve incluir a cultura educativa nas situações de emergência e de risco. Uma nova cultura nasce da cidade e da escola quando os problemas, mesmo em condições extremas, são enfrentados com a inteligência da inovação, da coesão social e da participação.

Na escola, acima de tudo, se constrói a cidadania, o tesouro da democracia. Se tivéssemos hoje que identificar a razão fundadora da escola no mundo baseada no conhecimento, só a encontraríamos no coração da Constituição: construir a cidadania, para todos e cada um, sem qualquer exclusão. Cidadania democrática.

A igualdade de oportunidades na sociedade e nas instituições

Nos anos setenta, se difunde na Itália e na Europa, emanada pelos Estados Unidos, a cultura da igualdade e da igualdade de oportunidades. A ideia de democracia igualitária, colocada na base da democracia europeia, está consolidada. Estou envolvida nisso, a história das mulheres está avançando.

Em 1985, foi criada na Emilia-Romagna a primeira Comissão para a Igualdade na Itália, no departamento regional então confiado a Pier Luigi Bersani. Nós nos conhecemos assim. Tornei-me presidente em 1987, eu católica no contexto da esquerda no governo. A Comissão Regional de Paridade abriu o caminho para as outras, para as comissões provinciais e para as das outras Regiões.

Uma nova cultura atravessava as instituições, provocando o debate na sociedade, propondo novas políticas: no trabalho, na vida pública, nas escolas, nos serviços, no direito, na informação.

Comecei a viajar pela Itália, participando de conferências e iniciativas. Nascia um novo perfil de administradoras, que pretendiam impactar não só na vida das mulheres, mas nas mudanças sociais e institucionais. As mulheres lá estavam e tinham que contar, para mudar equilíbrios, políticas e cultura.

Alguns anos mais tarde fui chamada para presidir o Comité Nacional para a Igualdade de Oportunidades do Ministério da Educação. Foram anos de muito trabalho, na escola, nas instituições, na cultura italiana. Em 1997 apresentamos um Plano para a igualdade de oportunidades no sistema educativo intitulado *Propostas operacionais para uma escola em mudança*.

A minha participação na quarta Conferência Mundial das Mulheres em Pequim, promovida pela ONU em 1995, coincidiu com esta fase. Estive com a delegação do governo italiano liderada por Tina Lagostena Bassi, juntamente com Tina Anselmi. Em Pequim fui acompanhada pelo interesse e

pela solidariedade de muitas mulheres, tanto daquelas de inspiração católica como das de esquerda.

Já há anos nos confrontávamos, trabalhávamos em conjunto. Se as mulheres estiveram muito presentes na aventura política do Ulivo, é também devido ao trabalho daqueles anos, ao desenvolvimento de novas políticas, não só para as mulheres, mas para toda a sociedade.

Em Pequim senti o mundo crescer: “As mulheres são hoje a sua locomotiva”, disse à assembleia a chefe da delegação canadense. Betty Friedan declarou naquela época: “Ninguém impedirá a ascensão das mulheres ao poder”. E uma jovem Hillary Clinton fez um discurso sobre a relação entre mulheres e pobreza.

Penso ainda nas esperanças das chinesas, na dança das caribenhas na Grande Muralha... Cinco mil mulheres em Pequim representando 189 países, trinta mil mulheres em Huairou no Fórum das ONGs, uma grande explosão de energia e inteligência que me colocou no coração da história de hoje. O meu primeiro encontro com a Ásia, não previsto, não procurado, talvez um destino.

Fortíssima foi a emoção quando, no vasto salão do palácio da Assembleia do Povo em Pequim, na Praça Tiananmen, no concerto de inauguração, assistido por milhares de mulheres coloridas de todo o mundo, a grande orquestra, dirigida por uma mulher, executou quatro peças da música da humanidade: entre elas a Ode à Alegria de Beethoven e o prelúdio de La Traviata de Verdi.

Igualdade, desenvolvimento, paz, passando pela democracia.

Empoderamento e integração: isto foi Pequim. E a difícil comparação entre as mulheres ocidentais e as mulheres islâmicas, que queriam a modernidade, mas não a perda de valores. Mulheres capazes de assumir responsabilidades, mulheres evoluídas num mundo adulto.

Anos mais tarde, soube que, enquanto estávamos em Pequim, em Rangoon, na Birmânia, Aung San Suu Kyi tinha acabado de ser libertada da prisão domiciliar, para voltar a ser presa pouco depois. Eu não sabia então, não me lembro se o fato foi comentado. Agora sei que *tudo se mantém*, e que a luta

de umas ajuda as outras, em diferentes momentos da história e em diferentes lugares da terra.

No início da década de 1980 participei da fundação da revista «Projeto Mulher», com Maria Dutto, Tina Leonzi, Gianna Agostinucci Campanini, Wilma Preti e depois Giulia Paola di Nicola.

Em plena era feminista, levávamos uma contribuição das mulheres de inspiração cristã para o diálogo entre mulheres para mudar a sociedade e a política. Juntas: a cultura, a política, as instituições, as mulheres, a Igreja.

A cultura da diferença de gênero nos estimulava, enquanto as posições de um pensamento feminista radical não nos convenciam.

Eu lia muito, mas temia a marginalidade de um pensamento que se autocomprazia às margens da história. Desde a intuição de João XXIII na *Pacem in terris* de 1963 sobre as mulheres como sinal dos tempos até à *Mulieris dignitatem* de João Paulo II de 1988, sentia a poderosa profecia que percorreu o século XX: a revolução feminina, a única que realmente não falhou.

Eu vivia a maturidade no século em que as mulheres vieram ao mundo, emergindo do silêncio da história, que durante muito tempo adiou o eco do seu grito inaudível.

Foi o século XX que começou com as sufragistas, depois continuou com as lutas sociais e laborais, com os movimentos emancipacionistas, com ações positivas pela igualdade e pelo poder, com a identificação das mulheres do Sul do mundo com o destino da libertação dos seus povos. Foram nesses anos que olhamos para o tempo da utopia.

Numa conferência do «Projeto Mulher» em 1991 sobre esse tema, colocamos «aquele habitar da contradição» de Simone Weil no centro da reflexão que nos levou a explorar a contemplação como profecia, as mulheres e o futuro da Europa, o poder e as instituições, a ilegalidade da máfia, da camorra, da 'ndrangheta.

Sabíamos que as mulheres poderiam mudar o mundo.

Foram aqueles os anos de encontro com as teólogas, de Cettina Militello a Marinella Perroni e Stella Morra, e com as religiosas salesianas do Auxilium, Irmã Enrica Rosanna e Irmã Marcella Farina.

Era o pensamento das mulheres da Igreja que poderia ter mudado a sua abordagem ao mundo.

Continuamos à espera de um Sínodo sobre as mulheres com as mulheres, como foi recentemente proposto por Liliana Cavani e Emma Fattorini. Talvez o Papa Francisco pudesse responder positivamente a este pedido.

Uma década, aquela de 1985 a 1995, para mim marcada por um intenso empenho em particular nas questões das mulheres, da igualdade e da igualdade de oportunidades, que me levou por toda a Itália a alimentar reflexões, debates e políticas concretas, dentro e fora das instituições.

A época dos direitos e da igualdade de oportunidades envolvia todas as áreas.

No início da década de 1980, foram criados os Tribunais dos Direitos dos Pacientes: por proposta de Mario Tommasini tornei-me a primeira presidente do Tribunal de Parma.

Mas estava prestes a começar o tempo do retiro doméstico para mim, de 1981 a 1985, para estar perto da minha mãe doente.

E por outro lado acreditava que era necessário que as coisas nascessem, outros guiarão então o caminho. Em 1987, pouco antes das eleições políticas, membros do PCI de Parma pediram que me candidatasse a concorrer ao Parlamento nas suas listas. Era a época dos independentes de esquerda.

Optei por ficar e continuar a trabalhar onde estava. Eu não sabia, mas o encontro com as nossas diferentes culturas políticas aconteceria mais tarde, no Ulivo. Eu fiquei para continuar a cultivar esse caminho.

A vitória de Berlusconi

As eleições políticas de 1994 viram a formação de uma lista composta pelo Partido Popular italiano, apenas nascido da conclusão da experiência do DC, e o Pacto Segni, uma expressão desse caminho que levou ao sucesso do referendo sobre a preferência única. Foi o primeiro passo de uma aliança entre experiências católicas e seculares, que deveria representar uma alternativa da cultura constitucional à entrada em campo de Berlusconi.

A ideia era de subtrair votos da área moderada ao “abraço” de Berlusconi, já que a proposta dos Progressistas de Achille Occhetto ainda não era convincente. Ainda era um problema unir o eleitorado ex-Democrata Cristão aos ex-PCIs, enquanto a esquerda sozinha nunca seria capaz de ter o consenso para governar.

Um trabalho no centro, portanto, para tentar impedir a onda “berlusconiana”, que percebíamos anômala e sem cultura democrática: ainda não conhecíamos bem a personagem, mas entendíamos que sua posição era outra se comparada aos valores constitucionais. Em oposição apresentávamos a ideia de Martinazzoli de uma política como medida, como idealidade; dimensões enormemente distantes da experiência berlusconiana.

A derrota desta área de centro certificou que a divisão no campo do centro-esquerda sempre levaria Berlusconi à vitória. Era necessário se juntar ao centro com a esquerda reformista. Vinte anos depois o quadro político italiano apresentou os mesmos problemas com a iniciativa de Monti, apesar de ter passado pela experiência de fusão que ocorreu com o Ulivo e o Partido Democrata. Um passo atrás? Ainda estamos nesse passado, a elaboração política não esteve à altura da tarefa: o desenraizamento da anomalia berlusconiana da política do nosso país.

A vitória de Forza Italia, organizada em poucos meses, aliada à Lega Nord no norte e à Aliança Nacional no sul, confirmou a crise dos partidos como os tínhamos conhecido até então.

E mostrou uma maneira completamente instrumental de fazer alianças políticas, com o único objetivo de alcançar o poder: um aspecto que dominou toda a experiência berlusconiana, até as últimas eleições políticas. Quase especularmente, a história do centro-esquerda foi infelizmente caracterizada pela irrelevância do objetivo de governo em comparação com a lógica de partidos e grupos, exceto na experiência prodiana.

O profundo significado de estarmos juntos nessa história era moral e cultural, porque percebíamos o que estava acontecendo na sociedade e na política, com a exaltação – fruto também de anos de televisão comercial - de conveniência, sucesso, estupidez. A estupidez como problema sociológico e não psicológico, como Dietrich Bonhoeffer já havia notado em 1943: “O poder de um requer a estupidez dos outros” (Resistência e rendição).

A tentativa do PPI foi insuficiente do ponto de vista político. Tanto é que apenas com o Ulivo, quando se uniram idealidade, estratégia, programa, unidade e um líder convincente, foi a derrota de Berlusconi.

Em direção ao Ulivo, sempre um passo adiante. Para unir

Desde a adolescência, conheci a política como o mais alto senso da comunidade.

Se você estiver interessado no outro, se o bem comum não é a soma dos interesses individuais, mas a resposta mais profunda às perguntas sobre o futuro de cada pessoa, então você lida com a política, com o espaço da polis. É a comunidade a razão da política. As pessoas são a razão da política. A política é o nosso destino, dá um sentido ao nosso estar juntos. Sem relações não podemos viver e, portanto, sem política não podemos viver.

Havia começado cedo a frequentar a seção da Democracia Cristã da minha cidade. Lembro-me das discussões sobre a escolha da nacionalização da energia elétrica.

Uma escola de participação democrática: os camponeses juntamente com intelectuais, os jovens e os velhos, os homens e as mulheres (poucas, na verdade).

Fiz a primeira campanha eleitoral pelas ruas Colombana e de Santa Croce, de porta em porta.

Entrevistas intensas, em dialeto mais do que em italiano. Mas eu estava confortável em minhas fronteiras. Começava com todo mundo assim: “Se vocês preferem, deixo o material do DC ...”. E então conversávamos sobre muitas coisas.

No início dos anos setenta, começou o diálogo com a esquerda. Eu crescia na escola dos alunos de Giuseppe Dossetti, depois de Ermanno Gorrieri e, finalmente, de Benigno Zaccagnini. Entre os mais jovens, Pierluigi Castagnetti, do qual na época preconizei o papel do Secretário Nacional. Como ele assim se tornou, do PPI.

Minha experiência política cresceu e se consolidou na realidade de Reggio Emilia. A experiência profissional estava em Parma, distinta, como eu queria, da política, necessariamente separada. Em Parma, observava

Carlo Buzzi, expressão parlamentar do mundo da escola e depois presidente nacional dos Professores Católicos. Ele também aluno de Carmela Dagnino. E então eu conheci Corrado Truffelli, que havia formado o círculo dos católicos democratas “Benigno Zaccagnini”, do qual Cecilia Cavalli era secretária.

Quando entrei no Ministério da Educação como subsecretária em 1996, eu ocupei o escritório que havia sido de Buzzi e trabalhei com suas colaboradoras Pina Rubagotti e Rita Ludovico, que cresceram com Maria Badaloni. Uma fileira ideal, cultural e política que chegava até a mim. Eu estava nas fronteiras. Talvez por esse motivo os companheiros do PCI, em 11 de junho de 1984, tenham me pedido, a mim, democrata-cristã, para fazer o discurso comemorativo para Enrico Berlinguer na praça de Boretto, na noite de sua morte. A vida nacional e a pessoal se encontravam nas ruas da minha cidade.

Mas eram os dias em que o período da vida pública, já intenso para mim, estava terminando. Desde o início dos anos 80, concentrei-me na escola e na vida em casa. Minha mãe não estava bem e eu queria estar perto dela, até o final de sua experiência terrena. Quando morreu, estava ao lado dela. Ela havia me dado tudo.

Mais tarde, no final dos anos 80, retomei o caminho da política.

Em 1989, houve as eleições europeias. Maria Eletta Martini nos propôs a candidatura de Rosy Bindi, assistente de Vittorio Bachelet, morto pelas Brigadas Vermelhas. Lembro-me da reunião com ela na sede do partido em Reggio Emilia, onde Pierluigi Castagnetti havia reunido todos os secretários provinciais de Emilia-Romagna. No final, com as amigas, comentamos: “Ela vai engolir todos eles!” Nós a acompanhamos na campanha eleitoral por toda a circunscrição do Nordeste e, no final, ela foi eleita.

Os anos 90 iniciaram com as eleições para a província de Reggio Emilia. Fui eleito conselheira pela vontade das mulheres. Tentei resistir, temia o aumento do compromisso. No final, foi uma experiência positiva para mim: era a primeira vez que entrava nas instituições.

Mas para os partidos se preparava a crise de Tangentopoli. Participei da convulsiva conclusão do DC, vivi diretamente o nascimento do PPI: coube

a mim, na Assembleia Nacional de julho de 1993, indicar Mino Martinazzoli como comissário. Em Reggio Emilia me pediram para liderar a transição, mudando o grupo dirigente. Tornei-me a última secretária provincial do DC e a primeira do PPI.

Cerquei-me de jovens e mulheres. Sentia o impacto da história que atropelava e varria um partido e uma classe dirigente, e sentia a profunda necessidade de uma conversão nas ideias e nos comportamentos.

Uma passagem política vivida no dia a dia que tinha os contornos da tragédia. Um esforço, e que beleza ver o nascimento do novo! Ficou clara, mesmo que não definida, a perspectiva.

Atravessar e chegar a um novo desembarque, na nova fase da história política italiana, uma ideia, a ideia católico-democrática, fazê-la fermentar para uma nova e mais ampla temporada política para a Itália. Unindo culturas políticas diferentes. Surgia na mente a frase de João XXIII: “Para quem encontra em teu caminho, não pergunte de onde vem, mas para onde pretende ir”.

Enquanto isso, acabava também o PCI, depois de 1989. Com a delegação oficial do PPI, participei do Congresso de Rimini, quando Occhetto chorou. Estávamos nos encaminhando para o Ulivo. Em 1995 eu, Secretária Provincial do PPI, e Lino Zanichelli, secretário provincial do PDS, trocamos cartas no jornal. “Caro Lino ...”, “Cara Albertina ...”: nascia o centro-esquerda em Reggio Emilia. Nós dois éramos de Boretto. As grandes passagens da política passam também pelos laços e pelo compartilhamento de histórias pessoais.

No mesmo período, em Bolonha, Romano Prodi e Arturo Parisi preparavam o Ulivo. Em uma noite de verão de 1994, na Festa da Amizade de Rivalta, Prodi havia chegado de Bebbio, nos Apeninos de Reggio; pela primeira vez, tive a oportunidade de conversar com ele pessoalmente. Berlusconi acabara de chegar ao governo. Lembro que disse a ele: “Não peço que você responda agora, apenas peço que você pense sobre isso. Precisamos de você”. Ele estava saindo para um passeio de bicicleta até Santiago de Compostela.

Ele respondeu: “Não posso mais ir para o exterior e ouvir me perguntarem o que está acontecendo na Itália; não posso mais olhar para meus

filhos e pensar que futuro estamos preparando para eles”. Eu entendi naquele momento que ele sentia a responsabilidade da decisão.

Desde então, vi crescer, na Itália e na Europa, a liderança de um homem que interpretou melhor do que qualquer outra pessoa a esperança de uma política democrática à altura dos desafios de nosso tempo na Itália, na Europa e no horizonte internacional. Com visão lúcida, vontade tenaz, confiança na participação dos cidadãos. Por três vezes chamado a liderar a Itália, três vezes depois afastado pela competição interna no centro-esquerda.

Incluindo a trama na sombra dos cento e um eleitores do Partido Democrata, que não o queriam na presidência da República.

Estávamos então no início de uma história que ocorreu, tragicamente igual, por mais de quinze anos. E que ainda não acabou. Eu sei que o nome de Romano Prodi está no destino da mudança da Itália. Alguns meses após aquele nosso primeiro encontro, numa tarde do inverno de 1995, eu também estava em Roma na sede da Arel de Nino Andreatta, juntamente com uma dúzia de expoentes do PPI, entre os quais Maria Eletta Martini e Guido Bodrato.

Rocco Buttiglione era secretário do PPI; o primeiro governo de Berlusconi havia caído e novas eleições estavam para acontecer. Foi decidido que era hora de chamar Romano Prodi: ele devia ir de Bolonha para Roma e formalizar sua disponibilidade de se candidatar a dirigir o governo.

Lembro-me da porta entreaberta do estúdio de Andreatta enquanto telefonava para Prodi; recostado na poltrona, os pés sobre a mesa, o cachimbo na boca, os óculos na cabeça. Eles se tratavam por “senhor” como acontece entre o mestre e o aluno.

No dia seguinte Romano chegou a Roma, a notícia se espalhou. Seu primeiro aparecimento público como candidato a presidente do Conselho foi em Parma, apresentado por Albino Ivardi Ganapini. Arturo Parisi intensificou o trabalho para criar o Ulivo. Os primeiros “Comitês para Prodi” nasceram em todos os lugares.

Parisi melhor do que todos conhecia a força da mudança que o Ulivo traria para o sistema político italiano. A força para unir, para um projeto mais

amplo das perspectivas dos partidos individuais, mais adequado para entender e enfrentar os desafios do horizonte europeu e da globalização mundial. Frente a esses desafios, há necessidade de grandes assuntos políticos, plurais internamente, liderados por fortes lideranças e constantemente legitimados em suas escolhas por uma vasta participação dos cidadãos.

Nos anos seguintes, ao lado de Arturo, compartilhei a decepção pela perda do projeto político original. Frente às dificuldades e conveniências, os partidos do centro-esquerda preferiram, em muitas passagens, retornar às mais tranquilizadoras “cebolas do Egito”. E nós sempre relançando, até a última batalha para mudar a lei eleitoral com o referendo.

O rigor intelectual de Parisi, seu desapego estratégico e moral da prática atual e corrente da vida dos partidos, sua fidelidade ao projeto de um país que poderia sair, por um lado, da trivialização da política e do outro da antipolítica, sempre foram para mim um ponto de referência indispensável para minha experiência política. Com Arturo entendi que, sem um pensamento, nenhuma ação política, mesmo a mais conveniente de imediato, pode ter um futuro.

Ao governo do meu País

As eleições de 1996 chegaram. Fui candidata com Popolari, SVP, PRI, UD para Prodi na lista proporcional da Câmara. Somente ele foi eleito, mas eu já me senti parte de uma grande mudança, de uma aventura coletiva.

Lembro-me do comício final da campanha eleitoral em Bologna. Eu fui a última a falar: “Somos muitos nesta noite, somos diferentes uns dos outros, nunca estivemos tão unidos”.

Os aplausos explodiram, para as pessoas o Ulivo era realidade.

Quando chegou a hora de formar o novo governo, houve um forte movimento das mulheres do PPI para que eu fizesse parte dele. Até o presidente da república Oscar Luigi Scalfaro, que me conhecia e me estimava, estava de acordo. Eleito no drama do massacre de Capaci, Scalfaro, com grande rigor ético, manteve a direção para os fundamentos constitucionais enquanto começava a temporada de Berlusconi.

Eu o encontrei naquela fase através da amiga em comum Rita Ludovico. Uma amizade se estabeleceu, para mim entre as mais preciosas. Lembro-me de um pôr-do-sol, enquanto caminhávamos à beira-mar em Castelporziano. Ele me contou sobre seus relacionamentos com os líderes da Igreja e como ele estava conhecendo a natureza e o significado da maioria berlusconiana e da Lega. No topo dos pensamentos de Scalfaro, havia sempre a salvação da Itália e da República, com respeito rigoroso pela Constituição, pela vontade popular e pela laicidade.

Eu o segui, após o final de sua presidência, quando ele defendeu e interpretou a Constituição em harmonia com todo o povo italiano, autêntico testemunho da democracia em nosso País. Lembro-me dele em uma noite fria de inverno, em frente a uma grande multidão na Piazza Santi Apostoli: a leitura da Constituição e a defesa das instituições tinham o sabor da antiga tragédia grega. Ele nos disse amar a Constituição, ele a mantinha na mesinha de cabeceira junto com a Bíblia.

Também Gerardo Bianco, que se tornou secretário do Partido Popular Italiano após a cisão do CDU de Buttiglione, queria que eu fizesse parte do novo governo. Lembro-me de uma reunião dramática do Conselho Nacional do PPI, quando Alberto Monticone entrou em confronto com Buttiglione, jogando sua procuração no chão. Na confusão da multidão, eu a recolhi guardei para ele para um momento melhor. Era uma resistência contínua, moral e política, no processo de mudança de política italiana. Para a escolha decisiva, era a consciência católica a assumir a responsabilidade pela ruptura e pela mudança.

Falávamos do governo Prodi. Na noite de sua formalização, eu estava em Roma na casa de Rita Ludovico, que se tornou minha secretária particular no Ministério da Educação. Assistíamos o jornal na televisão: foi assim que soube que havia sido nomeada subsecretária de Educação. Ninguém havia me chamado. Na manhã seguinte, eu estava no Palazzo Chigi para o juramento.

A do governo foi minha experiência política mais intensa. Ter um papel no executivo permite que você veja as coisas de perto e acima de tudo alterá-las. O governo decide, intervém.

Trabalhei muito, construí leis, mantive relações com o Parlamento, conheci tantas experiências viajando pela Itália. Do Veneto, com as escolas dentro da explosão econômica do nordeste, à Sicília, com os bairros Zen e Borgo Nuovo de Palermo ou os institutos meio tunisinos e meio italianos de Mazara del Vallo.

Representava a escola à mesa da Programação econômica, no Cipe, no Ministério da Economia: a sede mais adequada, com o concurso dos vários ministérios, para tornar as instituições educacionais uma infraestrutura fundamental do território e do desenvolvimento do país.

Participei de reuniões internacionais e, um dia, na embaixada italiana de Genebra, conheci Roberto Toscano, também de Parma, depois um grande embaixador em Teerã e Nova Delhi.

Eu tratava dos direitos na escola.

Um dia, eu conheci Paola Dall'Orto, presidente da Agedo, Associação de Pais com Crianças Homossexuais. Após essa reunião, enviei uma circular

para as escolas para que eles estivessem atentos a essa realidade e participei de uma conferência em Milão com psicólogos e pedagogos, entre os quais Gustavo Pietropolli Charmet.

No final de 2012, eu participei em Ferrara na apresentação do livro de Paola Concia, então deputada, empenhada na frente dos direitos dos cidadãos homossexuais. A mãe de um garoto homossexual se aproximou de mim, dizendo-me que essa conferência a havia ajudado muito.

Encontrar os grandes temas de cidadania no rosto sereno de uma pessoa: a política também é isso.

Presidi a Comissão dos sábios para a elaboração das linhas culturais da escola italiana, incluindo Giovanni Reale, Carlo Bernardini, Roberto Maragliano, Benedetto Vertecchi e, por minha indicação, o cardeal Ersilio Tonini e a Irmã Enrica Rosanna. A cultura com a escola, o País que investe no conhecimento.

Eu cuidei da elaboração do Estatuto dos estudantes, uma escolha política precisa para o crescimento da cidadania nas novas gerações.

Ajudei a empenhar o governo em temas cruciais: o Plano Nacional de Ação para a Infância e a Adolescência de 1997, uma novidade pela visão integrada e a concretude das políticas; o aprimoramento das escolas no hospital; a integração da escola que eu havia confiado à coordenação do inspetor Sergio Neri, com qual refletia à noite no silêncio do meu escritório no Ministério; a Comissão Nacional da Multiculturalidade, que era uma escolha política para que a escola italiana pudesse ser apoiada na escolarização dos imigrantes. Vinicio Ongini, no Ministério, era seu intérprete inteligente e precioso. Hoje, a cidadania dos novos italianos é o horizonte de uma política de inclusão e ampla visão sobre o futuro.

Um dia, fui falar em Milão com o arcebispo Carlo Maria Martini. Eu queria ouvi-lo a respeito do ensino da religião católica e da história das religiões na escola italiana em uma sociedade pluralista. Ele me ouviu e conversamos longamente sobre um tema ainda não resolvido atualmente. Ele sábio e aberto, como sempre.

Em janeiro de 1998, ele me chamou para participar de uma reunião do Conselho Pastoral da Diocese de Milão sobre o tema “A Escola e a Igreja

Ambrosiana hoje”. À noite, eu intervim, ele presente. Passei a noite lá, na Villa Sacro Cuore di Triuggio, dormindo em um quarto ao lado do dele que, me disseram, havia hospedado bispos e cardeais. Saindo do quarto, no dia seguinte, vi Martini que estava se preparando para a missa. Uma proximidade que impressionava por sua simplicidade e força. Pela manhã, participei de uma mesa redonda sobre educação. Um conselho pastoral imerso no debate contemporâneo.

Em 1997, participei em Varsóvia da Conferência dos Ministros da Educação da União Europeia, enquanto os encontros com a OCDE sobre o sistema educacional eram de grande interesse para mim.

Lembro-me, dos anos intensos no Ministério, o trabalho em equipe com o ministro Luigi Berlinguer e os nossos colaboradores. Assim se governava. E assim nos dedicávamos às grandes reformas estruturais do sistema educacional, os ciclos e os exames de Estado.

A história se encarregaria depois de reservar as grandes leis de sistema, não sem tê-las modificado primeiro, com o ministro Moratti, em sentido regressivo. Depois vieram as intervenções “chaves de fenda” do segundo governo Prodi e, finalmente, o cutelo dos cortes estruturais de Tremonti e Gelmini. Hoje, uma escola exausta aguarda um novo espírito e uma nova política. Uma nova esperança, semelhante à que havia inspirado o governo do Ulivo do qual eu fazia parte.

Um dia, fiquei sabendo que a provedora dos estudos de Trapani, Giacomina Cannizzo, havia recebido ameaças da máfia. Procurei por ela, liguei para ela em Roma. Uma conversa muito intensa com uma pessoa especial, que descobrirei depois como pertencente ao grupo dos intelectuais católicos da FUCI e amiga de Anna e Marco Bertè de Parma. Ela havia sido colaboradora de Danilo Dolci e, mais tarde, prefeita de Partinico. Vidas de compromisso civil, de risco pessoal, nas terras da máfia. Quando você está no governo, também pode lhe acontecer de falar às forças armadas. Aconteceu comigo em Siena, em Piazza Del Campo, em frente aos batalhões alinhados da “Folgoré”. Falei da Itália e de Caterina da Siena. A qualquer momento, quando representa seu país, você é desafiado a ser, para não aparecer, seu autêntico intérprete. E servir “com disciplina e honra”, como diz o artigo 54 da Constituição.

Durante o exercício do meu mandato no governo, participei de uma viagem da ANPI a Ravensbrück, o campo de extermínio das mulheres ao norte de Berlim. Lá eu fiz o discurso comemorativo.

Em agosto de 1996, promovi o encontro entre o ministro Luigi Berlinguer e a Presidente da União das Comunidades Judaicas de Roma Tullia Zevi, com quem então preparei, em nome do ministro, o futuro programa de colaboração entre o Ministério da Pública Instrução e aquela União. Em agosto de 1997, assinei um protocolo de entendimento entre o Ministério da Educação e a Sociedade Italiana de Historiadoras, com o objetivo de renovar a pesquisa e o ensino da história na escola e na universidade italiana, valorizando a experiência e a subjetividade feminina. E com as mulheres das associações partisans organizei, acredito que pela primeira vez, seminários nacionais para dirigentes e professores sobre o antifascismo e a Resistência.

Este também era o governo do Ulivo.

A primeira queda de Prodi. Com os Democratas e a Margherita

Mas o governo durou pouco mais de dois anos. Prodi reuniu ministros e grupos parlamentares em Gargonza para uma verificação. Lembro-me da intervenção de D'Alema. Ele disse que, na realidade, havíamos perdido as eleições, porque na Itália a maioria do eleitorado era orientada para a direita e nós não a representávamos.

Entendi que o governo estava em fase terminal. Bertinotti foi apenas o instrumento que decretou o seu fim.

No eixo D'Alema-Marini, que levaria o primeiro ao Palazzo Chigi, mas não o segundo ao Quirinale, como era esperado, não havia espaço para aqueles mais próximos que haviam apoiado Prodi e para o projeto do Ulivo, que recebeu um golpe muito forte. Comecei a preparar as caixas, mesmo antes de saber oficialmente que não teria mais nenhum papel no novo governo de D'Alema. “Eles fizeram um strike”, me disse amargamente Romano no último dia. Lembro-me da viagem de trem com Giuseppe Malpeli, professor e meu colaborador no Ministério nos últimos cinquenta dias. Voltava de Roma, do Governo, de um trecho de vida. Faltava um ano para minha aposentadoria, pedi antecipação.

A política continuava. Fiz o Congresso das mulheres do Partido Popular na véspera da queda do governo. No relatório, deixei claro que não me recandidataria mais. Estava terminando a temporada política em que eu havia esperado. Formalizei logo depois a saída do partido, para criar com Prodi e Parisi os Democratas, o “partido do Asinello”, como foi renomeado pela imagem escolhida que lembrava a mascote dos democratas americanos. Mas também por nossa obstinação em levar adiante o projeto do Ulivo. Nas eleições europeias de 1999, obtivemos 7,7%, afirmando-nos como segundo partido do centro-esquerda.

Me pediram para ser comissária regional da Lombardia para o novo partido. Foi uma ótima oportunidade para visitar as províncias e ver de perto a questão setentrional: eu falava a respeito em Roma, mas eram todos surdos. Enquanto isso, Prodi recebeu a proposta de ser o presidente da Comissão Europeia.

Eu estava entre os poucos que o encorajaram a aceitar: estava convencida de que, pela dimensão europeia, conhecida e governada, passasse o futuro da Itália e, também, uma nova possibilidade para Romano e para o nosso projeto.

Foram, aqueles, os anos da transformação dos objetivos políticos, quase para definir sua adaptação à revolução que ocorria no país.

Separações e convergências marcaram essa fase. Após o fim do Ulivo, era necessário novamente tentar a união. Um primeiro passo foi a Margherita, no caminho para o Partido Democrata. O processo era irreversível: apenas forças políticas maiores poderiam se propor à liderança do país, como uma alternativa ao centro-direita.

Foi realizada a assembleia fundadora da Margherita em Parma. Naqueles dias, havia sido indicada a prefeita da cidade, estava presente também Roberto Reggi, candidato em Piacenza. Dez anos depois, Roberto Reggi estará ao lado de Renzi na corrida para as primárias. Eis a história da democracia italiana desses anos: um processo imparável de transformação e uma nova geração que se empenha.

Naquela assembleia, que coroou Rutelli, em um certo momento Arturo Parisi desapareceu. Nós o rastreamos no telefone, ele estava no trem de volta para Bolonha.

Sinal de uma distância que encontrará seu cumprimento com a certificação do fim da Margherita, no caso Lusi e na perda do espírito do Ulivo no Partido Democrata.

No Senado: resistir a Berlusconi

Em 2001, houve as eleições políticas. Com o sistema Mattarellum, fui candidata pelo Ulivo no Colégio do Senado, que incluía um território entre Parma e Reggio Emilia: a minha história. Fui eleita, mas Berlusconi venceu em nível nacional.

Lembro -me do debate sobre confiança. Concluí minha intervenção dizendo a ele: “E, por favor, não nos deixe fazer papelões no exterior!”

Infelizmente eu fui profética. Da oposição, contrastei as leis Moratti para a escola; ainda pouco comparado ao que eu teria visto, mais tarde, com o ministro Gelmini.

Daquela minha legislatura, a XIV, falei nas Notas de Viagem. Entre Palazzo Madama e o Po, que publiquei no final do mandato.

Foram anos de resistência a uma cultura e a um projeto político inimaginável em um país democrático. Com o Parlamento e o Governo transformados em lugares de subversão do direito e de corrupção, com a justiça submissa aos interesses do chefe, as imunidades aumentadas, a Constituição atacada, a lei eleitoral atropelada.

Foram os anos das “cirandas” e das manifestações nas praças. Eu estava lá, no plenário e fora do Palazzo. Eu estava na Piazza Navona, em 2 de fevereiro de 2002, no palco com Nando Dalla Chiesa e outros colegas, quando Nanni Moretti, indicando nossos chefes alinhados atrás de nós, disse: “Nós, com esses dirigentes nunca venceremos”. Foram dias frios, tristes, percebíamos ser uma minoria no país e nós mesmos nos sentíamos menores em comparação com o vencedor. Tínhamos traído nosso sonho, o Ulivo, quem sabe quando o teríamos de volta.

Naquela legislatura, vi triunfar a visão egoísta da sociedade, a indiferença pelas regras, a vergonha da prevalência dos interesses dos poucos e dos ricos sobre o bem comum, a falta de vergonha do conflito de interesses, o uso político dos valores religiosos. Eu lutei contra tudo isso e lutei na fronteira da escola. Também fiz parte da Comissão Parlamentar para a Infância e

Adolescência, mas o tempo do governo de direita não permitia intervenções significativas na realidade do país.

No plenário, realizei o relatório minoritário sobre a lei no. 53/2003 de Moratti, nos opusemos aos cortes e às hipóteses de devolução e ruptura do sistema nacional educacional, promovi uma investigação cognitiva em crianças estrangeiras na escola italiana. Fui à Escola de San Giuliano di Puglia, desabada sobre alunos e professores.

Eu mantive viva a ideia do Ulivo, organizando em 2005 em Mamiano di Traversetolo - juntamente com Luca Marcora, colega parlamentar de Parma - uma iniciativa nacional com Arturo Parisi. Ulivistas, teimosos, sempre em minoria. Com a lâmpada acesa.

Em 25 de novembro de 2005, 62º aniversário da prisão dos irmãos Cervi, em sua casa em Gattatico, Prodi disse: “Os partisans não esperaram serem levados pelos eventos, mas os passaram com o preço de suas vidas. Eles nos pedem para fazer o mesmo hoje. Não com o sacrifício da vida, mas mudando a nós mesmos. Para levar a Itália ao nível de outros países europeus”.

Naqueles dias, já estávamos envolvidos na Fábrica do Programa em Bolonha, para que nas eleições políticas de 2006 a Itália pudesse mudar, com Romano Prodi.

Ele havia voltado da Europa e a Itália devia retornar à Europa.

Em 19 de abril de 2005, nas horas vagas no Senado para uma demissão relâmpago do presidente do Conselho Berlusconi, fui rapidamente, junto com dois colegas, para a Praça de São Pedro. Havia acabado de ser noticiada a fumaça branca do Conclave, após a morte de João Paulo II. No balcão da Basílica apareceu o Cardinal Medina: “Habemus papam: eminentissimum ac virrendissimum dominum, Dominum josephum ...”.

Entendemos que era Ratzinger e o vimos, com as bordas do suéter preto sob a veste branca que não teríamos mais visto.

Estava escrito que ele renunciaria? Há uma lealdade à chamada que torna autêntico o “Sim” e uma idêntica fidelidade a Deus que leva à retirada. Em Bento XVI revive todo o drama e a esperança da Igreja hoje.

Os vinte meses do governo Prodi: no Senado com Rita Levi Montalcini. Nasce o Partido Democrata

Após cinco anos de Berlusconi, a Itália precisava respirar. E voltar a ter esperança e a ser respeitada na Europa. Mais uma vez, foi chamado Prodi, que encerrava sua experiência como presidente da Comissão Europeia. Mas, enquanto isso, a lei eleitoral havia mudado. O Porcellum marcou a descida ao submundo da política, a expropriação do direito de escolha dos cidadãos, com o Senado transformado em uma armadilha para paralisar o Governo.

Prodi, para aceitar a candidatura, pediu as primárias. Uma data histórica: 16 de outubro de 2005. Naquele dia, no início da tarde, fiz a viagem de trem de Bolonha para Roma com ele, sua esposa Flavia e alguns amigos.

De toda a Itália chegavam os telefonemas entusiasmados pela participação. Contavam sobre as filas nos quiosques em toda Parma e de monges que esperavam sua vez de votar no Piazzale della Pace. Pensamos: este é um grande dia para a mudança da Itália. No final, mais de 4 milhões e 300 mil cidadãos participaram das primárias. Também desta vez os italianos estavam lá e queriam mudar.

Nós, que estávamos mais próximos de Prodi, sugerimos que consolidasse, naquela mesma noite, esse extraordinário processo político desde baixo, dizendo que nascia o seu partido, o partido das primárias, que nos apresentaríamos com listas unitárias nas eleições. Prodi não quis forçar uma vontade que sentia resistente e, no Senado, Margherita e DS, eles se apresentaram divididos. Eles disseram para contar. Depois se descobriu também o contar... os reembolsos eleitorais para os partidos, como o caso judicial de Lusi, tesoureiro da Margherita, depois revelou. Todos nós caímos em uma armadilha mortal.

Enquanto o povo dava fortes sinais de unidade, os partidos enfatizavam as diversidades e distinções. Chegamos à União e ao programa de 281 páginas,

já sinal mais de somatória do que de síntese. No entanto, a experiência do governo foi muito positiva em muitos aspectos.

Ficou histórica a Financial de 2007, que produziu também um pequeno tesouro, que não se conseguiu reinvestir devido à queda do governo. Naquela ocasião, eu cuidei do financiamento para a Escola Europeia e para o Colégio Europeu de Parma.

Era uma batalha diária, especialmente no Senado, onde tínhamos uma maioria muito apertada que se mantinha também graças à contribuição dos senadores vitalícios, como Rita Levi Montalcini, Prêmio Nobel de Medicina. Eu pude conhecê-la de perto, apoiando-a nos trabalhos do plenário e explicando-lhe, se necessário, os aspectos mais técnicos das medidas em discussão e as dinâmicas parlamentares.

Ela me contava sobre suas pesquisas que a mantinham acordada à noite; com a mente, ele estava sempre lá, para seu instituto cheio de jovens talentos. Ela disse com entusiasmo, uma manhã: “Sabe, eu descobri, essa noite eu descobri!” No plenário, ela recebeu ataques indignos da oposição. Ele não bateu uma pálpebra: “Eles são como gotas de água nas penas do pato – disse ela – as gotas deslizam e desaparecem”.

Quando ela chegou ao Senado, nomeada vitalícia pelo presidente Carlo Azeglio Ciampi, Montalcini trouxe sua vida, sua história, sua dedicação à pesquisa, suas conquistas, seu amor pelos jovens, mas acima de tudo uma retidão moral e um rigor intelectual que estavam enormemente acima do entendimento do plenário.

Ela foi uma verdadeira protagonista da vida parlamentar nos vinte meses difíceis e emocionantes do segundo governo Prodi. Ela me dizia: “Este é o governo do País que eu amo e o apoio com todas as minhas forças”.

Em 14 de novembro de 2007, durante uma das frequentes sessões dramáticas do plenário, ela me perguntou: “O que podemos fazer para ajudar o governo?”. Eu respondi: “Resistir, Rita”. Ela respondeu com energia: “Não, lutar!” E acrescentou: “O desperdício de tempo e recursos é impressionante”.

Quando ela morreu e seu caixão chegou ao Palazzo Madama, havia uma grande multidão que o aplaudiu na rua. Eu estava lá, no último dia

de 2012, com Romano Prodi e sua esposa Flavia. Particpei do funeral em Turim no cemitério monumental, superlotado de gente. Se entendia muito bem que o povo e os jovens reconhecem as testemunhas dos valores que eles próprios buscam.

Nas últimas semanas antes de sua morte, eu havia cuidado com tenacidade da apresentação no Senado de uma emenda à lei de estabilidade que atribuía ao seu Instituto Eбри uma contribuição extraordinária do Estado por três anos. Sei dos aplausos dos jovens pesquisadores do Instituto, quando chegou a notícia da aprovação.

Um pequeno sinal do Parlamento e do Governo para apoiar em nosso país aquela pesquisa que Rita Levi Montalcini havia realizado todos os dias de sua vida e que a Eбри representa bem, na Itália e no mundo. É na Eбри que hoje a China também parece ter interesse.

Mas voltemos ao governo Prodi que, também desta vez, acabou após menos de dois anos. Vem à lembrança Leo Nucci, no final de Rigoletto, quando canta: “Ah, a maldição !!”, sintetizando a trama de toda a obra. Eu tenho a impressão de que assim seja para a esquerda.

Lembro-me dos últimos dias de Romano Prodi no Palazzo Chigi, a preparação das caixas, a consciência de que a história política da Itália é sempre o resultado de escolhas. Às vezes se ganha, às vezes se perde e, naqueles dias, ficava claro que o curso da política italiana havia sido desviado. Logo depois, e não precisava de muito para entender, Berlusconi retornaria.

Romano Prodi queria que o governo caísse no Parlamento, o que nunca aconteceu na história de nossa República. Para que todos vissem e soubessem e que cada um assumisse as próprias responsabilidades perante o país.

Para que a democracia vivesse. Culpou-se a litigiosidade da União, à esquerda, a Mastella, que foi determinante com seu voto de não confiança no Senado. Todas coisas reais...

Mas, como em 96, o golpe mortal veio de quem estava mais próximo.

Graças ao sucesso das primárias, o caminho em direção ao Partido Democrata acelerou, nascido após um longo trabalho, entre incertezas e

resistências, em 14 de outubro de 2007 com outras primárias que elegeram Veltroni para liderar o partido.

Três meses depois, em um discurso em Orvieto, o novo secretário disse que nas eleições seguintes o Partido Democrata concorreria sozinho. Isso significava decretar o fim do governo Prodi e abrir o caminho para as eleições antecipadas. E, infelizmente, em direção ao retorno de Berlusconi à liderança do país.

A crise, o governo Monti, meu trabalho em uma legislatura de falência

Após o fim do governo Prodi, certificada no Parlamento devido à perda de sua apertadíssima maioria e à fragmentação política visível nos plenários parlamentares nas últimas semanas, após a batalha solitária e perdida do PD de Veltroni em 2008, Berlusconi retornou ao Governo com uma maioria esmagadora.

O governo terminará quase quatro anos depois, quando o presidente da República Giorgio Napolitano chamará Mario Monti para liderar o governo, algumas horas depois de o terem nomeado senador vitalício, com a Itália à beira do abismo.

Quase três anos nos quais Berlusconi e a Lega arrastaram nosso país para a ruína, enquanto a crise econômica devastou a Itália, a Grécia, a Espanha, a Europa, os Estados Unidos. Para nós, foram anos de resistência, de combate e, no final, a batalha parlamentar que forçou Berlusconi à rendição.

Em 6 de agosto de 2008, no início da legislatura, a Lei 133 foi aprovada no plenário. Cortes de oito bilhões de Euros devastaram a escola, a universidade e a pesquisa. Os autores eram conhecidos: Tremonti e Gelmini. Lembro-me que com Giuseppe Malpeli e Pietro Baga, então responsável de escola do PD de Parma, no calor de agosto, montamos um banquete sob as arcadas de Via Mazzini em Parma para explicar aos cidadãos o que estava acontecendo.

Difícil de fazer as pessoas entenderem.

Demorou meses para que, no ar, começasse a fermentar a revolta.

Em setembro, a Conferência Nacional da Associação de Professores de Matemática foi aberta com o relatório “A irracionalidade do número 133”. Nossa batalha na comissão e no plenário foi árdua, e eu estava participando. Mas os números, na democracia, decidem.

Os anos de 2008-2011, no Parlamento italiano, foram os mais sombrios da minha experiência parlamentar, se for possível comparar as épocas da maioria de Berlusconi e da Lega no governo do país. Fomos forçados a

lidar com os interesses de Berlusconi, especialmente no campo da justiça, desarticulada sem escrúpulos; respiramos o veneno do racismo e do egoísmo da Lega; resistimos à degradação da vida parlamentar com a compra-venda dos eleitos; enfrentamos os ilícitos dos senadores Di Girolamo, Di Gregorio, Lusi, e a medida que estabelecia a boa-fé de Berlusconi no reconhecimento de Ruby como sobrinho de Mubarak.

Eu vivi ao vivo, por longo tempo, a ofensa à dignidade da mulher, até a explosão do “Se não agora, quando?”.

Após a pesada ironia de Berlusconi contra Rosy Bindi, uma noite na transmissão televisiva Porta a Porta, no início da manhã, recebi um telefonema de uma professora da universidade da minha cidade: “Não podemos fazer algo?”; inventamos as camisetas com a escrita “Eu não sou uma mulher à sua disposição”, como Rosy havia respondido.

Em 21 de julho de 2008, eu intervim no plenário contra a lei que estabeleceu imunidade para as posições mais altas do estado.

Eu sabia e disse que era previsto assim pelas leis da ditadura de Myanmar. No final da legislatura, frustramos o golpe para mudar a Constituição.

As perguntas e moções por mim assinadas pela primeira vez dão a sensação daquele período de clima de fechamento, de destruição do direito, de servidão dos representantes eleitos aos seus líderes, que permanecem na minha memória como a marca registrada da legislatura.

Ninguém do governo jamais respondeu às muitas perguntas. Dos episódios de Bonsu e da jovem nigeriana de Parma, à situação dos alunos imigrantes quando a Lega propunha as classes-gueto; das ameaças à liberdade dos professores - Berlusconi disse em 26 de fevereiro de 2011: “Eles querem inculcar princípios que são o oposto daqueles que os pais querem inculcar nos filhos, educando-os no contexto de sua família” -, às condições das prisões italianas e dos doentes de Alzheimer; das infiltrações do crime organizado na Emilia-Romagna, aos operadores do Maio Musical Florentino deixados em Tóquio nos dias do terremoto; das manifestações de Casa Pound em Parma e em outros lugares, até à lentidão das obras no eixo Pontremolese-Nogarole Rocca, às intervenções no Castelo de Compiano.

Nos anos entre o segundo governo Prodi e o início da última legislatura, participei por três anos, chamada pela confiança da Presidente Anna Finocchiaro, do Escritório de presidência do Grupo.

Um trabalho intenso de conexão e proposta que me levou por alguns meses nas situações difíceis da Comissão de Saúde, lutando com o testamento biológico e na Comissão de Agricultura, onde apoiei o começo, proposto pela líder Leana Pignedoli, de uma Pesquisa cognitiva sobre os entes de pesquisa em agricultura, uma selva de interesses nos quais Leana se moveu com grande determinação.

Fiquei por alguns meses na Comissão do Meio Ambiente, onde promovi uma investigação cognitiva sobre o estado do rio Po e segui os eventos do pós-terremoto de L'Aquila, ouvindo, poucos dias após o sismo, o presidente da Comissão Grandes Riscos, Enzo Boschi, e a corajosa presidente da província de L'Aquila, Stefania Pezzopane.

Em 2007, criei a associação As Democráticas, que tinha como referências Tina Anselmi e Giglia Tedesco, para que no PD e na sociedade a voz livre das mulheres pudesse influenciar a mudança da política. As mulheres são a alavanca da mudança, desde que sejam protagonistas sem nenhuma sujeição.

Nas eleições primárias de 2009 para o secretariado do partido, ganhas depois por Pierluigi Bersani, não participei.

Via todo o limite no novo momento da política que estava se delineando. Na véspera, declarei meu voto em Ignazio Marino, símbolo de uma renovação que considerava indispensável.

Após o Congresso, todo papel no Partido Democrata e no grupo foi rigidamente definido pelo manual corrente. Deixei a presidência do grupo, o meu papel agora estava definido apenas pela qualidade da contribuição pessoal que nas várias circunstâncias eu poderia oferecer.

Durante toda a legislatura, participei da Comissão de investigação sobre o Serviço Nacional de Saúde, a pedido de Ignazio Marino, que se tornou seu presidente. Um trabalho intenso que me viu diretamente empenhada sobretudo em duas questões: a morte de Stefano Cucchi, na qual fui relatora junto com o colega Vincenzo Galioto, então do PDL, e o fechamento dos

hospitais psiquiátricos judiciários. Um compromisso, nas inspeções, nas audições, no debate que constituiu para mim uma maneira de estar no Parlamento na defesa desses assuntos.

Eu intervim no Parlamento sobre o dramático problema das prisões, que visitei sistematicamente em Parma e nas outras cidades da região. Vi as suas deficiências estruturais, de funcionários e recursos, conversei com os gerentes do Departamento da Administração Penitenciária do Ministério da Justiça, apoiei a abertura da prisão ao território, apreciei muito o trabalho do voluntariado.

A prisão não está fora, mas dentro da cidade e dentro do País.

Qualifica a sua civilização.

Naturalmente participei ativamente, como nas legislaturas anteriores, do trabalho comum no plenário e nas comissões, com intervenções, emendas, propostas de investigação que estão nos relatórios parlamentares.

Eu concentrei depois meu compromisso político em dois objetivos cruciais: a mudança da lei eleitoral e a diminuição dos custos da política, com êxitos bastante parciais.

Em 2009, assinei um projeto de lei para a modificação da lei eleitoral e a restauração do Mattarellum.

Os últimos anos do Legislativo viram o PD empenhado na elaboração de uma proposta que previa a adoção do duplo turno de Colégio. Na realidade, a discussão entrelaçava o direito eleitoral e a estratégia política que previa o encontro com o centro representado por Casini e o consequente abandono do bipartidarismo.

Casini havia sido, como presidente da Câmara, um dos apoiadores mais decididos do Porcellum. A maioria parlamentar e as táticas, também de nossa parte, das quais Luciano Violante era intérprete, não levaram a nenhum resultado.

Foi naquele clima que, no verão de 2011, participei direta e ativamente, juntamente com Arturo Parisi, na organização do referendo revogativo da lei eleitoral vigente. Um verão de fogo, que viu mais de um milhão e duzentos mil cidadãos assinar nos quiosques. Outro grande sinal da demanda por mudança que o Partido Democrata não conseguiu perceber.

Depois que o Tribunal Constitucional declarou o referendo não admissível, apresentei outro projeto de lei que revogava o Porcellum e instituía as primárias. Ficou como testemunho do que a política no Parlamento poderia ter feito e não quis fazer.

Restou depois ao PD, em extremis, em 30 de dezembro de 2012, corrigir com as primárias, pelo menos de sua parte, a imposição dos candidatos na lista prevista pelo Porcellum, ainda em vigor.

Também tentei enfrentar os custos da política, enquanto no PD o tema tinha dificuldade em decolar.

Já na campanha eleitoral de 2006 Prodi o havia colocado no programa: lembro-me de um comício seu em Sant’Ilario d’Enza.

Promovi a constituição no Senado de um grupo de trabalho, do qual também participavam Enrico Morando e Leana Pignedoli, pela supressão dos vitalícios.

Depois, não vendo desenlaces positivos de imediato, apresentei um projeto de lei para a redução de 30% das remunerações aos parlamentares, na indiferença da maioria.

Ao discutir o orçamento do Senado, em 2 de agosto de 2011, eu intervim no plenário e depois não participei da votação, considerando insuficiente a proposta apresentada sobre os cortes na organização da estrutura.

Também segui a situação da equipe do restaurante do Senado, ameaçada de demissão. Somente no auge de uma campanha crescente contra os custos da política, algo foi decidido, como o corte dos vitalícios, mas o mais - o corte do número de parlamentares e do financiamento público dos partidos - permaneceu à sombra.

Muito pouco, e tarde demais, foi feito pela política para enfrentar a própria reforma. Ignorou a grande demanda dos cidadãos que Grillo interceptou de maneira decisiva. Agora, novamente, esta pergunta é feita ao PD, como questão crucial para a democracia.

Diante da grande pobreza do debate público frente aos desafios culturais e políticos da Itália, após a manifestação das mulheres “Se não agora, quando?” - que, em 13 de fevereiro de 2011, foi a voz poderosa do despertar da

consciência do País - promovi, de acordo com a presidente do Grupo do PD ao Senado Anna Finocchiaro, uma reunião de aprofundamento com algumas protagonistas daquele movimento. Um exemplo de como deveríamos fazer política normalmente, também no Senado.

Em 20 e 29 de maio de 2012, tremores de terremoto devastaram a Emilia.

Desde então, com os colegas da Região, trouxe comigo essa tragédia sustentando no Parlamento a estratégia de renascimento interpretada para todos da região liderada por Vasco Errani, comissário para o terremoto. O intenso trabalho dos parlamentares levou, com grande esforço, a enormes resultados em um curto período de tempo e inovou os procedimentos, também com grande atenção às infiltrações do crime organizado.

Emilia é a Itália, frequentemente é a sua melhor expressão, imbuída de solidariedade, bom governo, credibilidade na Europa e no mundo.

Mas não é imune ao crime organizado, precisamente porque seu nível de crescimento econômico é alto.

Há tempos já eram evidentes os sinais de infiltrações da máfia em nossa região. Eu o havia dito também no decorrer da campanha para as eleições administrativas de 2007 em Parma, despertando escândalo.

Quando apresentei a primeira interrogação parlamentar sobre o fenômeno, não foi fácil encontrar escuta. Eu seguia as análises pontuais de “Libera”, a organização de Don Ciotti. Depois foi um crescendo: de Reggio Emilia a Parma, a Mantova, a poluição dos negócios, os crimes, os incêndios, a extorsão estavam entre nós, como na Sicília, na Calábria, em Casal di Principe. Abriram-se os olhos de uma opinião pública relutantes em aceitar aqui, em terra da liberdade e solidariedade, a presença do crime organizado.

Nasceu a reação das instituições, dos Conselhos municipais, da Câmara de Comércio de Reggio Emilia, multiplicaram-se as iniciativas nas escolas. A prefeita de Reggio Emilia Antonella de Miro foi e é o ponto de referência forte e tenaz da iniciativa pública, do Estado, para defender a legalidade e o desenvolvimento ordenado de um território.

Quando, em 2008, no Parlamento, começamos a perceber as características da crise econômica, parecia estar em outro mundo.

Fora, crescia o drama do desemprego, da crise nas empresas, o fechamento dos empréstimos dos bancos, a fuga dos jovens para o exterior, o aumento das desigualdades, o desalento no futuro.

Dentro, a maioria pensava apenas em se salvar mantendo o poder. “Com a cultura não se come” havia sido a expressão de um ministro da Economia que estava levando a Itália e a Europa à beira do abismo.

Quando, em novembro de 2011, houve a chegada do governo Monti, após a transmigração dos parlamentares e o fim da maioria berlusconiana, enquanto os escândalos da Lega se espalhavam, sentimos todo o peso da responsabilidade política que pousava no PD: salvar a Itália. Então e depois.

Em 17 de novembro de 2011, o governo Monti se apresentou no Senado para o voto de confiança. Vi imediatamente a mudança: por muitas horas o governo esteve no plenário, os ministros compostos, silenciosos, atentos ao debate. Isso nunca havia acontecido, o Parlamento se sentiu ouvido.

Eu disse a Monti, enquanto aguardávamos o resultado do voto de confiança. Uma maneira de falar e ouvir, uma maneira de ser. Foi uma mudança de atmosfera, foi uma mudança política.

Quando discutimos as medidas para enfrentar a crise, sentimos o sofrimento do país, a necessidade de sair dos problemas, a necessidade de ser Europa e ser credível na Europa.

Depois de um ano, a tentação de ceder ao marasma e a uma revanche eleitoral, de salvar a si mesmo e suas coisas, levou Berlusconi a parar Monti para antecipar as eleições.

Ao longo dos anos, havíamos conhecido essa lógica e a ameaça do retorno às urnas como uma espada de Dâmocles. Nós a sentíamos por semanas no ar e, de qualquer forma, o retorno da política em lugar da técnica estava nas coisas.

Mas qual política?

Novamente voltava Berlusconi com um PDL em desintegração e novas pequenas formações in fieri, a serem feitas.

Monti se transformava em líder político, intérprete da necessidade da Europa de parar Berlusconi e oferecer uma alternativa à esquerda. O PD, Sel e Tabacci se tornavam o pivô de uma possível estabilidade do governo.

Era evidente que o futuro da Itália estava essencialmente nas mãos do Partido Democrata. O bipartidarismo declinava e um novo espírito proporcionalista parecia prevalecer, enquanto cada vez mais haveria uma necessidade de unidade, coalizão, estabilidade.

E de bipartidarismo, de alternância. Enquanto isso, o vento da mudança tomava uma nova direção, a do Movimento 5 Stelle. Terminava uma longa fase, tudo estava à nossa frente.

Por toda a legislatura, na variação do clima político, das maiorias e ministros da cultura - de Bondi a Galan, a Ornaghi - apresentei o projeto de lei para as Celebrações do Bicentenário do nascimento de Giuseppe Verdi, até o resultado da aprovação definitiva no Senado, em 24 de outubro de 2012. Um trabalho em equipe que marcou, sozinho, um ponto positivo em toda a legislatura.

Uma iniciativa parlamentar enquanto todos os dias chegavam no plenário decretos urgentes do Governo.

Junto com a colega de Parma, Carmen Motta, apresentamos e levamos adiante o projeto de lei. Saiu antes na Câmara, enquanto nós no Senado licenciávamos com unanimidade a Lei sobre os festivais líricos (Puccini, Rossini, Spoleto, Ravenna). Uma navette entre Câmara e Senado, com o consentimento de todos.

Uma nova lei, a de Giuseppe Verdi, que recupera os lugares verdianos (a casa natal em Roncole Verdi, Villa Sant'Agata em Villanova d'Arda), estimula um planejamento difuso, projeta a Itália no mundo, onde em todos os lugares se celebram Verdi e Wagner duzentos anos após seus nascimentos. Um compromisso com Verdi que não é apenas um compromisso com o seu e nosso território, mas um esforço concreto para a Itália, para a cultura, para as novas gerações.

Uma lei pode tocar valores tão universais? Sim, e esta do bicentenário do nascimento de Giuseppe Verdi expressa essa consciência. O homem

que “chorou e amou por todos” é um presente universal, para o mundo, e o Parlamento oferece aos italianos e, em particular, às gerações mais jovens novas possibilidades de encontrá-lo.

Falamos de Giuseppe Verdi e, na realidade, estamos falando de nós, de nossa identidade nacional e europeia.

Com o advento do governo Letta, em junho de 2013, o Ministro da Cultura Massimo Bray, presidente do Comitê Nacional para as Celebrações do Bicentenário do nascimento de Giuseppe Verdi, me confiou o encargo de sua vice na presidência do mesmo Comitê.

Tudo se mantém.

Desde então, dei impulso às celebrações verdianas sentindo-me parte de uma grande história cultural e civil.

O meu território: atravessar os confins

“Qual é o meu território?”, uma pergunta essencial para um político, no tempo que impõe o enraizamento dos eleitos na vida da comunidade.

Nestes anos em que cresceu a distância entre cidadãos e política, muitas vezes foi considerado que apenas a referência a um território pudesse legitimar os representantes do povo no Parlamento.

A cultura da subsidiariedade, a bandeira do federalismo, a valorização das autonomias na arquitetura da República, estabelecida em 2001, pelo Artigo V da Constituição, alimentaram essa visão.

Para mim sempre foi natural me perceber como parte de um território, mas na minha função do parlamentar eu sempre senti também a força do artigo 67 da Constituição, que estabelece que “cada membro do Parlamento representa a Nação e exerce suas funções sem vínculo de mandato”.

Nesses anos, vi essa suposição negligenciada precisamente no tempo em que crescia na representação parlamentar a servidão em relação ao chefe, se ampliava a perda de dignidade para a prevalência dos interesses partidários, minguava a defesa do direito, insidiosas se tornavam as propostas da Lega que buscavam a separação das áreas do país.

Enquanto se deveria ter enfrentado de frente o tema da reforma da política, de seus custos e dos comportamentos públicos, frequentemente nos refugiamos no território como dimensão exclusiva da política. Com a perda da visão nacional, permaneceu em segundo plano também a visão política da Europa, a verdadeira pedra angular continental no século XXI. A mesma cultura política democrática perdeu o vigor, deixando descoberto o flanco da participação e da visão ideal de longo prazo.

Enquanto isso, o movimento das ideias e as aspirações de um povo inteiro não paravam, até a explosão desse sentimento de não confiança e raiva que agora está preenchendo o vazio de um forte projeto de política nacional

e europeia que está faltando atualmente. O enraizamento no território tem sido frequentemente o remédio invocado contra a nomeação verticista dos parlamentares, determinada pela lei eleitoral de 2005.

As primárias do PD para a escolha dos parlamentares constituíram um corretivo que em grande parte, novamente, privilegiou o perfil territorial dos candidatos, geralmente provenientes de experiências administrativas. O risco é que prevaleça uma dimensão provincial da política, enquanto os problemas enfrentados no território têm sempre uma dimensão nacional e global.

Um novo tempo se abre diante de nós, no qual a capacidade de resposta aos desafios globais é medida com a concretude das escolhas, com uma visão de síntese que leve a Itália e nossos territórios a se pensar no mundo, com uma reencontrada dignidade da política que a preserve da corrupção, do engano e do populismo.

A competitividade das empresas lembra necessariamente a competitividade dos territórios. Por esse motivo, há a necessidade de visão política em todos os aspectos da gestão administrativa. Eu vi crescer, nos últimos tempos, uma nova possibilidade para a dimensão política dos territórios. A reorganização das províncias e dos entes descentralizados, cento e cinquenta anos após a Unificação da Itália, é o seu sinal. A política dos territórios precisa sempre de uma guarnição nacional de fôlego e visão.

A dimensão global da economia ajuda a encontrar novas dimensões da política territorial. Como não ver na proposta da Emilia como a esfera de reorganização das províncias, como afirma a presidente da província de Reggio Emilia, Sonia Masini, um exemplo de inovação na estratégia para a Europa? Um território vive se souber enfrentar os novos desafios. Eu gostaria que eles não esperassem anos para mudar. Não é fácil, as resistências sempre se fazem sentir, os poderes consolidados não querem ceder, mas o processo é irreversível.

Então, qual é o meu território?

Para entender, é preciso atravessar os confins.

É o que eu sempre fiz, ficar nas fronteiras e atravessá-las: de Boretto à Bassa Reggiana, passando pela ponte sobre o Po para chegar a Viadana e às margens

Mantovana e a Lombardia. Sendo reggiana e parmigiana, atravesso o rio Enza, com naturalidade, sou eu mesma sendo parte e pertencendo a ambas as margens.

Mas já sinto em Viadana o ar e o sotaque do Norte.

Um território de diversidade, onde o conhecimento de uns ajuda a conhecer os outros. Um entrelaçamento contínuo.

Meu território foi a ponte da barça que atravessei muitas vezes de bicicleta, de Boretto a Viadana, com Nino (nós o chamávamos assim, mesmo que seu nome fosse Dino), o encarregado, que a guardava. Agora, no início da nova ponte de concreto, fica o Museu Casa dei Pontieri, que Romano Gialdini, seu filho, construiu com paixão. Há uma foto de Nino na ponte com Mario Prodi, então engenheiro-chefe da província de Reggio Emilia, pai de Romano. Aos domingos, ele trazia os filhos pequenos, por sua vez, às margens do Po. A política e a vida, sempre juntas.

O Po é o meu território, assim como as terras de Verdi, como é Parma, também é à sua maneira Reggio Emilia: a cidade do Tricolor, da Resistência, a cidade dos constituintes Nilde Iotti, Giuseppe Dossetti, Meuccio Ruini, a cidade na qual, da província, chegava para visitar parentes em San Lazzaro e para viver a política em sua dimensão provincial. Meu território são também os Apeninos, o Reggiano e Parmense, de Pietra di Bismantova até à Cisa.

Toda a Emilia-Romagna é o meu território, que percorri de Piacenza a Rimini, até Ravenna e Ferrara, conhecendo a política, as mulheres, os amigos, a vida e a história de uma terra civilizada e generosa.

É nesta área, entre Reggio e Parma, que desde a juventude conheci Sandro Scansani. Ele vinha à minha casa de bicicleta e me pedia papéis e jornais. Um pesquisador incansável de ideias, de documentos, de relatórios.

Ele trouxe a Europa para a terra emiliana e na área do vale do Po entre as excelências culturais. Livre e pobre, duas grandes qualidades para um homem. Ele fundou em Reggio Emilia a casa editora Diabasis; atualmente, a sede está em Parma. “Sempre em casa”, diria Sandro.

Também conheci a Lombardia em 1999 com os democratas e conheci muitas outras cidades e regiões: o Veneto, a Sicília, a Sardenha, a Val d’Aosta,

a Puglia e a Basilicata. O território de cada região da Itália me intriga e eu gosto de cada um.

A cada vez tentei entrar em contato profundo com os lugares e as pessoas e entendi que em cada território há uma ideia da Itália, da Europa e do mundo que sempre nos envolve e nos transforma.

O território é um lugar interior e se torna a alma da política que captura as expectativas de vida das pessoas, que conhece a economia e o trabalho de uma terra, que fala de uma paisagem que é cara a você porque é a primeira que você viu em sua infância e lhe deu identidade, idioma, dialeto.

Parte deste território, difícil de definir, mas tão bonito e tão grande para lembrar e contar, transformou -se em um assunto político nas eleições de 2001 quando, com a lei eleitoral Mattarellum, tornou-se a área de um colégio eleitoral, o XII, que ia de Pellegrino Parmense a Polesine Parmense e, passando por Salsomaggiore e Fidenza, deixava de fora a cidade de Parma, passava pelo rio Enza e englobava toda a área ao norte de Reggio Emilia e ao sul do Po até Rolo, a cidade da antiga arte da marchetaria, na fronteira com a província de Modena.

Lá, liderei minha primeira campanha eleitoral para o Parlamento, viajando com um furgão que nas paradas oferecia, juntamente com os panfletos e o programa, copos de vinho Lambrusco. Ganhas as eleições me tornei senadora desse colégio, assim me senti e estive a serviço de todos, ponto de referência para todos, muito além dos pertencimentos políticos. Porque este é um colégio eleitoral.

Eu vivi cinco anos sentindo que representava esse território no Parlamento, juntamente com a nação.

Daquele território, tentei levar para o Parlamento os problemas e as oportunidades que tinham um valor nacional: a Via Francigena, o escritor Giovannino Guareschi, o maestro Giuseppe Verdi e os produtos da terra. Segui as crises corporativas, da Parmalat à Eridania, conheci os prefeitos e os administradores locais por quem tenho uma grande consideração porque representam não apenas suas comunidades, mas a República. Eu conheci as organizações econômicas e os sindicatos, as instituições, incluindo as instituições

educacionais que estão na Constituição, as associações e o voluntariado, especialmente o da proteção civil, de Polesine Parmense a Brescello e Luzzara.

Vi a instabilidade hidrogeológica do território, a inundação de Sala Baganza, os choques do terremoto, a tenacidade dos prefeitos e o presidente da província de Parma Vincenzo Bernazzoli, a lenta prevenção e a ainda mais lenta intervenção do Governo, por muito tempo delegada a Bertolaso.

Eu conheci melhor o Po com Giuseppe e Giuliano Landini, com Ginetta, com a motonáutica, com seu Stradivari, a embarcação que leva a explorar a hidrovía, a sua beleza e os seus segredos, a sua cultura.

A bordo do Stradivari, levamos a Convenção Nacional do Ulivo para o Po, com Romano Prodi.

Eu conheci as paróquias, os padres e as freiras, as escolas paritárias e as casas de caridade, uma reserva infinita de espiritualidade e solidariedade. Eu conheci os bispos do meu território, de Cesare Bonicelli a Enrico Solmi em Parma, de Adriano Caprioli com Lorenzo Ghizzoni a Massimo Camisasca em Reggio, de Maurizio Galli a Carlo Mazza em Fidenza. Mestres e amigos.

Eu conheci os beatos e os santos da minha terra, canonizados em São Pedro e em Parma: Artemide Zatti, coadjutor salesiano argentino, cuja família havia saído de Boretto e havia morado, como a de Juan Edmundo Vecchi, um sábio reitor maior dos Salesianos, perto de minha casa; Eugenia Picco, Anna Maria Adorni, Guido Maria Conforti, Andrea Carlo Ferrari. Pessoas que despertaram o senso da caridade em muita gente.

Eu conheci os lugares da cultura, as superintendências e os museus e deles recolhi colecionei a grande demanda por atenção e recursos. Eu conheci muitas pessoas em dificuldade, tantos jovens procurando emprego, tantos problemas a serem compartilhados e possivelmente a serem resolvidos.

Ouvi a respiração dos “Cantori di Coltaro” de Eugenio Martani no “November Porc” e a banda de Santa Vittoria de Gualtieri, terra dos violinos, com as iniciativas de 1o de maio na estrada.

Eles discutiam se deveriam tocar ou não Bandiera rossa e tocaram. Uma terra que eu sonhei como “Parque da Cultura”, de Ligabue e Ghizzardi a

Zavattini, da Biblioteca Maldotti de Guastalla a Rocca di Novellara, de Palazzo Bentivoglio di Gualtieri a Fontanelle di Roccabianca, terra de Guareschi, Faraboli, Pietrino Bianchi.

Eu promovi o projeto de lei para a valorização da figura de Matilde de Canossa e dos lugares matíldicos.

Quando, em 2012, concluí a lei para as celebrações do bicentenário do nascimento de Giuseppe Verdi, tinha Roncole e Busseto em meu coração.

Quase todos os anos, em 27 de janeiro, o aniversário da morte, cantei na praça em Busseto, em frente ao monumento, o *Vá pensiero*, misturada aos concidadãos do Maestro, no frio da noite, à luz das tochas.

Em seu território, tem a Europa. Sempre considerei estratégicas e de grande visão as escolhas que construíram o Colégio Europeu em Parma, as condições para a atribuição da EFSA (European Food Safety Authority), a Escola Europeia. Grande artífice dessa visão foi Andrea Borri, político e administrador que fez de nosso território um protagonista da Europa.

A Europa, no nosso território, é também o conjunto dos Caminhos da Europa, desde a Via Francigena até à Associação dos sítios e abadias cristãs da Europa, com as abadias de Fontevivo, Badia Cavana e Chiaravalle della Colomba, que conheci de perto.

Um colégio eleitoral é a Itália democrática, protagonista de políticas que mudam a vida da população e fortalecem o território. Aprendi imensamente com todos.

Quando a lei eleitoral mudou em 2005 e voltei ao Senado na lista regional, continuei a sentir-me representante daquele meu colégio eleitoral, embora tenha sempre ampliado os meus contatos, respondendo ao apelo de muitos, bem além das suas fronteiras. A escola, as mulheres, os direitos, a ética, a democracia, a política: é em torno destes temas que tenho participado em muitas iniciativas em várias partes da Itália.

Eu não teria conseguido cruzar, rapidamente e em segurança, o meu território e outras áreas da Itália sem a colaboração de Luca Benassi, proprietário de carros de aluguel, e de seus motoristas: Simone, Domenico, Ernesto. Com

profissionalismo, respeito e paciência permitiram-me responder quase sempre afirmativamente aos convites que me foram enviados e partilharam comigo parte da história destes anos.

Com o Ulivo havia iniciado no colégio de Fidenza a associação “O caminho para a formação dos jovens”, juntamente com o prefeito Massimo Tedeschi e seu vice Francesco Ghisoni. A iniciativa foi pensando no futuro: havia um projeto político a construir e uma participação a ser estimulada.

Durou um pouco, mas não resistiu à “geada” que interrompeu o projeto do Ulivo. A associação “Il Cammino” de Val Ceno continuou viva. A Margherita e o PD tiveram dificuldade para se tornarem a força motriz do debate político no território. Prevaleceram as práticas organizacionais e novamente a visão administrativa, sobretudo com o objetivo de vencer em Parma, e não raramente as lógicas individuais. A experiência me diz que o território é uma dimensão da política se dela se assume a ética e a responsabilidade, o alento e os objetivos, e se ao território se souber oferecer um desenho mais amplo de suas fronteiras.

O Ulivo era isso também.

Em Roma também encontrei um território meu. É o perímetro entre o Palazzo Madama, o Montecitorio, o Palazzo Chigi, Sant’Andrea delle Fratte, sede nacional do PD, e na época do Ulivo e dos Democratas, a Piazza Santi Apostoli. Se a maior parte do meu tempo em Roma foi passada no Senado e nos locais adjacentes das Comissões, as saídas me levavam a outros encontros de trabalho político na Câmara e no partido.

Poucas distrações, se excluirmos as conversas noturnas com amigos ou convênios de cultura e política.

Naquele perímetro, lembro-me do impacto chocante com a atuação das forças policiais nos tempos do G8 em Génova. Pediam seu documento de identificação nos becos que vão do Senado à Câmara.

Lembro-me do silêncio autoritário do Ministro do Interior Scajola no plenário da Comissão Parlamentar.

Lembro-me das manifestações estudantis, do incrível ataque do bloco estudantil neofascista na Piazza Navona e da presença muito frequente dos

trabalhadores de todas as categorias em frente às barreiras do Senado. Eram os tempos sombrios da direita.

Na Piazza Sant'Eustachio, atrás do Senado, um dia encontrei Monica, uma jovem cigana de origem romena, que pedia esmola.

Começamos a nos conhecer e junto com alguns colegas demos a ela uma mãozinha. Ela tem um marido que trabalha ocasionalmente e três filhos que vão à escola. Eles moravam no campo de Prima Porta e agora em Ladispoli. Falta-lhes tudo, mas a escola é também para eles uma possibilidade de futuro. Continuo a segui-los, mesmo depois do mandato parlamentar.

O meu território romano inclui a igreja de Sant'Eustachio, dirigida por um pároco idoso, aberto e amigável. Há missa todas as noites e eu frequentava sempre que podia. Em média éramos quatro ou cinco pessoas, incluindo as freiras. A poucos passos do Senado e a quatro da Basílica de São Pedro, parecia a igreja das catacumbas.

Na época da direita, foi instituída na Câmara uma reitoria para parlamentares católicos. No Senado há um serviço um pouco mais isolado em Sant'Ivo alla Sapienza.

Nunca compartilhei a ideia de capelães na política, vi nisso também um uso político da experiência religiosa, que marcou a vida política e também da Igreja nos anos do berlusconismo no poder.

No bairro Prenestino descobri um pedaço de Boretto. Giancarlo Muti mora em Roma com sua família há trinta anos. Ele é originário da minha cidade, da qual gosta muito. Nos encontramos e nos vemos de vez em quando. Ele é o chefe de um famoso clube esportivo, o Folgore San Luca, uma verdadeira guarnição social e educacional.

Todos os anos, no dia 12 de novembro, o massacre de Nassiriya é lembrado com um memorial. Participam os familiares dos caídos, os representantes das instituições, a banda dos Carabinieri.

É a Itália que vive num território.

Parma está também, em Roma, na Fundação Micol Fontana que visitei. Há ali a moda e a criatividade italiana que atravessaram o século XX

no nosso país e no mundo. Para Micol Fontana, 2013 foi o seu centenário, um compromisso também para Parma, que já abriga milhares de desenhos recolhidos na sede do CSAC na Abadia de Valsereña.

Às vezes fui chamada para debates em escolas de Roma, às festas do PD de Caracalla ou nas da Refundação Comunista. Realmente um parlamentar representa a Nação. Em Roma participei das manifestações nacionais na Piazza San Giovanni, que ao longo dos anos marcaram o nosso caminho em direção à mudança.

Com muitos dos funcionários e encarregados do restaurante tive um relacionamento de cordialidade pessoal. Entre os funcionários, descobri o filho de uma senhora de Boretto, morando em Roma há muitos anos. Me lembro de seu avô, Celso Soliani, um carpinteiro que morava em via Goletto.

Com os funcionários do Grupo, da Assessoria de Imprensa e do Gabinete Legislativo, passei estes doze anos de trabalho parlamentar lado a lado, conscientes de que estávamos todos ali em nome do povo italiano.

De 2001 a 2013 nosso território foi representado nas listas de centro-esquerda na Câmara dos Deputados por Carmen Motta, no Senado da República por mim.

Eleita pela primeira vez no colégio eleitoral da cidade de Parma, nascida e vivendo no Oltretorrente, a Honorável Motta foi, como eu, uma expressão do território, da sua vida e do seu compromisso social e político. Duas mulheres, por longos anos, representando o Partido Democrata no Parlamento do nosso território. Quase uma anomalia.

A nossa relação, baseada na estima e no respeito mútuos, transformou-se ao longo do tempo numa colaboração atenta e constante pelo bem das nossas comunidades. Diferentes em temperamento, formação cultural e política, competências, trabalhamos sinergicamente.

Autónomas e ao mesmo tempo convergindo para os objetivos que nos eram caros, sempre cultivamos a discussão e um intercâmbio político, mesmo com escolhas diferentes nas dinâmicas internas do partido, que nos enriqueceram, com uma verdadeira amizade, e, também, ao partido Democrata.

Juntas entramos no Parlamento, juntas saímos dele.

A minha cidade: Parma

Ouvi falar de Parma pela primeira vez na minha pré-adolescência, no pátio da minha casa, por “Vitòri”, Vittorio Mossini, cunhado da minha avó, que vivia e trabalhava em Parma: vendia frutas e legumes na Piazza Ghiaia. No seu dialeto inconfundível, ele falou com entusiasmo sobre Parma e seu prefeito, Giacomo Ferrari.

Comecei a conhecer a cidade ainda no ensino médio: todos os dias pegava o trem que me levava de Boretto a Parma. Lembro-me que em Sorbolo um grande grupo de crianças sempre subia a liderado por um jovem e já carismático Ulisse Adorni. Ele também frequentava as magistrais; segui depois a sua vida à distância: professor, escritor infantil, jovem político brilhante na esquerda DC, vereador em Parma. Único, Ulisses!

Embora durante anos a minha relação com Parma tenha sido transitória, sinto que posso dizer que esta é a cidade a que pertenceo e que me pertence. Aprecio sua beleza, cultura, sua vitalidade social. Durante muitos anos estive menos envolvida pela dimensão política e mais pela dimensão profissional e eclesial.

Lembro-me da colaboração da Juventude Feminina da Diocese de Guastalla com a de Parma e da minha experiência como delegada no XIII Sínodo Diocesano, marcado pelo episcopado de Benito Cocchi, inesquecível. A amizade com Don Raffaele Dagnino foi vital para mim.

Quando Monsenhor Cesare Bonicelli chegou a Parma como bispo, apreciei a sua franqueza e abertura sem preconceitos para com toda a cidade. Éramos amigos e acompanhei o seu caminho, ao lado da irmã Angiola Maria, mesmo quando ele regressou a Bergamo, até ao fim da sua vida.

Em 2002, depois de um ano da minha presença no Senado, as eleições autárquicas chegaram a Parma, sem que os partidos de centro-esquerda se tivessem preparado adequadamente.

O prefeito cessante, Elvio Ubaldi, inventor de um espírito cívico que não desdenhava o apoio e os recursos de Berlusconi, havia posto a palavra “fim” à história da esquerda e do pentapartido ao governo da cidade. Restava na cidade a lembrança da inteligência e da integridade moral do último prefeito antes dele, Stefano Lavagetto.

A busca pela candidatura que desafiasse Ubaldi acabou finalmente se orientando em minha direção. Tentei resistir por várias semanas. O telefonema definitivo que me convenceu da necessidade de expressar a minha disponibilidade foi aquele com Andrea Borri, presidente da Província de Parma.

Recebi a chamada enquanto dirigia, parada no semáforo do Petitot. Compreendi que o meu destino estava selado e a partir daí, sem qualquer esforço, senti a responsabilidade de pensar totalmente em Parma, no seu futuro, em ideias diferentes em relação à temporada cívico-berlusconiana que naqueles anos lançava as bases para a degeneração posterior.

Mergulhei imediatamente na campanha eleitoral, que envolvia não apenas todos os partidos de centro-esquerda até à Rifondazione Comunista - um novo sinal após a vitória nacional do centro-direita - mas muitos cidadãos.

Comecei pelo bairro de San Lazzaro, onde ficava minha escola, e percorri toda a cidade, junto com muitos jovens e mulheres. A derrota destacou a grande dificuldade do centro-esquerda em Parma, que durou muito e continua até hoje, apesar das vitórias nas outras competições eleitorais que não sejam as administrativas.

Permaneci dois anos e meio na Câmara Municipal, ao lado do líder do grupo Piersergio Serventi, compartilhando um caminho que eu havia iniciado e entregando a outros, posteriormente, a responsabilidade de iniciar uma nova fase.

Compartilhar o destino de uma cidade também significa isto: assumir responsabilidades quando você é solicitado, nas circunstâncias que a história determina, sem que a certeza do resultado se torne predominante na decisão. A história política também avança através de derrotas, se você for capaz de testemunhar valores e perspectivas, se for capaz de envolver novas energias de participação.

A vida depois permitiu verificar a dificuldade substancial em abrir uma nova fase do centro-esquerda em Parma, se forem aplicados os esquemas tradicionais. O golpe final veio em 2012, quando a virada veio com a vitória do Movimento 5 Stelle. Foi um verdadeiro ponto de viragem? Os primeiros passos nos revelam a inconsistência da sua proposta.

O amor pela cidade onde vivo me leva a manter intacta a visão de um seu futuro mais dinâmico, mais solidário, mais aberto ao mundo. Hoje, passados os anos das administrações de centro-direita, da queda do conselho Vignali, do abismo de moralidade e legalidade em que aquela administração mergulhou a cidade, da dívida pública insustentável, do silêncio daqueles que têm responsabilidades nos vários níveis, do egoísmo generalizado, só uma coisa parece necessária e urgente: o despertar da consciência moral de uma cidade inteira. O projeto vem depois, virá após uma nova classe dirigente.

Agora deve surgir uma responsabilidade coletiva face ao mal, à inércia e ao desinteresse. A responsabilidade de quem não se resigna. De quem ama Parma e quer colocá-la de pé e a caminho, perante a si mesma, a Itália e o mundo.

A Europa. E o mundo

Vi a Itália tornar-se Europa todos os dias. Eu sempre soube disso, mas estes são os anos da grande transformação, até à crise que deixou claro que não há salvação fora da Europa e que só a união política da Europa pode salvar os países individuais e a própria Europa. Também tenho visto, nos últimos anos, a ausência de uma ideia política de Europa, com o risco de que a Europa, e com ela a Itália, saiam da história.

Uma ideia de união política que a torne protagonista no mundo. Com a iniciativa de Obama, a Europa poderá ajudar aqueles que, do outro lado do Atlântico, sonham com uma vasta área democrática que possa sustentar o direito, o desenvolvimento e a paz no mundo. Em 2008, aceitei com prazer o convite para fazer parte da XIV Comissão do Senado, Políticas da União Europeia, além da VII Comissão de Educação, Universidade, Pesquisa, Patrimônio Cultural, Atividades Desportivas.

Todos os dias, na XIV Comissão, vi crescer a dimensão europeia na Itália, a permanência dos problemas da participação italiana na União, a evolução do direito comunitário. Tenho notado a persistência, no debate político, de uma certa marginalidade da dimensão europeia, como se fosse para os de dentro.

Uma patrulha de senadores manteve o cenário aberto até o eclodir da crise e dos vínculos europeus que a acompanharam. Com Andrea Manzella, Emma Bonino, Francesca Marinaro e outros colegas mantivemos o argumento: a Europa somos nós, todas as políticas são europeias. A XIV Comissão como lupa para compreender a mudança da história. Tivemos discussões com os ministros de plantão, desde Ronchi, passando por Bernini, até Moavero.

E com os comissários sindicais. Compreendemos a partir deles o status da Itália na Europa. Um inquérito de apuração promovido pela Comissão sobre o sistema nacional e a União Europeia permitiu que falássemos com

representantes das instituições e organizações econômicas e sociais, com gestores da administração pública, e assim compreender as dificuldades e possibilidades da Itália. É possível mudar, se apenas se quiser.

Em 2007, nas vésperas da sua entrada na União Europeia, visitei a Romênia e a Bulgária com uma delegação da XIV Comissão. Visto de perto, o trabalho para adequar a legislação aos padrões normas europeus foi admirável e entusiasmante.

Em Bucareste, no palácio de Ceausescu, monumento ao passado recente, tivemos um encontro com os representantes do Governo e do Parlamento e com o Presidente romeno. Era possível sentir a seriedade e a fadiga da passagem de uma era e o novo ar que soprava das mudanças da história. Ao nosso lado estava o embaixador Daniele Mancini, mais tarde protagonista do acontecimento dos fuzileiros navais na Índia.

O mesmo aconteceu em Sófia, onde a política e a cultura falavam da história comum europeia e mediterrânea da região e dos futuros desenvolvimentos das redes energéticas. De manhã cedo, com a colega Paola Binetti, fui encontrar-me com o bispo católico de Sofia: ainda estava viva a lembrança do núncio Angelo Roncalli.

A visão europeia de Romano Prodi, presidente da Comissão durante cinco anos, foi para mim uma bússola.

Em 2006 promovi a associação parlamentar Amigos da Arménia. Na ponta do Cáucaso, a Arménia está próxima da Europa em termos de história, valores, experiência de intercâmbios, presença da diáspora.

Esta escolha nascia certamente do conhecimento indireto, mas longo e profundo, que Gabriella Uluhogian, extraordinária intérprete e testemunha da cultura armena na Itália, me transmitiu ao longo dos anos. Mas, acima de tudo, pretendia favorecer a política de vizinhança aberta com o Oriente, promovida por Prodi, e enfrentar politicamente o problema do reconhecimento do genocídio dos armênios de 1915, obra do Império Otomano.

Havia também, em última análise, uma atração espiritual por um povo que ao longo dos séculos sofreu numerosas perseguições, enquanto continuava

a testemunhar a sua lealdade à Igreja apostólica. O martírio do século XX começa com o genocídio dos armênios em 1915, no Império Otomano, um exemplo para Hitler quando teria decidido o extermínio dos judeus.

Como pode a política distanciar-se da espiritualidade, senão ao preço da sua traição à humanidade e à história?

Com a Associação, à qual se juntaram parlamentares de todos os partidos políticos, mantivemos relações com o embaixador da Armênia na Itália Rouben Karapetian, conhecemos o Pontifício Colégio Armênio de Roma e as comunidades armênias na Itália, promovemos iniciativas para a apresentação de livros e juntos celebramos em 2012, no Palazzo Giustiniani, o vigésimo aniversário das relações diplomáticas entre a República Italiana e a República da Armênia.

Em outubro de 2011 participei de uma visita a Yerevan com a delegação da XIV Comissão, e no ano seguinte fui convidada com uma delegação da Associação Parlamentar.

Poucos dias para conhecer a cultura, a economia, a vida social, a política e a democracia de uma terra extraordinária e intensificar relações muito positivas com o nosso país.

Na última visita, liderada pela Presidente da Associação, a honorável Sandra Zampa do Partido Democrata, nos encontramos com o Presidente da República Serzh Sargsyan em sua residência no Lago Sevan, com quem discutimos a situação de Nagorno Karabak, e conversamos com o católico de todos os armênios, Karekin II, na Sé Apostólica de Ecmiazin, captando os aspectos profundos da presença da Igreja na vida e na história da Armênia.

Fomos ao memorial do genocídio, na colina “Fortaleza das Andorinhas”, de frente para o monte Ararat. Estabelecemos relações com os representantes das instituições, que terão continuidade. Conhecemos ali o novo embaixador da República da Armênia em Roma, Sargis Ghazaryan, e o do Vaticano, Mikayel Minasyan.

Todos os anos, no Parlamento, por ocasião do 24 de abril, dia da memória do genocídio, recordamos o acontecimento, suscitando consensos e

discussões, porque outros colegas estão mais próximos das posições da Turquia. Na Câmara dos Deputados foi apresentado por Sandra Zampa o projeto de lei para a instituição do dia em memória do genocídio do povo armênio.

Desde o final de maio de 2013, com a revolta do Parque Gezi, a Turquia tem vivido um possível ponto de viragem política. Caberá ao futuro mostrarmos se podem florescer frutos duradouros desta primavera que, como aconteceu com as nações do Norte de África, teve os jovens como protagonistas.

Em dezembro de 2012, no Senado da República, durante um encontro com uma delegação do Azerbaijão, falei em apoio à pacificação em Nagorno Karabach.

Lembrei o caso Safarov, o assassinato durante o sono, em Budapeste, há alguns anos, de um oficial armênio por um oficial azerbaijano, no âmbito de uma reunião da NATO. O soldado azerbaijano regressou recentemente ao Azerbaijão, onde vive em liberdade.

Da Europa, a política se expande, envolvendo povos em tensão ou em conflito, para favorecer um processo de pacificação na afirmação do direito. Eu sempre senti a dimensão internacional do meu papel de parlamentar e no exterior senti a responsabilidade de representar o meu país na sua vocação ao encontro, ao diálogo, à paz.

Em outubro de 2009 fui à Turquia com uma delegação da XIV Comissão. Um país à espera de aderir à União Europeia, um grande país chave fundamental para as relações com o Oriente Médio. O mundo é pequeno: quando entramos na embaixada em Ancara, fui recebida por Alessandro Azzoni, primeiro conselheiro, cidadão de Parma. Nasceu uma boa relação com ele e sua esposa, também funcionária do Ministério das Relações Exteriores, relação essa que fomentou relações positivas com empresas e instituições de Parma.

Durante um almoço com o Presidente da Comissão do Exterior do Parlamento Turco, abordei a questão da Armênia, em uma troca franca, como é necessário que seja quando os problemas são graves.

Uma maneira, também, por ser europeus e por mudar, em nome dos valores europeus, comportamentos e crenças. Quando se está no

Parlamento, o olhar pode se abrir sobre o mundo. E se você se empenhar, pode verdadeiramente encontrar o mundo, mesmo que não faça parte da Comissão de Exteriores.

Entrei para a Associação Parlamentar Amici della Cina, fundada no longínquo 1975 por Vittorino Colombo: naquele país está a perspectiva de crescimento do mundo de amanhã. Em 2007, eu estive lá com uma delegação, naturalmente às nossas custas.

Uma experiência única que me levou a Pequim, a Xi'an, a Kufu - cidade de Confúcio, a Luo Yang e Shanghai. Li mais tarde que até Luo Yang deve ter chegado, em 1928, o bispo de Parma e fundador dos missionários Saverianos Guido Maria Conforti.

Guiados pelos funcionários do Partido Comunista Chinês, encontramos expoentes do partido e do Governo. Foi durante uma daquelas reuniões que falei do problema das relações com a junta militar birmanesa e da libertação de Aung San Suu Kyi, em prisão domiciliar.

Quando eu estava em Pequim, me encontrei no elevador do hotel com um grupo de milaneses. Com eles havia um padre, à paisana e incógnito. Eles estavam “em peregrinação” na China, nos passos dos missionários. Eles haviam estado no túmulo de Matteo Ricci, a poucos passos do prédio que abriga a escola do partido. É assim que se aprendem, viajando com responsabilidades políticas, muitas coisas e se aprofundam as relações dos outros países com a Itália.

As reuniões na embaixada da República Popular da China na Itália sempre foram interessantes.

Também promovi a apresentação no Senado em junho de 2012, na presença dos representantes da embaixada e vários operadores econômicos, do livro *Orientar-se na China*, da editora Aliberti, dos jovens autores Francesca Romana di Biagio e Matteo Donelli.

A análise na profundidade continua. Eu li muitas coisas sobre a China, a Armênia, a Birmânia. Minha história pessoal e os relacionamentos com associações e amigos me levaram a manter aberto no Parlamento o problema da guerra no Kivu do Norte da República Democrática do Congo.

Os amigos Saverianos de Parma, começando pelo padre Silvio Turazzi, presentes em Goma e muito ativos na Itália, foram um estímulo constante para que a política italiana e europeia se ocupasse da África, um continente rico em recursos, atacado pelos interesses internacionais, estraçalhado pelas guerras. A iniciativa “Chame a África”, nascida há quinze anos, é um testemunho dessa situação.

Em 2011, John Mpaliza Balagiri, congolês, que vive e trabalha em Reggio Emilia há dezessete anos, e apenas recentemente cidadão italiano, chegou a Roma a pé nos caminhos da Via Francigena para apresentar ao Parlamento o problema de seu país.

Eu o encontrei na entrada de Palazzo Madama, conseguimos camisa e gravata e, assim, John pôde entrar no Senado e conversar com Pietro Marcenaro, presidente da Comissão de Direitos Humanos. Ele voltou depois em audiência e em agosto de 2012, com alguns amigos, realizou o grande feito de uma caminhada até Bruxelas para trazer o problema de sua terra para a Europa. Ele conseguiu e o trabalho continua.

Ao longo dos anos, segui a vida do povo Saharawi, também através do trabalho de Cinzia Terzi de Reggio Emilia e a solidariedade dos municípios de Emilia em relação aos meninos daquele povo. Muitas vezes encontrei Omar Mih, o representante da Frente Polisario em Roma. A honorável Carmen Motta, presidente da Associação Parlamentar Amigos dos Saharawi, acompanhou muito bem o relacionamento da Itália com o povo Saharawi por sua independência do Marrocos.

Mais de uma vez, eu intervim no plenário do Senado em debates sobre moções que enfrentavam as perseguições dos cristãos em diferentes áreas do mundo: um fato recorrente que vê a violência se expandir não apenas em conflitos políticos e econômicos, mas no próprio confronto entre as culturas entre as culturas, as religiões, as diferentes etnias, atropelando a principal necessidade no mundo global do respeito pelos direitos humanos, do diálogo, do reconhecimento da diversidade.

Em março de 2010, eu estive em Lille, na região do norte de Pas de Calais, para a celebração do Dia da Mulher com os italianos emigrados na França.

Convidada pelo colega senador Claudio Micheloni, do Colégio Exterior da Europa, eu conheci os Comitês de perto, a difícil realidade da representação dos italianos no exterior, dos institutos italianos de cultura, a força social, cultural e civil de nossos compatriotas, há gerações filhos da Itália e ao mesmo tempo cidadãos das novas comunidades.

Eu fiz parte, como membro suplente, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que se reúne em Estrasburgo. Um lugar de grande interesse político que hospeda os representantes dos parlamentos dos países europeus, da Rússia, da Turquia, dos Balcãs.

Um local de debate sobre todos os problemas políticos, sociais e democráticos da área ocidental, com uma visão muito ampla da democracia nos tempos globais. Aqui também tudo se mantém.

Os compromissos parlamentares na Itália, especialmente no Senado na época do Segundo Governo Prodi, não me permitiram participar assiduamente na Assembleia Parlamentar de Estrasburgo. Esta foi para mim uma oportunidade perdida.

Resistência, Constituição, Democracia: o senso de comprometimento político

Comecei a fazer política quando, no coração e na mente, senti o irreprimível compromisso para com os outros, na dimensão secular da polis, da vida civil e institucional. Ali vivem a liberdade, a solidariedade, a justiça, a paz, como constitutivas da vida das pessoas e dos povos.

Eu nasci durante a guerra e mais tarde vi outras, longe da Europa, no Vietnã, no Iraque, no Afeganistão, mas também nos Bálcãs, quando ninguém poderia prever. Os estudos, a formação, a cultura do catolicismo democrático no qual cresci, enraizaram a escolha política na liberdade e na dignidade da pessoa que resistiu contra todas as ditaduras.

Esses valores constituem o patrimônio fundamental da Constituição na qual, como disse Giuseppe Dossetti, foi escrito o que restava na humanidade após a grande tragédia, entre os escombros.

O meu compromisso político foi motivado por essas razões essenciais. E na democracia, na participação dos cidadãos, no decoro e na eficácia das instituições - “as instituições da solidariedade”, como as chamará Roberto Ruffilli - sentia o objetivo, a medida e o limite de cada ação política.

Aprendi a entender essas coisas desde a juventude, também graças às minhas amigas um pouco mais velhas, Marta Beltrami, de Novellara e Vittoria Gandolfi, de Campagnola, professoras como eu e antes de mim, empenhadas no Conselho municipal de suas cidades e na vida política. Aprendi, com elas, o valor do confronto na democracia. Elas haviam sido, muito jovens, estafetas partisãs, e depois na escola de sacerdotes abertos e de Giuseppe Dossetti, professor, constituinte, político, depois sacerdote, especialista do Concílio, e finalmente monge.

Comecei a descobrir o fio robusto que ligava entre si a Resistência, a Constituição e a Democracia. Um fio que ao longo dos anos me fez cada

vez mais descobrir as raízes da moralidade da política, determinando-me a defendê-las com toda a minha força quando, a partir dos anos 90, essa política foi cercada, assediada, ameaçada por uma cultura política sem raízes que teria ignorado e vilipendiado a Resistência, atacado a Constituição, e enfraquecido enormemente a democracia.

Até hoje, quando uma regeneração democrática se impõe após os vinte anos de Berlusconi.

Em 12 de fevereiro de 1996, em “L’Unità”, foi publicada uma belíssima entrevista com o poeta Mario Luzi, que eu conheci no Prêmio Pen em Compiano, intitulada *Escombros e máscaras preenchem a cena*:

O nosso é um país doloroso. Não há mais regras, não há mais comunhão de objetivos, não há mais altos valores onde se encontrar. É uma luta de todos contra todos: um poder contra o outro, um sistema contra o outro, o Estado em desordem, que se desfaz, minado nas frágeis razões que o mantinham coeso. E agora uma Constituição lentamente incubada na prisão e no exílio que se torna objeto de sumária e desenvolta disputa casual, quase uma disputa de bar à qual qualquer um pode participar ... Ah, não, eu não teria dito dez anos atrás que teríamos chegado a isso. (...)

O que mais preocupa é o egoísmo, um novo poderoso demônio que percorre a nossa sociedade. Todo mundo pensa por si mesmo, em seu próprio interesse, afastando-se de qualquer julgamento comprometedor, de qualquer posicionamento verdadeiro. Vejo com consternação uma espécie de desistência civil, uma retirada também por parte daqueles que, frente a essa enorme confusão, teriam que dizer algo.

O povo italiano, a “gente” como se costuma dizer hoje com superabundância de “g”, no passado foi diverso, partidário, pouco educado em disputas civis.

Bem, parece-me que esse povo perdeu ou está perdendo, aquelas características talvez não ideais, mas ainda sempre constituindo o sinal de uma participação, de uma paixão pela coisa pública. As ideologias estão mortas, sim, mas eis que já avança a ideologia de

uma nova pequenez. E nessa suspensão de autoridade, em ruínas do estado, na confusão geral, ao fechar dentro de sua partícula, vejo o espaço para sugestões autoritárias.

Não me refiro tanto a homens ou forças “à espreita”, quanto àquela força “internacional do poder” feita de máfias, de narcodólares, de crimes, de grandes e sombrios capitais, a que tende a dominar e condicionar a mesma ação dos governos nacionais. Um estado em desordem é ainda mais exposto ao risco de ser autodirigido.

Dois anos antes, em Pordenone, Don Giuseppe Dossetti em uma conversa com o clero da diocese, após já ter lançado o alarme em defesa da Constituição, falava assim:

Em 1915, eu tinha dois anos e lembro do início da guerra; lembro-me muito bem de alguns episódios da mesma, e tenho viva na mente a lembrança da noite de Caporetto: eu tinha quatro anos. Fui ao ginásio - eu tinha nove anos - nos dias da marcha para Roma, nos dias do advento do fascismo.

Depois, repensando esse evento com inteligência madura, confirmei as primeiras impressões infantis ou como adolescente a respeito, ou seja, a impressão - para colocá-la globalmente - de uma grande farsa: uma grande farsa acompanhada por uma grande deseducação do nosso país e de nosso povo, juntamente com a impressão de um grande engano, mesmo que certamente seguido com ilusão por uma maioria, que, no entanto, cada vez mais se deixava enganar e desencaminhar.

Portanto, há uma primeira coisa bem firme na maturação que chegou à minha consciência e na reflexão sobre aqueles eventos que minha infância, quase minha primeira adolescência, havia experimentado, uma reflexão radical profunda: um irredutível antifascismo, não apenas para o passado, mas também para o presente e para o futuro e para tudo o que pode assimilar ou preparar um novo fascismo. Sei muito bem que a história nunca se repete da mesma maneira, mas podem acontecer circunstâncias semelhantes ou similares, que acabam tendo êxitos comparáveis ou pelo menos de alguma maneira acessíveis.

E esse me parece ser o momento de dizer que existe uma incubação fascista. Não digo que o futuro se apresentará nos mesmos termos, mas digo que quem viveu - ainda muito jovem - aquela primeira experiência dessa grande farsa ou dessa grande teatralidade, desse engano da consciência do povo, encontra hoje em certos setores da nossa sociedade equivalências impressionantes.

E, portanto, na minha consciência surge espontânea a mesma reação.

Esta é a primeira grande coisa que acho que posso declarar.

O que eu vi e ouvi depois, nos anos da minha vida parlamentar, é o desenvolvimento daquele tema dramático que estava presente na história de nosso país em meados dos anos noventa, isto é, aqueles vinte anos de governo Berlusconi, aos quais fomos capazes de opor uma estratégia política, com Romano Prodi, que venceu duas vezes nas pesquisas, mas que nos viu derrotados no entendimento político, no patrimônio moral, civil e cultural daquela fase.

Quando comecei, naqueles anos, a realizar intervenções comemorativas da Resistência em todos os cantos do meu território, de Cerreto a Campagnola, de Sparavalle a Gatta di Felina, de Monchio delle Corti a Varano de' Melegari, de Polesine Parmense a Fidenza, a memória do passado se tornava uma lição viva sobre o presente.

Em 25 de abril de 1995, no 50º ano da Libertação, fiz um discurso na Piazza Garibaldi, em Parma.

Eu era diretora de ensino da escola “Pilo Albertelli”, o mártir das Fosse Ardeatine.

A política, que para a mim chegaria mais tarde, tinha lá suas raízes.

É a história uma mestra de vida?

Em 2010, uma amiga me enviou um e-mail com um texto escrito em 1945, sobre Mussolini, por Elsa Morante:

“O chefe do governo se manchou repetidamente durante sua carreira de crimes que, na presença de um povo honesto, lhe teriam merecido

a condenação, a vergonha e a privação de qualquer autoridade de governo. Por que o povo tolerou e até aplaudiu esses crimes? Uma parte por insensibilidade moral, uma parte por astúcia, outra parte por interesse e ganho pessoal.

A maioria naturalmente percebia suas atividades criminosas, mas preferia dar seu voto ao forte e não ao justo. Infelizmente, o povo italiano, se tiver que escolher entre o dever e o lucro, apesar de saber qual seria seu dever, sempre escolhe o lucro. Assim, uma eloquência medíocre, grosseira e vulgar, mas de fácil efeito, é um perfeito exemplo de seus contemporâneos.

Em um povo honesto, teria sido no máximo o líder de um partido de poucos seguidores, um personagem um pouco ridículo por suas maneiras, as suas atitudes, as suas manias de grandeza, ofensivo para o bom senso das pessoas por causa de seu estilo enfático e impudico. Na Itália, tornou-se o chefe do governo.

E é difícil encontrar um exemplo italiano mais completo.

Admirador da força, venal, corruptível e corrupto, católico sem acreditar em Deus, presunçoso, vaidoso, falsamente bonachão, bom pai de família, mas com numerosas amantes, ele usa aqueles que despreza, se cerca de desonestos, mentirosos, ineptos, de aproveitadores; mímico hábil, e que faz efeito sobre um público vulgar, mas, como todo mímico, sem um seu caráter próprio, imagina sempre mais de ser o personagem que ele quer representar.”

Os valores da Resistência são os da Constituição e da democracia. O núcleo vital do nosso país, a ser ensinado às novas gerações, a ser testemunhado em instituições, na sociedade, na vida. Quanto nos afastamos da moralidade da Resistência! Como pudemos abandonar, trair os jovens, que então haviam sido os artífices, a alto preço, de nosso resgate nacional frente ao mundo?

Eu havia encontrado o sonho da Resistência na amizade com pessoas a mim caras, de diferente formação política e na narrativa que acompanhara todas as suas vidas e comprometimento político. Eu conheci Toti Brunazzi, a história de sua família, de sua mãe Camilla e seu tio Giacomo Ferrari, do

primo caído Brunetto. Eu li *A Quadragésima Sétima* de Ubaldo “Gino” Bertoli e as pesquisas de Mario Rinaldi, aquelas na área de Reggio de Massimo Storchi, Agata Pallai, Giacomo Notari e, desde então, tentei conhecer e aprofundar muito do que foi publicado sobre a Resistência.

No Parlamento, havíamos vencido a batalha contra a equiparação dos soldados da República de Salò aos Partisans. Lembro-me de ter telefonado imediatamente para Maria Cervi e depois para o presidente da ANPI de Reggio Emilia Giacomo Notari. Eu fui a primeira a apresentar uma interrogação ao governo sobre a Casa Pound, também presente em Parma.

A mobilização antifascista do bairro Montanara foi a voz mais forte que se levantou na cidade em defesa dos valores do antifascismo. Somente na época do governo de Monti a interrogação teve uma resposta. Enfrentei assim o tema da nova presença de militantes fascistas e dos locais antissemitas na Itália e na Europa de hoje. Um tema há muito ausente no debate político.

O sonho, a responsabilidade de uma nova Itália e a consciência do dramático desvio progressivo desse percurso foram o fio condutor do meu compromisso político, no Parlamento e fora dele.

Em 2005, o ataque à Constituição foi muito forte por parte da maioria berlusconiana e foi frustrado somente com a rejeição no referendo pelo povo italiano.

Nos dias de aprovação pela Câmara da lei eleitoral, que seu próprio relator Calderoli depois chamou de “porcaria”, criamos, com Arturo Parisi, a “Vigília pela Democracia”, na Piazza Montecitorio, alternando-nos com intervenções e leituras durante toda a noite, à luz das lâmpadas.

Nossos pensamentos evocavam os grandes nomes da história, a partir de Tucídides, do discurso de Péricles aos atenienses de 2.500 anos atrás:

Temos uma Constituição que não emula as leis dos vizinhos, pois nós somos mais de exemplo para os outros do que seus imitadores.

E como essa Constituição está alinhada para que os direitos civis pertençam não a poucas pessoas, mas à maioria, é chamada

democracia: diante das leis, no que diz respeito aos interesses privados, todos têm direito a um plano de paridade, enquanto no que diz respeito à consideração pública na administração do Estado, cada um é preferido de acordo com seu próprio emergir em um determinado campo, não pela proveniência de uma determinada classe social, mas mais pelo que vale.

Depois citamos Alexis de Tocqueville:

Quando a grande massa de cidadãos quer se ocupar apenas com seus assuntos privados, os menores partidos podem se apossar do poder. Não é incomum ver na vasta cena do mundo das multidões representadas por poucos homens que falam em nome de uma multidão ausente ou desatenta, que agem no meio da imobilidade universal, dispendo de tudo a seu capricho: mudando leis e tiranizando os costumes a seu bel prazer; tanto é que não se pode deixar de ficar perplexos ao ver em que mãos indignas e fracas possa cair um grande povo.

Havíamos impresso um dos seis panfletos que os jovens resistentes alemães da Rosa Branca haviam distribuído em 1941 na Universidade de Munique e em outras cidades da Alemanha, antes de serem presos e barbaramente assassinados, que terminava com a frase “um povo merece o governo que tolera”. Estavam conosco, eles que haviam dado suas vidas por uma Europa democrática.

Então, quando em 2007, novamente com Arturo Parisi, coletamos as assinaturas para o referendo sobre a lei eleitoral em Piazza San Bartolomeo, na Ilha Tiberina, distribuimos um panfleto preparado por mim, com as palavras de Hannah Arendt, de Platão, de Giacomo Ulivi, de Tina Anselmi, mestres de democracia. Aqui estão elas:

Onde todos mentem, sobre cada coisa importante, aquele que diz a verdade, saiba ele ou não, começou a agir; ele também se comprometeu com os assuntos políticos porque (...) deu um primeiro passo em direção à mudança do mundo. (Hannah Arendt, *Verdade e política*)

É difícil, antes de tudo, saber que é necessário para uma arte política autêntica cuidar não do interesse privado, mas do público - de fato, o interesse comum une as cidades, o privado as estraçalha - e entender que o interesse comum, se bem estabelecido, é útil tanto ao interesse comum quanto ao interesse privado, essencialmente aos dois, muito mais do que o interesse privado. (Platão, *Leis*)

Se pensarmos, o nosso interesse e o da “coisa pública” em suma, acabam coincidindo. Precisamente, por esse motivo, devemos cuidar dela diretamente, pessoalmente, como nosso trabalho mais delicado e mais importante. Porque disso dependem todos os outros, as condições de todos os outros. Se não nos apaixonarmos por isso, se não o tratarmos a fundo, especialmente hoje em dia, com a retomada que esperamos, à qual nos agarramos tenazmente, será impossível.

É por isso que temos que nos preparar. Pode ser suficiente, vocês sabem, que com calma começamos a olhar dentro de nós e a expressar desejos. Como gostaríamos de viver amanhã? Não, não digam que estão desencorajados, que não querem mais saber. Pensem que tudo aconteceu porque vocês não quiseram mais saber! (Giacomo Ulivi, *Carta para os amigos*)

Eu entendi então que para mudar o mundo, era necessário estar nele. (Tina Anselmi)

Quando vi nesses anos a miséria da política, a entrada nos plenários de corruptos e corruptores e de mulheres de dúbia proveniência, pensei que a democracia está em risco e deve retornar a ser protegida e alimentada pelo espírito de honestidade dos cidadãos.

A democracia se salva se ele voltar às nossas mãos, na formação das novas gerações, na participação de todos.

Os partidos, mesmo os mais estruturados, como o PD, terão que repensar radicalmente o espírito, a cultura, a organização e os custos. Para que a democracia viva. Muitas vezes, nos últimos anos, se falou de regras, principalmente com referência às instituições. Não nego esse tema, sei que as regras são necessárias para mudar, mas sempre pensei que as regras devam ser alimentadas por uma profunda cultura política e institucional.

No drama de nossa democracia, o curso da história nos presenteia com sinais de tempos extraordinários. Isso eu aprendi com Aung San Suu Kyi, que hoje luta com a dificuldade de desenhar novas regras para seu país em direção à democracia.

Ela conseguirá, porque por muito tempo meditou sobre os valores democráticos, sobre o bálsamo que eles representam para a vida e o sofrimento de um povo.

No final desta legislatura, foi natural que eu considerasse concluída minha experiência no Parlamento. Porque a democracia também é isso: passar o testemunho para os outros.

Amigas em Roma

Em Roma, também vivi a amizade, a solidariedade feminina, o público e o privado, em relação à política.

Rita Ludovico ficou por longo tempo ao meu lado, compartilhando os anos da minha presença no Ministério da Educação como minha secretária particular. O trabalho para a escola, a visão política, os ideais democráticos enfrentados por uma consciência clara e rigorosa alimentaram muito nossa amizade.

Sua casa e de Gianna Pastore em Roma foi um refúgio. Com Gianna, então, mastologista no Hospital Gemelli, o olhar sobre Roma e a Itália, sobre política e a saúde, tinha a agudeza da mulher dedicada à ciência e à pesquisa, à paixão pelo que é humano.

Compartilhar ideais e paixão política é um grande presente da vida. Com Rita, e também com Gianna, atravessamos todas as fases do PPI, da Margherita, do Ulivo, do Partido Democrata. Em 2004, Rita se foi, enquanto pelas ruas de Roma e na Piazza San Giovanni cresciam as manifestações contra o governo Berlusconi.

A vida política me deu a oportunidade de conhecer muitas pessoas, também em Roma, de acordo com as estações de nosso compromisso: do grupo ulivista de Piazza Santi Apostoli às Democráticas, dos amigos do AIMC às amigas do CIF de Maria Chiaia e Maria Pia Campanile.

Em Roma, além de nos livros, conheci Cettina Militello. A teologia como competência, a Igreja como paixão. O olhar se amplia e mais profunda se torna a tensão moral para entender e viver o próprio tempo.

Um olhar de mulher, capaz de penetrar no mistério e de fazer a revolução na Igreja. Com ela, eu conheci Monsenhor Crispino Valenziano, cujo amor pela arte é igual ao seu amor pela igreja.

Por volta do início dos anos 90, conheci a cineasta Liliana Cavani.

Uma noite, eu estava em Roma em uma Festa de Amizade, no bairro Eur. Estava previsto um debate sobre a cultura e a televisão. Eu a vi chegando, não a conhecia, me aproximei para cumprimentá-la e tive uma repentina lembrança de Margherita Marmioli, uma grande professora de Campagnola que, em Roma em seus anos de juventude, devia tê-la conhecido. Eu disse a ela, e ela me olhou como se tivesse encontrado um tesouro.

Margherita foi muito importante para muitos jovens, descobri que também para Liliana, confiada a Margherita por Romana Zelocchi, da Ação Católica de Carpi. Tempos depois então Liliana veio para Campagnola e, sob os pórticos, falou longamente de Margherita com o velho pároco Don Baracchi. Ele morreu uma semana depois. A Juventude Feminina daquela época fez sua sementeira em todos os lugares.

A partir daquele encontro na Eur, eu e Liliana somos amigas; segui seus trabalhos, ouvi suas lúcidas e agudas análises sobre o tempo presente. Isso nos nutre com esperança e rigor, com São Francisco, Einstein, De Gasperi e um terceiro Francesco a chegar. Sua história para a TV, *Demasiado amor*, no ciclo da RAI sobre a violência contra as mulheres, estava demorando a sair e somente depois de nossas intervenções parlamentares, foi finalmente exibida.

Um de seus trabalhos recentes, a entrevista com freiras de clausura de Urbino, entusiasmaram os jovens presentes no Festival de Veneza e foi exibido em uma conferência da CEI. Liliana propôs, com Emma Fattorini, um Sínodo de mulheres. Sofremos juntas a decadência da Itália nos últimos anos, Liliana sempre com um pensamento crítico sobre política, cultura e televisão.

Ótima diretora de cinema, ela é muito competente na televisão. Ela também fez parte do Conselho de Administração da RAI, na época de Enzo Siciliano e dos professores. Liliana entrou na televisão nos primeiros anos de sua vida profissional, e a conhece bem. Quantas vezes ela nos falou da indústria cinematográfica e da ficção! Mas é o seu olhar sobre a história dessas décadas que nos ajuda a entender o veículo e a mensagem.

Em 1963, ela realizou uma história sobre o Terceiro Reich para a Rai, consultou os vídeos na Alemanha, e analisou também os vídeos de Stalin. A

imagem e seu uso como ferramenta de poder, ao longo do século XX e além. Como pudemos negligenciar a compreensão do fenômeno de Berlusconi à luz dessas coisas? Como não pudemos entender que a democracia hoje está em risco não apenas pelo conflito de interesses, mas pelo uso sem escrúpulos da informação, da televisão e até da rede?

Liliana foi para mim, enquanto eu trabalhava na Comissão de Cultura, uma fonte contínua de inspiração, de comparação, de pesquisa. Com ela, e com algumas outras pessoas, fomos convidados de Oscar Luigi Scalfaro e sua filha Marianna em sua casa. Conversações noturnas sempre sobre o fio vermelho da Constituição e da democracia, com uma grande paixão por um futuro melhor para a Itália e por uma Igreja evangélica.

O que recebi nessas reuniões tem a ver com meu trabalho político no Parlamento a serviço do país? Sim, muitíssimo. Para quem faz política, suas frequentações são decisivas. As minhas eram essas, em Roma. E em casa, as de uma vida. Todas importantes para mim, todas me ensinaram a servir melhor meu país.

Nos dois anos do segundo governo Prodi, havia duas mulheres no Palazzo Chigi que eu encontrava com frequência: Flavia Franzoni, a esposa de Romano e Sandra Zampa, sua adida de imprensa. À noite, às vezes os visitava. Compartilhávamos a angústia e a beleza daqueles dias. Flavia e Romano haviam escrito um livro, *Juntos*, que eu apresentei com Flavia em Matera, em Parma, em Pavia e outras cidades. Uma maneira de entender a política e a vida.

Com Sandra, enfrentávamos cada dia com sua carga de problemas, de situações imprevisíveis. A comunicação era outra empresa decisiva, juntamente com o governo da Itália. Consolidamos assim uma relação nascida na Fábrica do Programa. Quando Sandra foi eleita em 2008 no Parlamento, era muito estimulante conversar com ela sobre todos os problemas. A liberdade e a responsabilidade dos ulivistas continuam com ela.

Enquanto isso, ela se tornou também porta-voz do Professor, cada vez mais empenhado com sua Fundação para a colaboração entre os povos, entre China, África, Estados Unidos e Europa.

Encontrei a Birmânia

Durante muito tempo, associei a Birmânia ao filme *A harpa birmana* do diretor Kon Ichikawa, que passou nos cineclubes da minha juventude. Um nome sugestivo e distante.

Em minha primeira legislatura no Senado, a XIV, o colega Francesco Martone, do Partido Verde, havia constituído a Associação Parlamentar Amigos da Birmânia e eu havia aderido. Sobre a Birmânia sabíamos da pesada ditadura dos militares e de Aung San Suu Kyi, que recebera o Prêmio Nobel da Paz em 1991, relegada à prisão domiciliar.

Quando seu livro *Livre do medo* foi lançado na Itália, comecei a conhecer sua vida, as suas ideias, o seu compromisso pela liberdade de seu povo, pelo respeito dos direitos humanos.

Ouvi suas palavras: “O mundo precisa saber que somos prisioneiros do nosso mesmo país” e “Use sua liberdade para favorecer a nossa”. A liberdade de Aung San Suu Kyi e de seu povo estava ligada também à nossa liberdade. *Tudo se mantém.*

Uma mulher, uma irmã, para os birmaneses uma mãe, assumiu o comando, colocando sua vida a alto preço, na defesa de seu povo e dos direitos humanos universais, fundamento da democracia. Não a deixaríamos sozinha.

Nos anos do governo de Berlusconi, a leitura do livro de Aung San Suu Kyi e, posteriormente, de todos os seus escritos, suas palavras sobre a democracia, sobre a “integridade” da política, em um contexto tão extremo, me foram de grande apoio. Suas palavras chegavam à raiz da corrupção que minava a convivência: «Não é o poder que corrompe, mas o medo. O medo de perder o poder corrompe quem o detém e o medo do castigo do poder corrompe quem está sujeito a ele».

Era evidente também para nós naqueles anos berlusconianos que a confiança, base da democracia, havia sido substituída pela conveniência, pela sujeição, o medo de perder privilégios e poder, pela corrupção.

Na noite da democracia, na qual tínhamos entrado gradualmente, as palavras de Aung San Suu Kyi e seu exemplo eram para mim uma fonte autêntica de coragem e confiança. Era uma luz poderosa nos anos sombrios da ditadura militar birmanesa, que chegava a nós. Então eu pensava, e talvez eu sentisse que uma história estava prestes a começar.

Na primavera de 2005, Giuseppe Malpeli, amigo e colaborador desde a época do XIII Círculo Didático e depois no governo em 1998, foi pela primeira vez na Birmânia. Ele levava consigo as cinzas de Lukyi, um garoto birmanês extraordinário, conhecido em Calcutá, quando Giuseppe ia ao aterro, onde havia aberto uma escola noturna para centenas de crianças.

Lukyi morreu durante o tsunami de 26 de dezembro de 2004, na ilha Kok Racha, e Giuseppe, que sobreviveu, levava para a mãe as cinzas do filho. Assim nasceu uma longa história de amizade, dor, humanidade e compartilhamento com o povo birmanês.

Na véspera de uma segunda viagem para a entrega a uma estudante pobre de Rangoon de uma bolsa de estudos em memória de Lukyi, instituída por amigos da Universidade de Modena e Reggio Emilia, falei com Giuseppe, que veio me cumprimentar, sobre Aung San Suu Kyi.

Nasceu a partir daí o relacionamento com a líder birmanesa, com a Liga Nacional da Democracia (LND), com monges e vários expoentes da sociedade birmanesa, que teve desenvolvimentos imprevisíveis. Devo a Giuseppe, à sua generosidade e coragem, a possibilidade dos contatos mantidos nesses anos com a Birmânia.

Desde então, no Parlamento, sempre mantive viva a atenção em Aung San Suu Kyi, intervindo em várias ocasiões sobre a situação na Birmânia; lembrando-a no plenário no dia de seu aniversário, em 19 de junho; dedicando a ela os votos que todos os anos, no Natal, enviei aos representantes das instituições e aos amigos; mantendo contatos constantes com o correspondente da União Europeia na Birmânia, Piero Fassino, e com o encarregado do PD para a Ásia Ugo Papi.

Várias cidades outorgaram cidadania honorária a Aung San Suu Kyi - entre as primeiras Parma, em 2007, por iniciativa de Marco Ablondi - e a outros

prisioneiros políticos birmaneses. Nos primeiros meses de 2007, apresentei ao Senado uma moção aprovada em setembro do mesmo ano, na qual se apoiava a causa da liberdade e da democracia em Myanmar, o nome dado pela junta militar à Birmânia.

Alguns dias depois, em 18 de setembro, eclodiu a revolta dos monges. Foi durante esses dias que foi presa a jovem estudante à qual a bolsa havia sido concedida. Ela morrerá na prisão.

Em 2008, no início da XVI Legislatura, eu reconstituí a Associação Parlamentar Amigos da Birmânia, juntamente com a honorável Margherita Boniver (PDL), para que fosse evidente sua natureza bipartidária. Entraram assim na minha vida, e na política italiana, a vida de Aung San Suu Kyi e o destino do povo birmanês. Em nome da democracia.

Em 13 de novembro de 2010, Aung San Suu Kyi foi libertada. A junta foi forçada a iniciar a transição para a democracia. Aung San Suu Kyi é sua protagonista: ela escolherá o diálogo, a não-violência, a reconciliação nacional como o único caminho para o bem de seu país, como havia sempre feito desde seu primeiro discurso político, em 26 de agosto de 1988, em frente à Pagoda Shwedagon.

Suas primeiras palavras na frente de seu povo, no portão de sua casa, após a libertação, foram estas: “Há um tempo para ficar em silêncio e um tempo para falar. Quando é hora de falar, não permaneçam em silêncio. Temos que trabalhar em uníssono, apenas dessa maneira poderemos alcançar nossos objetivos. Não nos vemos há tanto tempo, temos muito o que conversar ».

Os olhos do mundo estavam sobre ela, todos a olhavam e sobretudo o seu povo, com confiança e esperança. Na Itália, no plenário do Senado, foram fortes os aplausos no anúncio de sua libertação.

Então chegou o tempo de sua eleição no Parlamento e uma nova moção no Senado, em março de 2012, empenhou o governo italiano e a Europa a suspender as sanções e abrir um novo tempo de relações políticas, de trocas econômicas e culturais, em apoio à transição democrática que começou no país com Aung San Suu Kyi e o chefe do governo Thein Sein. Pouco tempo

depois, o ministro das Relações Exteriores italiano Giulio Terzi se encontrará com Aung San Suu Kyi em Rangoon, em sua casa.

As sanções, suspensas em abril de 2012 para incentivar as reformas, em 22 de abril de 2013 foram todas revogadas, com exceção do embargo às armas, pelos vinte e sete ministros das Relações Exteriores da União Europeia reunidos no Luxemburgo. Em 2012, Giuseppe Amari e Anna Vinci publicaram “*As noites da democracia*”, para as edições Ediesse da CGIL; protagonistas duas mulheres que passaram a vida lutando pela liberdade: Tina Anselmi e Aung San Suu Kyi. Duas mulheres que entram na minha vida e que inspiraram minha ação política.

Como conclusão de minha experiência parlamentar, e em vista da passagem de cargo da Associação Parlamentar Amigos da Birmânia para quem estará no Parlamento na XVII legislatura, fui para a Birmânia.

Em 28 de fevereiro de 2013, às catorze horas, cheguei a Naypyidaw, capital política de Mianmar, sede do parlamento birmanês, para encontrar Aung San Suu Kyi, líder da oposição. Três dias se passaram desde as eleições políticas na Itália. Somente à noite, no hotel, pela Internet, soubemos do dramático estado de espírito de nossos amigos e do país. No mesmo dia, em Roma, Bento XVI deixou o trono de Pedro.

Tudo se move e tudo se mantém. A democracia na Itália e a democracia na Birmânia, a Igreja e o mundo e a sua vida, antes e depois.

Nossa delegação era composta, além de mim, presidente da Associação Parlamentar, pela honorável Sandra Zampa do Partido Democrata, que promoverá novamente a Associação na nova legislatura, por Giuseppe Malpeli, presidente da Associação de Amizade da Itália-Birmânia, sediada em Parma, por Maria Giuseppina Bartolini, professora de matemática da Universidade de Modena e Reggio Emilia e membro da Comissão Internacional de Instrução Matemática, por Beadee Zawmin, dirigente do Burma International Office da LND em Bruxelas, no exílio há quarenta anos.

Um conjunto de diplomacia civil, da mente e do coração, e de uma diplomacia parlamentar muito preciosa em muitas circunstâncias, que deu

frutos. Quando chegamos a Naypyidaw, depois de quatro horas de miniônibus desde Rangoon, havia uma longa história em minha alma e a espera por um encontro que eu sentia como um presente extraordinário, que tinha raízes profundas. Ao entrar na sala de estar onde nos recebeu, Aung San Suu Kyi veio ao meu encontro sorrindo e me acolheu com um grande abraço, cheio de afeto e gratidão mútua, por seu testemunho heroico dos valores da democracia, pela proximidade e apoio recebido desde os anos de sua prisão domiciliar. Ele vestia o traje da etnia Kachin, as flores brancas entre os cabelos recolhidos.

O encontro foi mais longo do que o previsto e muito cordial, familiar. Ela falou conosco com determinação da mudança necessária na Birmânia. A partir das mudanças urgentes da Constituição, que prevê a impossibilidade da eleição a presidente daqueles que têm laços com estrangeiros - Aung San Suu Kyi casou-se com Michael Aris, inglês, que morreu em Oxford em 1999, enquanto ela estava em prisão domiciliar em Rangoon e seus dois filhos vivem no ocidente -, a reserva de 25% dos assentos parlamentares para os militares, o teto de 75% dos votos da maioria para aprovar as leis. Ele sabia sobre a Itália e disse sorrindo:

“Apesar do momento difícil para sua democracia, seu parlamento está bem vivo”. Conversamos sobre educação, da matemática em que ela é boa como seu pai e seu primeiro filho, da possível participação da Birmânia em colóquios internacionais sobre esse assunto, da colaboração manifestada pela professora Bartolini para o intercâmbio de estudantes. “Desde que depois eles voltem para a Birmânia”, disse ela. Ela recebeu de Zawmin a medalha que lhe foi outorgada pelo município de Parma em 2008 e a da Universidade de Modena e Reggio Emilia, que a convidou para o diploma *honoris causa*.

Também a presentamos com uma blusa de moda italiana, a reprodução de um alto-relevo da Catedral de Modena e vários CDs de Giuseppe Verdi, com Maria Callas e Arturo Toscanini. Ela ouve música quando pode, em longas viagens e lembrou a ópera *Aida*.

A hora da despedida, eu gostaria que nunca chegasse. Ela me acompanhou de braço dado até à porta, e lá esperou que o micro-ônibus partisse. Em pé, sozinha. Com ela ficava o futuro de seu povo. E nós também.

Nos dias seguintes, tivemos diálogos com os líderes da Liga Nacional para a Democracia, o número dois U Tin U, oitenta e os anos de idade, já comandante das forças armadas, por anos na prisão e em prisão domiciliar, e o responsável de Educação Thein Lwin, também preso e depois animador de atividades escolares na Tailândia na área de fronteira e outros expoentes.

Nós os conhecemos na sede histórica da LND, um grande e antigo prédio cheio de confusão em uma das estradas de Rangoon. Na frente, ainda há uma espécie de galpão desde o qual, até recentemente, os militares filmavam as entradas e depois mandavam para o exílio ou para a prisão as pessoas que frequentavam o LND na prisão. Na sede, havia jovens e mulheres trabalhando. Recebemos o testemunho de Hkun Hun Oo, chefe de etnia Shen, condenado a oitenta e três anos de prisão por traição, agora livre também graças à cidadania honorária de Monza e dos dirigentes da Frente Nacional Democrática, entre os quais U Aung San, uma mulher que luta pelas mulheres, membro do Parlamento.

Vimos, em sua sede nos arredores de Rangoon, os representantes da geração 88, Ko Ko Gyi, Myn Ko Naing e Pyone Cho, os líderes estudantis sobreviventes da Grande Revolta e do Grande Massacre de 8/8/88, todos com muitos anos de prisão nas costas e agora envolvidos em um trabalho social capilar, também com os alunos.

Estivemos em uma escola de monges para crianças pobres, conhecemos o grande ator Kyaw Thun, que fundou a Free Funeral Service Society, um serviço funerário gratuito para os mais pobres e, também, ambulatórios para a população.

Estivemos com o arcebispo católico de Rangoon, Charles Bo, salesiano, e almoçamos com ele. Estávamos à véspera do conclave, conversamos sobre os dias que estavam prestes a se tornar história.

Ele nos falou da Igreja na Birmânia que conta com um por cento da população. Todos praticantes. E da Igreja na Ásia, e do cardeal de Manila, Tagle.

Enquanto estávamos na Birmânia, o presidente Thein Sein estava em visitas na Europa, também em Roma. Estávamos em contato com o embaixador italiano em Rangoon Paolo Bartorelli, que encontramos, e o subsecretário para a Ásia Staffan de Mistura, que vi após a viagem.

Alguns dias após a nossa partida, foi realizado o Primeiro Congresso da Liga Nacional para Democracia após vinte anos de clandestinidade. Aung San Suu Kyi foi eleita líder por unanimidade, abriu o grupo histórico dirigente aos mais jovens, pediu unidade e iniciou a transformação do movimento de partido “contra” para partido “do” governo. As eleições políticas de 2015 são o objetivo em que já se trabalha.

Continuaremos nosso apoio a ela e, ao alvorecer da democracia se que abriu na Birmânia com ela, um sinal muito importante para toda a Ásia.

Essa experiência tem sido, nesses anos e nesses dias, presente no meu compromisso pela democracia. Nos anos de Berlusconi, vi a nossa declinar. A visita à Birmânia, o encontro com Aung San Suu Kyi, com os outros protagonistas e com o povo birmanês aqueceram minha vida, libertada dos anos escuros e frios da devastação berlusconiana.

Naqueles dias, pensava no Salmo 50 do Miserere que diz: “Deixe-me sentir alegria e letícia, et exultabunt ossa humiliata”. Foi isso, lá eu senti o calor da paixão clara, consciente, sofrida, pela democracia, capaz de despertar nosso ser. Um jovem jornalista birmanês, Thura Thun, nosso amigo, nos disse: “Vivemos a expectativa da construção da democracia, vocês podem me explicar por que vocês deixam que ela seja demolida?”.

Lá, senti a profunda demanda por mudança que estava percorrendo a Itália, imbuída de indignação e desconfiança, enquanto a resposta dos partidos parece cada vez mais fraca e inadequada. Mas também senti que, embora se acumulem os escombros de um sistema político em declínio, da demanda por uma nova política pode surgir a regeneração, uma nova visão e uma assunção mais extensa de responsabilidade democrática.

Pensei em como um cômico, na Itália, interpreta a tragédia de um país, enquanto apenas Shakespeare poderia fazê-lo.

Pensei nos gritos raivosos de Grillo e em Aung San Suu Kyi, que, apenas com palavras autênticas e gestos gentis, está libertando seu povo da ditadura.

Quem terá mais fios para tecer essa tela?

Se na política é necessária a moralidade, o mais importante é a força moral de um líder.

Em Rangoon, visitamos a Casa Museu de Aung San, o Pai da Pátria, morto em 1947 aos trinta e dois anos, pai de Aung San Suu Kyi. Paramos em frente à sua tumba e em frente ao portão da casa em estilo colonial, da qual todo fim de semana Aung San Suu Kyi fala com seu povo que lá se reúne. Estivemos na Pagoda Shwedagon e nos templos de Bagan. Uma terra, a Birmânia, imbuída de beleza e espiritualidade, de força moral e coragem política, de autêntica paixão democrática, dentro de um sofrimento dramático.

Hoje, Aung San Suu Kyi vive sua missão todos os dias para lançar as bases e as regras da democracia, em confronto com o governo e com os próprios militares, missão que pretende se transformar em uma força em defesa do povo, da legalidade, da democracia, como o seu pai quisera. Lá eu ouvi sua “Revolução do Espírito”, com base no reconhecimento da verdade, no perdão, na reconciliação. A espiritualidade budista como força para a democracia. Revive nela, com a força de uma mulher, o sonho de seu pai. As pessoas sabem disso e a amam. Ela vive com o povo, há anos o ouve, compartilha seus problemas e expectativas.

Uma missão gigantesca, a de Aung San Suu Kyi, como gigantes são ela e seus amigos da Liga Nacional pela Democracia e da Geração 88 na resistência à violência da ditadura militar, no compromisso contínuo pela liberdade e pelo bem-estar do povo.

Eu encontrei, nela, a força e a profundidade do espírito que sabem como mover a história. Em seu aniversário, em 19 de junho de 2013, ela me escreveu: “O tempo presente vê o futuro”. O profundo significado da fecundidade da história que já é futuro.

Em 25 de abril de 2013, na praça lotada de Parma, um jovem estudante, Amedeo, subiu no palco. Ele lembrou os valores da Resistência e lembrou Aung San Suu Kyi, cidadã honorária de Parma. Itália-Birmânia, uma história diferente, uma única paixão pela democracia. Os jovens entendem isso. Se eu penso na condição da Birmânia na luta de uma democracia que nasce e na condição da Itália na luta de uma democracia que deve renascer, fica claro para mim que o compartilhamento de nossas experiências, tão longínquas e tão próximas, poderá ser de grande ajuda para nós também nos próximos anos.

Em 31 de outubro de 2013, às 20:00 horas, Aung San Suu Kyi, entrou no Teatro Régio de Parma para a *Missa de Requiem* de Giuseppe Verdi, o último concerto do Festival dedicado ao Maestro. Assim ela concluiu suas visitas na Itália, depois de Roma, Turim e Bolonha.

Em agosto, em Naypyidaw, quando a conheci, eu disse a ela em francês: “Chegamos aqui porque queremos acompanhá-la ao teatro”. Ela veio até nós e, conosco, ela quis ouvir a música de Giuseppe Verdi. Um elo profundo em nome da amizade e da democracia. Um grande presente para Parma.

Tudo se mantém e tudo se move. Na vida e na história, o mistério é grande.

Foi uma grande visita. Aung San Suu Kyi conheceu o presidente da República Napolitano, o presidente do Senado Grasso, o presidente da Câmara de Deputados Boldrini, o ministro das Relações Exteriores Bonino, parlamentares e representantes da sociedade civil, os prefeitos das cidades que, nos anos de sua prisão, lhe haviam conferido cidadania honorária e à Universidade de Bolonha, que havia outorgado seu diploma honoris causa. Um retorno, o seu, de gratidão e carinho, por um novo vínculo da Itália com o seu povo que olha para o futuro. Ela falou disso nos encontros com autoridades, cidadãos, estudantes, birmaneses que vivem entre nós, com a imprensa.

Ele conheceu o Papa Francisco, com profunda sintonia espiritual.

Em Parma, ela se sentiu em casa. Ela visitou a Catedral e o Batistério junto com o bispo, a Pilotta com o teatro Farnese e a exposição sobre Bodoni.

Ela parou junto ao Monumento ao Partisan e depois no Monumento a Giuseppe Verdi, encontrou os fãs de Verdi no Clube dos 27. Ele encontrou a música: o coral de Verdi, os metais da Orquestra Toscanini, o acordeon de Joan sob as janelas de sua residência no Palazzo Dalla Rosa Prati.

Na manhã de 31 de outubro, em seu discurso no Auditório Paganini, em frente a centenas de estudantes disse: “Fiquei realmente muito emocionada esta manhã quando vi que para me receber e me cumprimentar no Palácio da Prefeitura, não havia apenas os estudantes, mas também a música que ressoava.

E essa memória permanecerá em meu coração para sempre, me lembrará sempre Parma: música junto com o calor e o carinho ». «Verdi é um

homem de música, e a música é universal. Em nosso mundo hoje, precisamos de coisas que nos unam. Estamos muito cheios de emoções que tendem a nos dividir. E a música é uma das coisas que nos unem. Estou particularmente feliz que sejam os jovens que tocam aqui. Jovens e música: juntos eles poderão construir para nós um futuro que aproxime mais e mais pessoas diferentes». «Cada um de nós deve aceitar ser responsável pelo destino de nossa sociedade; vocês são responsáveis pelo tipo de sociedade em que vivem». “Cada um de vocês tem a possibilidade de mudar a sociedade em que vive”.

Um encontro, aquele com Aung San Suu Kyi, que muda a vida.

Para mim, uma realização. E uma história que continua.

Espiritualidade e política

Era a manhã de 8 de outubro de 1997, um ano antes da queda do governo. Prodi se encontrava frente a uma passagem muito difícil. Eu estava sentada no Senado nos bancos do governo, subsecretária de Educação. Alguns momentos antes que o presidente do Conselho comunicasse ao plenário os últimos desenvolvimentos da crise que havia eclodido no dia anterior na câmara, passei um lembrete para ele: poucas palavras para um diálogo essencial entre nós que a origem comum favorecia. Eu sabia das decisões que ele tinha que tomar e o trabalho árduo desses momentos.

Transcrevi para ele uma frase de Dietrich Bonhoeffer: “Para quem é responsável a pergunta final não é: como me saio heroicamente nesta questão, mas: qual poderá ser a vida da próxima geração?”

Nunca, como na política, senti como decisiva a força da espiritualidade, cruciais as questões sobre o significado das escolhas, nítido o divisor de águas entre o bem e o mal, apesar de sempre relativo às condições contingentes, dirimente o critério do eu ou do nós. Todos os dias a política exige fazer escolhas importantes e apenas uma consciência vigilante pode fazê-lo. Por esse motivo, é essencial na política o discernimento de um espírito livre, desapegado e desinteressado, acostumado à reflexão, à meditação, ao silêncio. Também à solidão. Para quem acredita, à oração.

Nesses últimos anos, encontrei espaço nos lugares da política para esse modo de ser? Quase nunca.

Eu encontrei chamadas e iniciativas de tipo religioso, mas a espiritualidade no relacionamento com a política é outra coisa. A pedido do cardeal Achille Silvestini, com amigos de Villa Nazareth, criamos por alguns anos uma iniciativa de treinamento político para jovens em Praglia, na abadia beneditina.

Testemunhos e reflexões, entre espiritualidade e política, para criar um compromisso na vida dos jovens.

Falo da espiritualidade como uma dimensão do espírito, do ser da pessoa em suas perguntas mais profundas, em sua abertura para o que está além. Para aqueles que acreditam, em sua experiência de fé. Aqui eu falo sobre isso não em si, mas em seu relacionamento com a política. Essencial para mim. Tanto é assim que considero parte da busca espiritual a reflexão sobre a natureza da política e do poder.

As escolhas da política, portanto, como uma resposta radical às questões vitais da pessoa e da coexistência: a liberdade, a justiça, a lei. A democracia como um espaço para a vida, a igualdade dos seres humanos, o futuro como um presente, não como assalto. Tudo isso só pode ser visto com os olhos do espírito, com o amor pelo conhecimento e pela verdade, com a intensa ação de cada dia para mudar as coisas.

O critério do secularismo, fundamental na democracia, que é pluralista, está aqui, no respeito pela natureza de tudo, diria Simone Weil.

O mundo e a história, a política e o poder são de todos, as regras são para todos, livre é o confronto das ideias, sem integralismos, sem fundamentalismos. As religiões têm sido e são frequentemente tentadas pela fusão com a política. A fé, por outro lado, expande, não constrange os espaços da liberdade e encontra na democracia o justo contexto para sua liberdade. Somente na laicidade pode existir uma responsabilidade consciente e comum das pessoas e das comunidades.

Novamente, ainda hoje, o “Deem a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mateus 22, 21) é fecundo para a sociedade e para a Igreja. Eu sempre entendi a *Carta a Diogneto*, do fim do século II, como uma das reflexões mais claras sobre a vida dos cristãos, fiéis ao mundo e fiéis a Deus sem fusões que baixem o perfil de ambas as fidelidades. No compartilhamento com os não-crentes que é laicidade.

Para quem crê em Cristo, morto e ressuscitado, a relação entre espiritualidade e política continua sendo um dos mais radicais, dos mais inacabados, dos mais fecundos pontos vitais da consciência, da história, da democracia.

Esses anos foram, portanto, tão cheios de perguntas, de riscos, de contradições, de ruínas políticas, que só poderiam ser estimulantes para o meu caminho interior. Devo reconhecer que quase nunca tive a oportunidade de enfrentar publicamente um discurso rigoroso sobre a política, sobre sua dignidade, sua integridade, sobre abismo em que estava caindo. Quem lhe perguntaria?

Como se o que estávamos vivendo fosse apenas uma crônica, amplificada pela mídia, não uma história sofrida de um país, não uma busca apaixonada por espíritos livres e fortes.

Sofri com a perda do sentido moral na sociedade e da moralidade pública, pela banalidade da vida nas instituições, enquanto o Parlamento e o Governo são o lugar onde viver a máxima moralidade.

Um dia, quando eu estava no governo, viajei em visita a Palermo. Em Palazzo dei Normanni, lar da Assembleia Regional, me levaram ao estúdio que foi de Ruggero II no século XII, tão simples e solene na pedra que o constituía. Lembro-me de dizer: “Neste lugar, pode-se ficar somente com uma enorme dignidade”. Ao redor, e talvez lá, havia a máfia. Os lugares da política são lugares sagrados.

Minha experiência espiritual e minha experiência política sempre se encontraram fundamentalmente no que posso chamar de ação responsável, uma vida responsável. Todos os dias, e em face das curvas da história. Ali entravam em cena a minha consciência, o meu espírito, a minha experiência e o amor pelos outros que o *Evangelho* anuncia.

Fui acompanhada nesse caminho por Dietrich Bonhoeffer, o pastor alemão da Igreja confessante, resistente ao nazismo, um dos conspiradores do atentado a Hitler em 20 de julho de 1944, preso e enforcado e enforcado em Flossenbürg em 9 de abril de 1945.

Desde quando, nos anos setenta, foi publicada a coletânea de suas cartas a seu amigo Eberhard Bethge, com o título *Resistência e rendição*, Bonhoeffer tornou-se meu companheiro no espírito pelo resto da minha vida. Começamos a lê-lo juntos, com Don Dagnino e um grupo de amigos, aos domingos, em Borgo San Giuseppe, em Parma, no estúdio de Dina Dieci.

Em novembro de 1997, promovi, com outros, em San Polo D’Enza, uma conferência sobre Bonhoeffer. Alguns meses depois, o município conferiu cidadania honorária a Eberhard Bethge. Ele voltava pela primeira vez aos lugares onde, em 1944, havia escondido as cartas de seu amigo Bonhoeffer, enquanto ele era militar no exército alemão. Viu novamente, à distância, Canossa, onde, como Bonhoeffer havia escrito para ele em 16 de julho de 1944, “se esconde a origem daquela liberdade espiritual que tornou esse continente grande”. Bethge morrerá cerca de dois anos depois.

“Não é possível - escreve Bonhoeffer - definir em linha de princípio os limites entre resistência e rendição, mas é certo que ambas devem estar presentes e ambas devem ser assumidas com decisão. A fé requer essa atitude, nobre, viva. Somente assim podemos aguentar as várias situações do presente e torná-las fecundas”.

Resistência e rendição, os dois polos da ação responsável da pessoa, na fidelidade a Deus e na fidelidade ao mundo. Reconheço nisso a pedra angular da minha vida pessoal e do meu compromisso político, mesmo que carregada com as escórias da minha insuficiência.

Em seu prólogo *Dez anos depois, um balanço no limiar de 1943*, Bonhoeffer coloca questões vitais: sem um terreno sólido sob seus pés, quem permanece firme? O que é coragem política? O que é o sucesso, e a estupidez, e o desejo dos homens, e o sofrimento, a morte, e o direito? Deus governa a história? Como experimentar confiança, senso de qualidade, de compaixão, de otimismo? Como procurar a rua estreita do futuro, enquanto se é testemunhas de más ações? E não é uma experiência excepcional aprender a olhar os grandes eventos da história universal de baixo?

Eu não poderia ter vivido minha longa e multifacetada experiência política sem me sentir envolta e permeada por esse olhar vigilante e profundo sobre mim, sobre os outros, sobre a história e sobre o mundo.

Desde os anos da juventude, era familiar para mim o pensamento de Romano Guardini sobre o poder e sua natureza que se refere à essência das coisas.

Gosto muito desse seu texto, extraído de *O poder*:

Em todos os lugares há ação, organização e movimento, mas de onde eles são guiados? De um interior que não sabe mais como se reconhecer no íntimo, mas que pensa, julga, age, começando pelas áreas periféricas da pura razão, do desejo de alcançar o objetivo, dos impulsos do poder, da posse, do prazer. Que não tem mais nenhum contato com a verdade, com o centro da vida, com o que é essencial e permanente, mas está vagando entre as coisas passageiras e aleatórias. Ainda deve haver períodos em sua vida, momentos em seus dias, nos quais ele para e com o coração aberto, se coloca de frente a um problema que o tocou durante o dia. Em uma palavra: o homem deve novamente orar e meditar.

A dimensão contemplativa, portanto, não está longe da política. Educa a “estabelecer distâncias, a adquirir uma independência de julgamento, a resistir ao que se diz”.

Jürgen Moltmann no livro *O Deus crucificado* falará do “círculo diabólico do poder”, que está dentro do “círculo diabólico da pobreza”, juntamente com o “círculo diabólico da discriminação racista e cultural, da destruição industrial da natureza”. São os círculos diabólicos da morte, é para sua destruição que devem assumir o controle os direcionamentos vitais da libertação.

Se a política atender a esses pensamentos, mudará a história. Nada a menos serve para a democracia.

“A autoridade daqueles que sofrem tem espaço na democracia do estado de direito que conhece a autoridade política, legitimamente eleita?”. Esta pergunta, feita pelo teólogo Johann Baptist Metz desde os anos setenta, sempre me acompanhou. Hoje eu sei que se a política partisse dali, seria melhor. O sofrimento que atravessa a vida das pessoas e dos povos, devido à política e suas escolhas, é um grito que apenas um espírito vigilante pode entender.

Este é o momento, esses são os dias em que o drama da crise econômica e social, a desconfiança generalizada na política, e a falta de perspectivas fazem do sofrimento a principal categoria política com a qual construir o futuro democrático, e da espiritualidade um poderoso fator de mudança.

O “reconhecimento da autoridade daqueles que sofrem” pode ser praticado por todos, por todas as religiões e culturas. Está em jogo a própria ideia de comunidade, que expressa na palavra a força da reciprocidade, do *munus*, do dom mútuo e a força das instituições, o *munus* como *ofício*.

Frequentemente, os sofrimentos dos povos precisam de reconciliação. Somente com a memória da dor alheia se abre a estação da paz.

O teólogo Metz, falando da nova teologia política, dirá: “Continua inesquecível para mim a cena em que o israelense Rabin e o palestino Arafat apertaram as mãos e garantiram mutuamente que no futuro não pretendiam olhar apenas para seus próprios sofrimentos, mas estavam dispostos a não esquecer o sofrimento dos outros, e o sofrimento daqueles que até agora haviam sido inimigos, e mantê-los em consideração em suas próprias ações”.

Quando escolhi empenhar um grupo de parlamentares nas relações com a Armênia, não apenas espiritualidade e política, mas sofrimento e política se mantinham unidos. Assim aconteceu quando comecei a conhecer a história de Aung San Suu Kyi e de seu povo. Sua história política era a história de sua humanidade, seu sofrimento, sua espiritualidade.

Para Aung San Suu Kyi, espiritualidade e política vivem juntas. Quanto mais cruel foi a ditadura dos militares, quanto mais tempo durou na vida das pessoas e do país, quantas mais vidas destruiu por longos anos, geralmente no silêncio do mundo, mais se acompanhou a ela, seguindo-a de perto, uma outra força: a da humanidade que acredita no homem e na justiça, que confia nos valores da não-violência, do diálogo, da verdade, da bondade, da compaixão, da reconciliação, da paz.

Que enfrenta os momentos mais dramáticos com os instrumentos da política, porque acredita na democracia. Uma força agora já vencedora. Seguir Aung San Suu Kyi nesses últimos anos, com proximidade interior e com o apoio político à sua missão, foi para mim, como ela diria, um “refúgio autêntico” e um bálsamo nos tristes dias da política italiana. Um compromisso comum pela democracia, no qual se aprende uns com os outros. Uma proximidade espiritual comum que continua, embora a partir de diferentes origens culturais.

Em suas *Cartas da minha Birmânia*, há uma intitulada *Julho: um mês de aniversários*. “Julho, mês de chuva e de poeira ...”, assim começa uma sua poesia quando menina. Mas “o julho anônimo, o mês do meio, é um período de aniversários importantíssimos. Existe o da tomada da Bastilha, da independência americana e da conspiração contra Hitler “. “Em 19 de julho de 1947, seis meses antes da Birmânia ser oficialmente declarada estado independente e soberano, meu pai e vários companheiros foram assassinados durante uma sessão do comitê executivo”.

Me impressionou, mas não surpreendeu que Aung San Suu Kyi, entre os eventos de julho pelos quais passou, sendo derrotada no momento, no esforço pela liberdade, tenha lembrado do atentado fracassado contra Hitler de 20 de julho de 1944. Entre os conspiradores, estava Dietrich Bonhoeffer, como, no pé de página, lembra a tradutora italiana. *Tudo se mantém*.

Sabemos que por três vezes Bonhoeffer havia planejado uma viagem à Índia. Ele também recebeu, através do bispo anglicano de Chichester, George Kennedy Allen Bell, um convite pessoal de Gandhi. A espiritualidade está sempre aberta ao caminho ecumênico.

Sentinela, quanto tempo resta da noite?

Ainda não é o amanhecer na noite da transição italiana pós-Berlusconi. As eleições políticas de 24 e 25 de fevereiro de 2013 mostraram um quadro político do país alarmante para a democracia: o grande número de abstenções - aumentadas ainda mais três meses depois da rodada administrativa - confirma um afastamento, pelos cidadãos, da política que coloca em questão a própria base da soberania popular.

No entanto, essa abstenção é reveladora.

A votação entregou depois, pelo efeito da lei atual e pela fraqueza política da campanha eleitoral, um Parlamento paralisado: uma vitória reduzida do PD na Câmara de Deputados (0,4% de vantagem) com um prêmio majoritário excessivo, um Senado sem maioria e uma coalizão de centro-esquerda substancialmente perdedora. O retorno de Berlusconi, o alto consenso ao Movimento 5 Stelle, orientado a permanecer imóvel em seu recinto, e a fraqueza de Scelta Civica demonstraram que ainda não há na Itália uma alternativa à direita.

Eis um primeiro ponto dramático: ainda é noite.

No entanto, uma demanda por mudança saiu das pesquisas e, portanto, o amanhecer se aproxima. Mas ainda não se vê.

As semanas seguintes às eleições evidenciaram toda a fraqueza do PD, sua própria inutilidade para a nova demanda por mudança no país, pelas contradições políticas e do grupo dirigente que determinaram o seu colapso de credibilidade frente à Itália.

A tudo isso, se somou a ruptura da coalizão de centro-esquerda e da aliança com o Sel.

Os dias da eleição a Presidente da República e a vergonha dos 101 franco-atiradores na secreta da urna evidenciaram a vontade no Partido Democrata de seguir uma política de “entendimento amplo” com o PDL,

além de qualquer promessa eleitoral de legenda oposta; a explosão de grupos e bandos, desde sempre operantes no partido, com o objetivo de manter o poder, embora reduzido a migalhas; a amoralidade das pessoas que têm responsabilidades no DP no plano dos comportamentos pessoais; uma ainda viva vontade de rebelião por parte dos militantes e dos eleitores.

O caso da candidatura depois enterrada de Romano Prodi, fundador do Partido Democrata, serviu para tornar definitiva a impossibilidade do partido se recuperar, se não ao preço de uma radical tomada de consciência e de uma profunda conversão da qual não se vêem os sinais.

A sucessiva tomada de distância discreta de Prodi do PD, em vez de despertar uma reflexão profunda, levou muitos a pedir que ele fique.

Muitos são os sinais que deveriam induzir o partido a mudar decididamente seu caminho, pensamentos e comportamentos, mas até o momento as atitudes de continuidade são mais fortes.

A prevalência da linha dos “entendimentos amplos”, propiciados também pelo Chefe de Estado, contra qualquer possível alternativa ideal e política na lógica da bipolarização, está prolongando a noite da República. Não se vê ver, no centro-esquerda, quem possa e saiba como colocar a mão no despejo dos escombros e na construção de uma nova e límpida proposta política.

Proposta de longa visão, enquanto a que o país está enfrentando é marcada pela brevidade do anúncio ad horas.

O mesmo governo presidido por Enrico Letta, que objetivamente tem a tarefa de responder a algumas emergências econômicas, sociais e políticas, está dentro desse breve olhar, essa difícil navegação de uma maioria historicamente inatural para a Itália.

Além de qualquer expressão verbal e rejuvenescimento exterior, são visíveis a fraqueza da equipe, seu esqueleto construído com o manual das correntes, as contradições políticas que emergem todos os dias sobre a justiça, a Constituição, a economia.

Reformas há anos declaradas prioritárias - da lei eleitoral, do bicameralismo, da diminuição dos parlamentares, do financiamento

público dos partidos e dos custos da política – ficaram paradas por um longo tempo. Enquanto se apresenta a hipótese de uma reforma da República em sentido presidencial ou semipresidencial, sem nenhum aceno sobre a permanência dos conflitos de interesse que são a primeira anomalia a ser removida.

É noite funda com Berlusconi em campo, embora enfraquecido pelas sentenças dos tribunais.

Enquanto isso, o sofrimento social é dramático, a vida é frequentemente vítima da violência. A decadência material, moral, política da Itália está à nossa frente, está dentro de nós como o desafio desta geração.

Uma recuperação lúcida da participação popular é necessária para novamente fazer viver o sonho que, do Ulivo em diante, quer um bom governo, uma democracia madura, transparência e legalidade, moralidade, rigor, luta contra a corrupção. E uma Europa política.

No PD e além do PD, se necessário. Um partido que parece estar concluindo seu ciclo: pela insuficiência do projeto, pela perda de recursos, estrutura, modelo organizacional, pela superficialidade da visão do grupo dirigente, pela fraqueza das escolhas.

«Sentinela, quanto resta da noite?», é a pergunta extraída do Livro de Isaías que Don Giuseppe Dossetti propôs em 1994, comemorando Giuseppe Lazzati no aniversário de sua morte.

Vinte anos depois, a mesma pergunta percorre os nossos dias. Entre as profecias sobre as nações pagãs, o Oráculo diz:

Me gritam de Seir: «Sentinela, quanto tempo resta da noite?

Sentinela, quanto tempo resta da noite? “

A sentinela responde:

«A manhã chega, depois a noite também; se quiserem perguntar, perguntem, Convertam-se, venham! “ (Isaías 21, 11-12).

Uma sentinela, diz Dossetti, na escuridão da noite escuta, intui a espera e a esperança. Hoje, quem ouve os passos da história que caminha?

“Nenhum arrependimento pelo dia anterior”, é o amanhã que importa.

“A noite deve ser reconhecida como noite”, sem ambiguidade nem incertezas, e apenas uma forte solidez moral pode suportar o olhar da noite. Perigo é se iludir “dos remédios fáceis e atalhos para sair da noite”. E há “a noite das comunidades”, com suas fragmentações e suas solidões.

Hoje, a política lembra a torre de Babel e, no escuro, as vozes em tumulto tornam a noite mais longa. Não é hora do lamento, nem de gritos ou invectivas, muito menos de ajustes. O nosso é o tempo em que, antes de tudo, é necessário fazer perguntas, buscar as sentinelas atentas e sensíveis e interrogá-las. É hora de questionar a nossa consciência.

E de conversão, sinônimo de revolução, metanoia, contrição, mudança.

É mais do que nunca o tempo do homem interior que vive as virtudes cardeais: a temperança, a fortaleza, a prudência, a justiça. Laicamente.

Levará em suas mãos o destino da Itália apenas quem saberá ver o seu mal, suportará seu olhar e seu peso, quem terá consciência clara e mãos puras, e a coragem de agir, de tomar a iniciativa despertando uma enorme participação.

No caminho, com os poucos ou os muitos que desejam construir a nova democracia da Itália, eu também estarei lá. Sem nunca olhar para trás, para que o sonho viva, na consciência e na espera de muitos.

Sabendo que os obstáculos, que com o tempo parecem sempre reproduzir o mesmo, só podem despertar novas energias para sua superação e para a realização desse sonho.

Nenhum Congresso do PD, sem essas premissas, poderá servir a Itália e a Europa democrática, que são a responsabilidade do tempo presente para nós.

O tempo à nossa frente

Não penso em um balanço, não penso em conselhos.

Eu contei um pouco do que vi e vivi. Como diz Bonhoeffer: “A memória e a reconsideração da lição aprendida são parte de uma vida responsável”. Considero parte da “vida responsável” a transmissão e a troca entre gerações.

Tudo se *mantém*, eu já disse várias vezes nessas páginas. Porque é nos relacionamentos e nas conexões que achei o sentido da minha vida pessoal e política, e a cada dia a sua novidade.

Mas agora, que tanto caminho foi por mim percorrido, me lembro de Wittgenstein: “O sentido do mundo deve estar fora dele”. Além do que acontece, além da crônica e até além da história. Eu sempre pensei isso. Não há retenção sem movimento, sem um sentido que impulse para a mudança, para a superação do equilíbrio presente.

Ao mesmo tempo, não há mudança sem retenção. Se a água não correr, estagna. Se não tiver direção, faz ruínas.

Tudo se mantém, se tudo se mover; tudo se move, se tudo se mantiver.

Eu olho para a “vida da geração que vem” para buscar o sentido da ação responsável no presente e na resposta à pergunta histórica que cada tempo apresenta.

Como entre 1943 e 1948, quando uma nova geração e uma nova classe política conquistaram liberdade, geraram a Constituição e a nova Itália, lutaram contra a pobreza e determinaram o espírito coletivo em direção à reconstrução material e moral do país. Enquanto nascia um novo mundo que se reconhecia na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948. Estamos hoje em dia em um momento semelhante para nossa democracia.

No tempo à nossa frente, em um mundo cada vez mais interconectado, em um caminho da humanidade cada vez mais determinado por um destino

comum, a ação responsável continuará a ser o imperativo moral que dará significado e valores aos jovens. A ação responsável da pessoa livre diante das escolhas e alternativas assume sempre a possibilidade do risco. Para viver, e para mudar o mundo, o que se é constitui o elemento mais importante, o resto vem como consequência.

Portanto, formar a si mesmo é muito importante.

Formação das consciências para a vida e para a ação responsável é a principal tarefa para a família e para a escola, para a sociedade, para a Igreja e as religiões, para a informação e a cultura. Para a política, sem delegar.

A democracia vive apenas através da consciência, da participação, da ação responsável dos cidadãos e de seus representantes nas instituições.

Vive de seu discernimento, de sua coragem política, de sua aceitação de responsabilidade a cada dia, diante dos desafios do tempo que nos é dado para viver.

A evolução positiva da história humana, ou sua regressão, após os séculos que estão para trás, é confiada à consciência e à capacidade desta e da nova geração. Como aconteceu em todos os tempos.

Se os desafios são grandes e difíceis, grandes são as oportunidades do tempo que está à nossa.

Entre os escombros que hoje obstruem o futuro de nosso país, há a própria política e os partidos. Restituir valor e dignidade à política, regenerá-la, pois, sem ela cada vínculo, cada projeto coletivo desaparece e apenas poucos gerenciarão o poder, é, portanto, uma das tarefas da nova geração. Sem a tragédia de uma guerra às suas costas, mas com às costas o vazio e a dissipação de uma longa temporada que atropelou todo o sistema fundado nos partidos. Uma nova geração que vive e se comunica com a rede terá que definir os novos espaços, reais, não efêmeros, da participação, do exercício do poder, da democracia.

Eu penso que todo o sistema político fundado sobre esses partidos já esteja acabado. Todavia, será necessário recomeçar do artigo 49 da Constituição: “Todos os cidadãos têm o direito de se associar a partidos para

concorrer com um método democrático para determinar a política nacional”.
Com que método democrático?

Esta é a questão. O tempo que está à nossa frente terá que fechar para sempre a era Berlusconi, que sujeitou a política a interesses de partes e tornou as instituições objeto de compra e venda. Hoje, vinte anos depois, ainda não se vêem condições possíveis.

As últimas eleições políticas de 24 e 25 de fevereiro de 2013 nos entregaram um Senado da República bloqueado por três minorias, fruto de uma lei eleitoral para tal: a paralisia do Parlamento, a suplência do Presidente da República, um governo politicamente constituído sobre o acordo entre forças políticas que se contrapõem no caso político italiano, a anomalia Berlusconi normalizada, até fortalecida.

Uma nova política, uma democracia mais forte, só podem surgir do livre desdobramento de projetos alternativos para o país. Alternativas no plano moral, econômico e social, de visão europeia e global.

Somente uma lei eleitoral de forma bipolar pode libertar nossa democracia das conveniências, dos interesses, da fragmentação que são um enorme obstáculo para a construção do bem comum.

A classe dirigente desta fase, embora com os enxertos juvenis e de território, ainda não manifestou aquela liberdade de julgamento, aquele patrimônio moral e aquele pensamento político robusto necessários para construir a nova temporada política.

Nos dias da eleição do Presidente da República, os 101 eleitores que no segredo da urna atingiram o candidato Romano Prodi, o secretário do PD Bersani, o próprio Partido Democrata e o centro-esquerda, são o símbolo de velha política de visão curta que resiste, da degeneração à qual o berlusconismo e o “leghismo” nos levaram, mas também do “pragmatismo amoral”, como diz Arturo Parisi, que habitou em nossas fronteiras, da perda dos valores essenciais: a moralidade da Resistência, a moralidade da democracia.

O Partido Democrata que sonhamos e fundamos não era este que conhecemos.

Permanece no desejo de muitos eleitores, mas onde está a bandeira sob a qual reconhecer o sentido da nova proposta?

Quem vai segurá-la?

Como construir a alternativa moral, cultural e política à história berlusconiana na Itália? E à mesma história ambígua e inconclusiva do Movimento 5 Stelle? Esta é a tarefa da nova geração.

Deverá substituir mais uma acomodação, mais um compromisso decidido à cabeceira de um país exaurido e com a raiva sem solução de tantos cidadãos, com a força de uma nova grande proposta política que saia do medo, que supere a atitude à sobrevivência, que recomece a partir dos valores fundamentais da democracia, de uma política diligente e transparente, do sonho europeu, da vontade de uma Itália em pé, com o desejo de viver com dignidade o mundo de hoje, de viver com energia a competição, de continuar a ser protagonista da história.

Uma política que seja competente, mas que assuma a responsabilidade de ter uma visão global e de indicar a direção, sem delegar aos técnicos. Uma política que seja desinteressada: em cada opção, em cada comportamento, em cada seu representante.

Uma política ciente dos sérios riscos que afetam a coexistência civil e a democracia devido ao desespero de milhões de pessoas sem trabalho e sem segurança social.

A democracia de nosso tempo terá que lidar com os riscos da violência se não for capaz de despertar confiança e esperança.

Somente uma profecia política pode salvar o país. Por duas vezes, nos últimos vinte anos, ela surgiu com Romano Prodi. Não resistiu ao chamado de grupos e subgrupos, a seus interesses, enquanto, ao redor, aqueles que sempre detêm importantes alavancas de poder, estudavam o caminho para impedi-la.

Um novo sonho precisará do espaço democrático para se afirmar e receber um amplo consenso. De uma nova lei eleitoral que faça emergir as diferentes propostas, mas, ao mesmo tempo, favoreça sua convergência, como o duplo turno. Dos muito, um. É a unidade, não a fragmentação, que pode dar

à Itália uma nova história política, na comparação entre propostas alternativas em um sistema bipolar. Um novo pacto com os eleitores deve ser constituído, depois de tudo ter sido atropelado: a soberania dos cidadãos, a credibilidade dos eleitos, a manutenção de coalizões virtuosas.

Por esse motivo, a proposta de reforma eleitoral e institucional avançada por Romano Prodi expressa a profunda consciência da dramática condição presente da democracia italiana e novamente a esperança de sua possível recuperação sob a égide da participação e da unidade.

No tempo que está à nossa frente, uma nova geração, como a dos fundadores, terá que tomar em suas mãos decididamente a ideia política da Europa na mão, superando qualquer resignação, com toque de fantasia.

Uma Europa cada vez mais integrada, com uma nova soberania, além dos Estados, dos cidadãos. Os Estados Unidos da Europa.

A Europa, exemplo para o mundo de unidade após dramáticos sofrimentos, a Europa espaço do direito em um mundo em que os direitos humanos universais e a democracia se impõem a nível planetário.

Da Ásia, da África, da América Latina, dos Estados Unidos de Obama, que investe em pesquisa e cérebro, como indicava Rita Levi Montalcini, chegam a nós novas energias, novos olhares, novas perguntas, novas soluções. Sobre como produzir, como consumir, como proteger a criação; sobre a necessidade de educação e conhecimento; sobre a enorme demanda por igualdade, que faz de cada direito negado uma questão que nos diz respeito; sobre o valor do trabalho como o que dá consistência ao existir e à sua dignidade; sobre como acolher os migrantes do novo êxodo.

No agudo sofrimento da crise econômica e social, que até agora a Europa governou apenas com o rigor e a manutenção das contas públicas, o risco que os cidadãos percam o significado político e histórico da União comum é alto.

Os sinais agora são evidentes, e da desconfiança nascem as divisões e as violências, as unidades populistas, racistas e antisemitas. Esse mal-estar está no coração mesmo da Europa, na sociedade e na política dos países que a

compõem, flui ao longo das margens de seus grandes rios, o Danúbio, o Reno, o Sena, o Tamisa, o Po.

É da crise que emerge a força da autoridade do sofrimento e a responsabilidade da política como o que, em nome de muitos, cuida de todos. Uma nova geração pensará, como nunca antes aconteceu, ao seu próprio destino como destino comum da humanidade.

A política deve colocar-se nesse caminho.

A Igreja começou a fazer isso com o Papa Francisco. Suas primeiras palavras, referindo-se à sua eleição a Bispo de Roma, foram: “Parece que meus irmãos cardeais foram buscá-lo quase no fim do mundo», como o extremo sul da Argentina é chamado na realidade. Uma salvadora reversão de perspectiva.

A Itália deve escolher uma nova maneira de estar no mundo, de levar sua insubstituível contribuição de cultura e de valores. O mundo tem saudades da Itália. A eleição de Laura Boldrini, nesses mesmos dias, à presidência da Câmara de Deputados é significativa: representa a Itália apreciada no mundo por sua ação em favor dos direitos humanos e da paz. Quem enfrentará essa tarefa? Apenas consciências vigilantes sobre o que acontece, de olhares perspicazes, rigorosas consigo mesmas.

Nenhuma mudança é possível, nenhum resgate da Itália do abismo em que caiu poderá ser iniciado sem a suposição de responsabilidade pessoal, continuamente alimentada por fontes vitais. Todos devem se sentir chamados e envolvidos na política, que é o lugar do “nós”, o único lugar da humanidade que quer viver no futuro.

Na longa estrada que percorri, aprendi com todos. Acima de tudo, aprendi que olhar para os outros, não para si mesmo, é o olhar que leva mais longe. Aprendi com Rita Levi Montalcini e Aung San Suu Kyi - duas mulheres vencedoras do prêmio Nobel que entraram na minha vida e que sempre falaram comigo com palavras nobres e fortes - que apenas o desinteresse de si mesmo ajuda o caminho universal da humanidade. E é isso que mais importa, no final. Porque *eu* vive apenas no nós.

A democracia guarda esse valor. Sejam concretos: apenas o relacionamento constante com os cidadãos soberanos, com os eleitores e

apenas o relacionamento consigo mesmo, com a própria consciência, dão fundamento à política democrática fundada sobre o *nós*.

Isso também pode levar à solidão, a consciência crítica pode colocá-lo em dialética com os outros e certamente em contradição com a busca de consenso a todo custo e com as conveniências pessoais.

Nos dias longos, difíceis e confusos após as eleições, vi parlamentares deprimidos, desanimados com a falta de confronto democrático no partido e no grupo, esmagados por seu papel, diante do drama do país e da política, pela tensão entre a consciência pessoal, a disciplina de grupo, a solicitação, de fato a pressão dos eleitores.

Que disciplina então? Nos partidos, não há mais, mesmo no topo, elaboração coletiva. Reuniões apressadas levam a decisões elaboradas por poucos, geralmente cobertas por unanimismos de fachada.

Um enorme campo de trabalho, esse, da representação e da decisão em conformidade com o povo, para a nova geração. O campo que ainda leva democracia na história. Desafios, portanto, muito altos, e oportunidades muito grandes para a geração que vem chegando.

Uma geração que está dentro do mundo e o conhece como nenhuma outra o conheceu antes, com os idiomas, as viagens, a rede, tão sofredora na precariedade existencial e profissional.

É essa geração que corajosamente terá que construir novamente o caminho da liberdade. Para isso, deverá ser capaz de sustentar seu peso, de carregá-lo. Eu vislumbro os sacrifícios que ela terá que enfrentar, porque nada que tenha valor se obtém a baixo preço. Deverá ser capaz de sustentar o canto firme, límpido e claro, para que o contraponto possa se desenrolar em toda a abertura possível.

Ao retornar de Naypyidaw, depois d encontro de Aung San Suu Kyi, passei duas noites em Bagan. A noite de 2 de março passou sem sono, e não apenas pelo fuso horário ou a cerveja Mandalay. No passar das horas, tive ao meu lado algumas páginas de Bonhoeffer, as únicas que poderiam me manter em uma concentração interior profunda:

Eu gostaria de pedir: façam com que o canto firme ressoe alto e distinto, porque só então sua ressonância é precisa, inteira e o contraponto sabe que é sustentado, não pode escorregar ou se destacar e, no entanto, permanece ele mesmo, autônomo, um todo. Quando se está dentro dessa polifonia, a vida está completa e você sabe que nada de funesto pode acontecer até que o canto firme seja mantido.

Uma lagartixa caminhava pela parede. Eu estava do outro lado do mundo, mas sentia a mudança. Pela manhã às seis, meia-noite do dia anterior na Itália, liguei o único canal italiano da televisão, Rai 2: o telejornal enquadrava o Camerlengo, o cardeal Tarcisio Bertone, que fechava a porta do apartamento papal. A era de Ratzinger havia terminado. Novas coisas aconteceriam.

Para a geração que vem desejo que mantenha sempre o seu “canto firme”. Somente assim o tempo diante de nós poderá ser ainda um tempo de democracia. E de humanidade.



Cartas aos amigos

Como na jornada de uma caravana, às vezes é necessário parar e se recolher ao redor do fogo. Para compartilhar e entender o caminho feito e olhar para frente. Escrever ajuda a ordenar as ideias e comunicá-las. Fiz isso com artigos em jornais e revistas, com apresentações de livros e conferências, com contribuições para o partido ou o grupo parlamentar.

Também fiz isso naquelas que chamo as Cartas para os amigos, que marcaram etapas pessoais e políticas do meu percurso na democracia italiana.

Eu as colecionei aqui, como para retomar o fio de um discurso.

A.S.

Roma, 11 de junho de 1996. Ao XIII Círculo Didático

Queridos,

Penso em vocês com grande carinho nesses últimos dias do ano escolar.

Começamos juntos, mas agora estou em outro lugar, nesta sala do Ministério em que penso em toda a escola italiana e em seus problemas.

Não estou mais com o XIII, mas sinto como e talvez mais do que antes uma forte preocupação com vocês.

Trabalho para os problemas que mais nos preocupam, me sinto próxima e participe de vossas expectativas, seus trabalhos, suas esperanças.

Para vocês meninos, antes de tudo, minha saudação e o desejo de boas férias.

Sejam felizes, tenham cuidado e sempre desejosos de aprender, sejam bons com todos. Eu conheci nos dias passados crianças de Palermo e Bari e pensei em vocês também. Eles são muito bons, eu gostaria que vocês os conhecessem. Para as famílias, o Conselho do Círculo e o Comitê dos Pais, desejo tudo de bom.

Vi na Sicília pais ativos na escola e conversei sobre vocês. Dediquem o máximo de tempo possível para seus meninos, ouçam-nos, conversem com eles, façam experiências com eles.

Aos colegas, professores e não professores, gostaria de dizer muitas coisas, mas vocês já as conhecem.

Nos veremos nas próximas semanas.

Confio todos vocês a Giuseppe Malpeli, meu vigário, e aos colaboradores.

Vocês estão em boas mãos. Todos os dias me sinto perto de vocês, porque meus pensamentos são ricos de nossas ideias e experiências. São eles que hoje orientam minhas escolhas para a escola italiana, para a grande reforma da escola, que é a esperança de todos. Em particular, o ministro Berlinguer me confiou a delegação de todos os projetos educacionais: a integração escolar dos portadores de deficiências, a prevenção de toxicodependências, a educação multicultural incluindo os nômades, a educação para legalidade, os projetos contra os abandonos escolares etc.

Projeto educacional apropriado à demanda formativa dos jovens e da sociedade, elevação da obrigatoriedade escolar até dezesseis anos, reforma das superiores, conexão entre escola e trabalho, autonomia da escola e forte descentralização administrativa: esses são os grandes objetivos da ação de governo há pouco iniciada em que estou envolvida.

Espero que vocês estejam comigo, e que vocês também, cidadãos da autônoma ... república do XIII, estejam à altura da situação.

Vos abraço, com um até breve.

Albertina Soliani

Roma, 13 de julho de 2007

Caros amigos, hoje é sexta-feira, 13 de julho de 2007.

A sessão da manhã iniciou há pouco, estão sendo discutidas e votadas as emendas ao sistema judicial após um grande trabalho na Comissão. Sem tempos contingenciados, sem voto de confiança. Mais uma razão pela qual deveríamos nos autorregular, uma suposição comum de responsabilidade. Quando a liberdade não tem limites, o limite é dado pela responsabilidade de cada um.

O Sen. Gerardo d'Ambrosio evoca, tranquilamente, o empenho dos magistrados "independentes" pela salvação da democracia, e o preço pago. Nunca o tivesse feito. A sen. Anna Cinzia Bonfrisco reage contra ele descendo para o hemiciclo, gritando: "Assassino!", "Criminal!"; apoiada pelos colegas de seu lado. Não é um confronto parlamentar normal, como a democracia gostaria. O povo italiano elegeu a sen. Bonfrisco, mas também o sen. D'Ambrosio. Ele está ali, com seu direito de intervir. Se você o ofende, ofende seus eleitores, aliás, o povo italiano que ele representa sem vínculo de mandato.

Há algo maior que suas opiniões, suas paixões, sua história, sua avaliação dos anos de Tangentópolis. Existe a democracia. Antes da sua parte política, vem a proteção do terreno comum do confronto político no plenário. Que tem suas regras. É o limite que não pode ser ultrapassado, sob pena do fim da democracia que você vive no Parlamento pró-tempore em nome do povo italiano.

Após sua passagem nesse plenário, a instituição deveria ser melhor, não pior de como você a encontrou. A sen. Bonfrisco poderia intervir, se quisesse. O resto coloca em risco a alma do Senado, a sua inteligência, a sua moralidade que pressupõe, antes de tudo, respeito pelo outro.

É que os anos berlusconianos da Itália ainda não passaram, com seu descrédito em relação ao judiciário. Toda oportunidade é boa para derramar sobre o país, nas praças e nos plenários, o ressentimento nunca adormecido. Sem respeito por ninguém, sem autocontrole. Sem discutir, simplesmente insultando. Agindo por ímpeto, sem a mediação da razão.

A alma de cada um de nós está em risco nessa explosão descontrolada da parte não-racional de si mesmo. O risco é antes de tudo de quem ultrapassa o limite.

Não acabou. Diante de tudo isso, em frente à sen. Bonfrisco e à direita vocífera, o sen. Goffredo Maria Bettini, do Ulivo, faz contra eles um gesto inaceitável em um plenário. De fato, a violência chama a violência, a vulgaridade produz vulgaridade, o instinto é respondido com instinto. Machismo. Assim, a vulgaridade é bipartidária. Ninguém se controla. No plenário do Senado, a alma da maioria também está em risco. Claro que a sen. Bonfrisco depois se queixou da falta de solidariedade das mulheres de centro-esquerda em relação a ela. Infelizmente, muito maior foi a avalanche colocada em movimento e que atropelou a nós todos.

Alguns senadores do centro-esquerda intervieram para fazer justiça ao sen. D'Ambrosio e fazer todos voltar ao bom senso. Brevemente, para não colocar em risco a agilidade do plenário e pela continuação dos trabalhos. Desafiados a ser sábios e comedidos, quanto mais irrefletida e desmedida era a ofensiva da direita. Um desafio moral e intelectual, aceitá-lo fortalece. Mas fica a tristeza na alma.

Na retomada da tarde, outra pena. Se apresentam os senadores vitalícios.

Eu sabia. A oposição em sua simplificação é absolutamente previsível. Entra em cena a contabilidade da política. Um, dois, três votos fazem a diferença e tudo de repente pode mudar na Itália. O objetivo do centro-direita é o seguinte há um ano: prevalecer mesmo que apenas por um voto e, assim, dar em cima da Constituição - mas, não é a primeira vez -, mas também em cima do respeito e dignidade das pessoas, a partir dos mais velhos. Os senadores vitalícios. Ridicularizados, zombados, injuriados. Aqui, verdadeiramente, qualquer medida de sensibilidade e moralidade é atropelada. Nossa alma também está atropelada. A oposição pensa que seria bom para o país se o governo caísse?

Legítimo. Mas é legítimo, ao mesmo tempo, que a sen. Rita Levi Montalcini pense o contrário, a saber, que esse Governo seja bom para o país e que seja seu dever civil conceder a ele seu consentimento. Sobretudo em momentos difíceis. Então? Este também é o confronto parlamentar que não

pode ser deslegitimado, sob pena de deslegitimação da própria instituição parlamentar como está escrita na Constituição.

No ataque sem fundamento constitucional aos senadores vitalícios, o mais repugnante é aquele contra Rita Levi Montalcini, a mais velha entre nós. Ela é uma mulher, a de mais frágil aparência, na verdade a mais tenaz e determinada. Considerada estranha à batalha de machos robustos que se entendem entre si. A toque de emendas, bizantinismos processuais, violentas polêmicas. Talvez para eles a política seja apenas isso. Se você não for daquele rito, você está fora. Fora “do saco”.

A sen. Rita Levi Montalcini sofre o desconforto de uma audição enfraquecida? Não lhe é permitido. Eu imagino como podem se sentir os italianos como ela. Não deveria o Senado também representar nisso todo o país? Aliás, a presidência do Senado deveria levar em consideração isso no ritmo intenso das votações, permitindo que os senadores como ela possam expressar seu direito de votar com serenidade, tendo dado prestígio à Itália como ninguém, daqueles que se sentam no Senado, poderia ter feito.

O hon. Ignazio La Russa mais tarde chegou a dizer: “O Governo precisa da Montalcini e não é digno mesmo para uma das pessoas de maior prestígio na Itália, ir para lá, votar, com uma senadora que atua como sua cuidadora”. Sinto muito pelo hon. La Russa, mas é a cultura fascista que toma como alvo os mais fracos. Sua alma também perdeu o senso das coisas. Cegos ao ponto de questionar a autonomia de uma pessoa que se move, na sua idade, de Pequim a Nova York, recebida respeitosamente e ouvida no mundo inteiro. Mas que tipo de conjunto está se tornando o Senado de nosso país, se a pessoa se torna apenas o seu voto, perdendo todo o seu valor?

Aqui está o ponto político. A oposição espera que os votos dos senadores vitalícios sejam determinantes para gritar ao escândalo - agora, em 1994, para vantagem deles não era assim - mas nos momentos decisivos isso não acontece. Não aconteceu nem na sexta-feira. Mas por que a oposição reduz toda a política e seu debate aos dois a três votos de refugio no Senado, não tendo outra proposta alternativa a ser apresentada? Por que se acusam os senadores vitalícios, quando a causa primeira dessa situação é, evidentemente,

a lei eleitoral que a oposição quis, planejou e votou? Eis porque a coisa mais urgente a fazer é mudar a lei eleitoral e assinar o referendo que causará sua mudança. Para devolver a moralidade à política e dignidade às instituições.

Se a verdade não é reconhecida, tudo se torna engano e mentira. Simone Weil diz que a moralidade consiste no respeito à natureza de todas as coisas. Essa moralidade no Senado é colocada a duríssima prova. Nessa situação, foi longamente discutida a emenda Manzione. Se o mérito fosse bom, mas não estamos em uma situação normal. Se a casa queima, você não acende um fósforo, busca água. Não se pode confundir a parte com o todo. Se eu colocar a emenda Manzione sobre um prato da balança e, no outro, o cataclisma por ela produzido, não há sequer uma comparação. Óbvio, se você se preocupa com o destino do governo e do país mais do que o seu próprio.

Como diz a metáfora, a batida das asas de uma borboleta na China pode produzir um desastre na Califórnia. De qualquer forma, outros são os locais onde discutir a situação política ou do Partido Democrata. Isso também tem a ver com a moralidade das escolhas. A democracia é separação e distinção: das responsabilidades, dos espaços, dos corpos, das razões, dos sujeitos e dos papéis.

Somente uma interpretação superficial da globalização pode nos induzir a pensar que tudo é discutido, em toda parte, da mesma maneira. Mesmo de maneira instrumental. Focar o essencial, este é o dever. Essa é a liberdade, essa é a responsabilidade. Na verdade, no Senado a alma de cada um de nós está realmente em risco. Finalmente, a reação de nós senadores da União. Nossa escolha moral é clara: servir ao povo italiano, concluir o rito das leis, responder com racionalidade à irracionalidade. Diversos são os estilos e figuras retóricas no arrazoado, nem sempre a invectiva é a mais adequada. Mas muitas vezes seria uma obrigação.

Eu estive no plenário do Senado na última legislatura, experimentei a imoralidade desse contexto, a grosseria o engano, a banalidade, a instrumentalidade, tornados razão política.

Nós da oposição reagíamos, após uma primeira temporada de incredulidade e consternação. Nossa alma estava em risco, éramos arrastados para baixo, sem saída. Forçados a descer em um terreno que não era o nosso. Era preciso resistir.

Neste primeiro ano da legislatura atual, é como se a União tivesse se dado um limite intransponível. É o da responsabilidade para com o Governo, para com o país. Esta é a moralidade da União no Senado, a figura da responsabilidade que é rara atualmente.

Sem procurar bodes expiatórios - o Governo, os aliados -, cientes de que aqui e agora nossa alma se salva não apenas se resistir, mas se der voz incessantemente à Itália melhor. Com coragem, com seriedade, com dignidade. Se transformar o nível minimalista, contábil e desnecessariamente liquidatório imposto pela oposição, no impulso moral e cultural que deve representar no plenário do Senado, o rosto em que os italianos gostariam de se reconhecer: a capacidade e o gosto de aceitar os desafios, a paixão ideal para vencê-los. Caso contrário, é a própria alma do país que corre o risco de se perder.

Quem sabe o que passa na alma dos senadores da União em um dia como este.

Eu olho para o sen. Antonio Boccia que, como um maestro ou como um domador, guia os nossos trabalhos no plenário. O mais exposto, o mais em risco no patrimônio de sua alma. Às vezes, por causa dos seus, além de seus oponentes. Eu olho para Anna Finocchiaro. Firme, absorvida em seu silêncio mediterrâneo. Além do bem e do mal. Ela só fala quando é necessário e então descem entre os bancos do Senado, como um bálsamo, o valor da palavra e a força do pensamento. Contra a arrogância, a banalidade, a instrumentalidade das vozes que gritam. E o Senado respira.

Aqui está um dia no Senado, um dia qualquer.

À noite, cruzando os Apeninos de trem para voltar para casa, pensava que esse é um custo muito alto da política. Vamos nos apressar para diminuir os custos financeiros, para anular nossos privilégios, porque imediatamente nos aguarda outra grande tarefa. Para a maioria e para a oposição. Juntos. Devolver ao Parlamento a dignidade, a cultura, a força moral, a medida da qual precisa. Porque a Itália precisa disso. Para que a democracia viva, não decline.

Albertina Soliani

Parma, 11 de agosto de 2010

Caros amigos,

nesta véspera de Ferragosto 2010, passa a fronteira entre o “antes” e o “depois”. O “antes” nós conhecemos, mesmo que nunca o investigássemos verdadeiramente. O “depois” não, ninguém pode dizer hoje o que acontecerá nos próximos meses, mesmo que muitos se exercitem nas previsões.

Mais do que uma hipótese precisaríamos de um pensamento, que tem dificuldade em se produzir. O pensamento sobre o fim do ciclo berlusconiano e sobre a alternativa que deve ser determinada. Sobre a nova temporada democrática que deveria ser aberta. É nessa fronteira que desejo trocar alguma reflexão com vocês. Em setembro, espero que possamos nos dar a oportunidade de nos ver e pensar juntos.

O PDL explodiu, como era previsível. Cheio de superficialidade, de indecência pública, de ilegalidade e corrupção. Depois de ter colocado em discussão os fundamentos da democracia: o respeito pelas instituições republicanas e o equilíbrio dos poderes, o papel do Parlamento, a autonomia do judiciário, a liberdade de informação.

Tendo dado prova de incapacidade de governo e tendo colocado em risco, com a Lega Nord, a unidade do país. Tendo tornado a política o terreno da conveniência, troca e barganha, sem uma ideia do bem comum. Fini foi a origem de um profundo mal-estar, sua expulsão desencadeou um processo que não sabemos como se desenvolverá. Chegaremos a uma nova temporada, mas não sabemos quando nem como, com quais choques e revoluções. Não será fácil nem linear chegar lá.

Berlusconi ainda não renunciou e continua a trabalhar arduamente para seu futuro. Seu objetivo é claro: ir logo para a votação para recuperar uma sólida maioria e a partir daí para chegar ao Quirinale. Em todo caso, evitar processos.

Nesses dias, pensei em outras duas passagens da história italiana, após as quais tudo mudou: em 25 de julho de 1943, quando o Grande Conselho de

Fascismo decretou a queda de Mussolini e 1993 quando, após o colapso dos partidos com Tangentopoli, e do muro de Berlim, Ciampi liderou um governo técnico que mudou a lei eleitoral. Naqueles meses, estouraram as bombas.

Acho que a fase que começamos a atravessar trará profundas mudanças. Naquele 25 de julho não se poderia imaginar o 8 de setembro, a Resistência, a Libertação e uma nova fase política radicalmente nova, com uma substituição total da classe dominante.

É verdade, havia a guerra mundial e um novo mundo teria surgido de seus escombros. Mas ainda hoje penso que não estamos em um ajuste das coisas. A mudança será profunda, que não atingirá apenas a direita.

Berlusconi ainda será protagonista nesses meses. Tentará um relançamento de seu governo e de sua maioria? Eu duvido. Não é o estilo dele, ele agirá sem poupar tiros. Só o faria se lhe fosse conveniente. Se visse algum risco nas eleições, ou um possível governo sem ele.

A Lega está com ele, mas até quando? As coisas não estão mais completamente nas mãos de Berlusconi. Na democracia, o futuro de um país está nas mãos de todas as forças políticas, sobretudo em um momento de crise. Nem hoje, na época da crise econômica, o país pode ser deixado na incerteza de uma fase eleitoral. Hoje todo caminho está aberto. O caminho eleitoral parece muito provável. Para sair do pântano, diz Bossi.

Determinado por eles, é claro. Poderíamos acabar em um caos, incapazes como são de governar a complexidade política de uma fase como essa. Estamos a dezessete anos depois. Não parece verdade. Foi assim que aconteceu.

Essa maioria mudou as conotações políticas, culturais, econômicas e sociais de nosso país. A televisão fez o resto. Nestes longos anos, Casini e Fini também estiveram no jogo. Aprovando tudo, incluindo a lei eleitoral. A Itália hoje é um país parado, bloqueado, fechado e sempre mais desigual. Sem guia. Sem esperança. Acabou também o sonho berlusconiano.

Submetida a uma concepção autoritária e proprietária da coisa pública, a uma cultura antidemocrática. Oligárquica. O poder e a sociedade

mergulhados em negócios e corrupção, como a P2. Sempre presente. Berlusconi é o sistema, talvez nem ele seja o chefe.

A liga faz parte disso, saiba ou não. Mentira e propaganda se tornaram os ingredientes da política, que os cidadãos agora sentem fraca e distante. O crime organizado é galopante, mesmo no norte, onde estão os negócios.

De uma história assim, a consciência coletiva sai enfraquecida. Mesmo se houver um despertar, ainda não majoritário, da opinião pública. O uso do poder da mídia, que nunca contivemos, alimentou o populismo. Até à milícia. O fruto desses anos, quase duas décadas, é a decadência material e moral do país, o enfraquecimento progressivo da democracia, nossa fraca reputação na Europa e no mundo.

E nós, nesses anos? Basicamente, não à altura do drama. Tentamos impedir Berlusconi nos votos e fazer vencer outro projeto para a Itália: por duas vezes, com Prodi, com o Ulivo e com a União, vencemos. Depois, cegamente, culposamente nos enterramos sozinhos. Nós, míopes diante dos riscos da história. Sem compreensão, sem ambição diante da transformação da sociedade italiana e do efeito narcotizante do berlusconismo.

Em 1942-43, alguns estudantes de Mônaco, pertencentes à Rosa Branca, espalharam alguns folhetos nas ruas para despertar o povo alemão. Eles foram presos e executados. Um desses panfletos terminava assim: “Um povo merece o governo que tolera!”. Aconteceu conosco também, tanto naquela época quanto sessenta anos depois.

Nesses longos anos, nós renunciamos a um profundo trabalho político e cultural entre o povo italiano em nome da verdade e de valores alternativos. Estes são anos de responsabilidade para nós também. Costumo pensar nisso no Senado e me pergunto: estou aqui há vários anos, o que fiz? O que fizemos para mudar o curso dos eventos? Certamente me lembro do compromisso, do esforço, dos belíssimos e duríssimos vinte meses do segundo governo Prodi, mas nós fomos parte não suficientemente vigilante dessa história italiana. Dramática. Que agora, sem orientação, se precipita para o fim.

Em um seu breve ensaio Balanço às portas de 1943, dez anos após a ascensão de Hitler, Bonhoeffer escreve: «Perdido seria o tempo em que

não tivéssemos vivido como homens, não tivéssemos tido experiências, não tivéssemos aprendido, realizado algo, desfrutado, sofrido». Se vocês puderem releiam essas páginas, em Resistência e rendição.

Sinto esses dias como um tempo de balanço muito sério para nós também. Qual é a nossa tarefa agora, a missão do PD?

Penso que temos que nos colocar na profundidade certa da fase que estamos atravessando, para ali enraizar nossa capacidade de alternativa, olhar para longe com uma grande para a Itália e alguns objetivos essenciais à altura do desafio histórico que a preocupa, do abismo em que caiu, da espera que percorre o país.

Primeiro, o PD deve ter essa capacidade e essa força. depois virão as alianças, as mais amplas possíveis. E a liderança virá. A mais adequada à vitória. Um grande projeto para a Itália, com idealidades fortíssimas. Com os grandes desafios: o conhecimento, o trabalho, o crescimento, os jovens, a cultura, a vida social, a energia, o meio ambiente, a imigração. Os direitos e deveres de cada um. Um novo projeto que mobilize a sociedade. As mulheres. Que proporcione uma outra ideia da política e da ética pública. Que fortaleça a democracia.

Assim, entre outras coisas, nos prepararemos melhor para as eleições. Vejo que, em vez disso, estamos muito focados no presente, no imediato. Em um governo de transição. Obviamente, este é o processo constitucional. Se Berlusconi renunciar, o Presidente da República terá que verificar se existe uma maioria no Parlamento. Pelo menos para mudar a lei eleitoral. Eu continuo fiel ao colégio uninominal, continuei a vive-lo assim nesses anos como em 2001, entre Parma e Reggio, assim como não tenho dúvidas sobre a validade da bipolarização.

Eu gostaria que o PD tivesse bem clara a aposta em jogo, que escolhesse ser o pivô da alternativa e se equipasse e preparasse para esse fim. Com coragem, sem medo. Depois se caminhará na estrada que Napolitano indicará. Nas eleições, se vencermos bem, se não começaremos de novo, retomaremos a marcha, mas após uma batalha limpa e corajosa, que terá mudado para melhor a nós mesmos e a Itália conosco. Casini, Fini, Rutelli? Veremos. Não

escondo que Casini e Fini estão interessados no pós-Berlusconi em sua área. Não acredito na lógica do centro. Se chegar a hora de uma corresponsabilidade de todos, assumiremos as responsabilidades necessárias. Não nos distraiamos.

Enquanto isso, Berlusconi volta a atacar, em plena carga. Nessas horas, ele empurra os seus para uma mobilização permanente, porta a porta. Vem à lembrança até a República de Salò: era o fim e continuavam a distribuir postos de comando e recrutar os meninos. Há poucos dias encontrei Vendola com alguns colegas do PD. Eu queria ouvir, entender. Não é uma questão de liderança, é que todos devemos estar juntos para combater a partida. E ganhá-la.

Caros amigos, eu queria ser mais breve. Eu sei que é agosto, mas não podemos descansar.

Giacomo Notari, presidente da ANPI de Reggio, que foi partisan muito jovem, diz: “A Resistência não descansa”. Esta semana, para quem acredita, é iluminada pela liturgia do êxodo, em direção à libertação. Ainda não é a Terra Prometida, mas “estejam prontos com as vestes fechadas nos quadris e as lâmpadas acesas”. É a aventura contínua da liberdade. Está em nossas mãos. Ninguém vai nos libertar se nós não o fizermos.

Na sexta-feira, 13 de agosto, visitarei a penitenciária de Parma, com a iniciativa dos Radicais e de todos os grupos parlamentares.

Contarei depois.

Um bom Ferragosto.

Fiquem bem. Não se resignem. Cheios de confiança. Qualquer que seja o futuro que nos aguarda. Determinados a estar nele com responsabilidade. Para prepará-lo e vive-lo com todas as nossas forças.

Até breve,

Albertina Soliani

Parma, setembro de 2010

Caros Amigos,

Em seu ensaio Dez anos depois, Dietrich Bonhoeffer traça um balanço no limiar de 1943 diante da devastação moral e existencial que envolveu o povo alemão desde a ascensão de Hitler e o faz com a “força que nunca deixa o futuro para os oponentes, mas o reivindica para si mesmo ». É o texto de “uma geração colocada frente a um grande ponto de virada na história”, ciente de que “a grande mascarada do mal desagregou todos os conceitos éticos”.

Nos mesmos meses em Múnaco, os estudantes da Rosa Branca haviam espalhado seus panfletos para despertar a consciência do povo.

É incrível que tenhamos conseguido viver esses dezessete anos de política de Berlusconi na Itália sem uma reflexão adequada sobre o transtorno moral, cultural e político da qual era o arquiteto. Nessas semanas em que amadurece o fim do longo ciclo Berlusconi, também pela dramática tomada de distância feita por Fini, o pensamento corre para aqueles momentos de nossa história que marcaram a mudança de uma época.

Naquele 25 de julho de 1943, que abriu a fase final do regime fascista, sem que se pudessem imaginar o 8 de setembro, a Resistência, a Libertação, uma história política radicalmente nova e a substituição total da classe dirigente. E mais de perto de 1993, quando Ciampi, após o final dos partidos com Tangentopoli e o colapso do Muro de Berlim, liderou um governo que mudou a lei eleitoral, enquanto estouravam as bombas, sem que se imaginassem, então, nem Berlusconi nem o Ulivo. Hoje estamos no coração de uma profunda mudança que não será apenas da direita.

É nesta passagem que se manifesta a necessidade de um balanço muito sério desses anos e um novo pensamento político sobre o futuro da Itália. Um e outro estritamente conectados. Estamos aos dezessete anos depois e isso não parece verdade. Uma maioria liderada por Berlusconi mudou as conotações políticas, culturais, econômicos e sociais do país. Com o instrumento poderoso

da televisão em suas mãos, ator final da “dramaturgia autoritária do século XX”, como a definiu Liliana Cavani, que viu o extraordinário uso da imagem e comunicação pelos ditadores do século XX.

A Itália hoje é um país parado, fechado, desigual que escorrega para trás e se afasta da história. Um país sem guia e sem esperança, onde terminou também o sonho berlusconiano. Uma democracia, à qual Berlusconi está se preparando para dar os empurrões definitivos, enfatizados por uma concepção autoritária e proprietária da coisa pública, por uma cultura antidemocrática, oligárquica. O poder e a sociedade estão imbuídos de corrupção, percorridos pela P2, sempre presentes Berlusconi é o sistema, talvez nem ele seja seu chefe, e a Lega Nord é sua parte decisiva. Se reforçou e se estendeu a criminalidade organizada.

De uma história assim, a consciência coletiva sai enfraquecida. O uso do poder da mídia, que nunca tentamos conter, alimentou o populismo, até uma nova “milícia”. Os frutos desses anos, quase duas décadas, são a decadência moral e material do país, o esvaziamento progressivo da democracia, nossa fraca reputação na Europa e no mundo.

E nós, nesses anos? Nós não estivemos à altura do drama. Por duas vezes, vencemos as eleições com Romano Prodi, com o Ulivo e com a União, com outro projeto para a Itália. Por duas vezes, nos afundamos sozinhos, cegamente, culpavelmente. Fomos míopes diante dos riscos da história. Atuamos sem entender, sem ambição frente a uma sociedade e a uma política que invocavam transformação, mudança.

Apenas uma pessoa, no início de 1994, viu o risco da história e nos avisou. O monge Don Giuseppe Dossetti. Em um discurso seu em Pordenone em 17 de março de 1994, ele lembrou a sua juventude e suas impressões adolescentes nos dias da Marcha para Roma: “A impressão - para falar globalmente - de uma grande farsa: uma grande farsa acompanhada por uma grande deseducação de nosso país e do nosso povo, juntamente com a impressão de um grande engano, mesmo que certamente seguido pela ilusão de uma maioria, que, no entanto, mais e mais se deixava enganar e desencaminhar “.

Uma impressão radical que havia alimentado nele “um antifascismo irreduzível”. E ele concluiu: “E isso me parece ser o momento de dizer que há uma incubação fascista. Não digo que no futuro se apresentará nos mesmos termos, mas digo que quem viveu - ainda muito jovem - aquela primeira experiência dessa grande farsa ou dessa grande teatralidade, desse grande engano da consciência do povo, hoje encontra em certos setores de nossa sociedade impressionantes equivalências “.

Dossetti nos deixou em 1995, com o compromisso de defender a Constituição, que o povo salvou no referendo de 2006. Aquele futuro por ele lembrado nós o conhecemos, está atrás de nós, mas ainda é nosso presente. Poucos outros, então, entenderam o risco e o denunciaram. O poeta Mario Luzi viu “escombros e máscaras que bagunçam a cena”. E Indro Montanelli também vislumbrou o destino do país.

Nós não fomos capazes, nesses anos, de uma análise histórica e política adequada ao desafio. Nem sequer investigamos bem como essa direita estava se caracterizando na Itália: sem memória, sem visão do futuro, achatada no presente, interessada na conveniência e no escambo, mais do que no bem comum, capaz de alimentar os egoísmos individuais e territoriais, minando a solidariedade e a unidade do país, aumentando as diferenças sociais, exaltando a astúcia, produzindo racismo e homofobia, praticando a indecência pública e privada. Mentira e propaganda são as ferramentas privilegiadas desta política.

Não foi suficiente o debate público, que também houve e há, sobre as instituições, sobre o direito e a justiça, sobre a legalidade. Muito mais profundo e mais extenso deveria ser nosso trabalho político e cultural entre o povo italiano. Em nome da verdade e em nome da Constituição, em nome de valores alternativos. O fato é que nós também fomos tocados pela cultura berlusconiana que envolveu o país e que corrompeu a maior parte da classe dirigente.

Quem sabe se a Igreja italiana também se perguntou sobre esses dezessete anos. O que houve com a sua força profética, sua responsabilidade na história de nosso país e na condição de nosso povo? Muitas vezes, a Igreja preferiu o relacionamento com o poder, escolhendo também qual governo apoiar e qual

não apoiar. Reduziu o campo de temas sensíveis àqueles éticos e antropológicos, também dando crédito às posições Teocon. Quantos passos para trás, quantos recursos desperdiçados, quanto tempo perdemos nesses anos.

Agora, algo se move, até a Igreja e o mundo católico se questionam sobre o futuro de uma sociedade agora à mercê do individualismo, do egoísmo, do mito do sucesso, sem formação para a responsabilidade individual e social. O mesmo magistério reinicia hoje das fundações: a dignidade da pessoa sem distinções, respeito pelo outro, o bem comum.

Dá o que pensar a pensar, dezessete anos depois, o que a Itália teria sido se tivessem sido vividos com coragem, pela maioria, a Constituição e o Concílio.

No balanço no final do ciclo político de berlusconiano, mesmo que nada nos será poupado na precipitação dos eventos, mesmo que seja incerta a medida do consenso que ainda o acompanhará, constatamos que essa fase coincide com o questionamento do ciclo histórico, econômico e político que produziu a crise financeira global que acometeu o mundo.

Um ciclo dominado pela ideia de um crescimento, mais financeiro do que real, sem limites, sem regras, para a vantagem de alguns, com objetivos de lucro imediato, sem visão no futuro. Um ciclo sem ética e, portanto, a crise é principalmente moral. Hoje, uma nova temporada da história se abriu no mundo com novos protagonistas na Ásia, na África, na América Latina.

O que está marcando o ponto de virada desses grandes países, como o crescimento do PIB, a educação, o papel das mulheres, pode alimentar o sonho de uma humanidade capaz de afirmar os direitos humanos, um uso justo dos recursos da Terra e do meio ambiente, novas energias sustentáveis, o pluralismo e a democracia. Um sonho que Barack Obama indicou no início de sua aventura.

É uma nova visão democrática, baseada na liberdade, na igualdade, na solidariedade, na paz. É uma alternativa a Berlusconi e à sua maneira de estar no cenário mundial. É um novo projeto para a Itália, que pare seu declínio e promova seu potencial. É uma escolha renovada para a União Europeia, chamado a redesenhar desenvolvimento, bem-estar e instituições políticas para serem no mundo o que o mundo pede que seja.

Um novo projeto político, uma nova visão espera ser realizada com a participação de muitos, hoje aqui na Itália, onde a história nos chama a ressurgir.

Recomeçar daqui é a grande tarefa de hoje dos democratas. Dos crentes e não-crentes que desejam abrir uma nova temporada de democracia em nosso país. Não apenas precisamos de uma mudança de governo, mas de uma profunda regeneração da Itália, da sociedade e da política.

Um novo caminho coletivo para um resgate nacional que marque um ponto de virada na história da Itália, que saiba como despertar uma nova geração política. É o tempo de um grande projeto político, moral e cultural, que envolva as melhores energias do país, que tenha a visão de um mundo mais novo mais justo e em paz, que invista nas jovens gerações, nas mulheres, na nova esperança da humanidade.

Estamos no vértice de uma mudança de época. A situação está aberta, nunca como hoje fomos chamados a desenvolver novas ideias, a promover uma nova iniciativa política, a assumir com coragem a nossa responsabilidade do hoje para o amanhã.

Albertina Soliani

Parma, 24 de maio de 2011

Caros amigos,

Os sinais de uma nova época já estão presentes, e é essa consciência que desejo compartilhar com vocês agora, mesmo antes do resultado das apurações.

Independentemente do resultado, enquanto aguardo um resultado positivo para o centro-esquerda, considero o que aconteceu no primeiro turno, por si só, o sinal de um ponto de virada que já começou na política italiana.

O povo se mexeu, indo votar ou ficando em casa e abalou em suas bases a maioria que por um longo tempo teve a confiança do eleitorado, fortalecida pelo prêmio da lei eleitoral.

Uma maioria, PDL e Lega, que recua no norte, sinal de sua definitiva fraqueza. Um gigante com pés de argila: inconsistente na proposta, grosseiro, simplificador, arrogante, incapaz de oferecer esperanças e perspectivas ao país. Insuportável no Parlamento. Até à semana passada, os via donos de tudo, após a votação, consternados, “sboghiti”, como se diz entre nós. Realmente, um ciclo histórico está acabando.

A democracia é uma grande coisa, são as eleições que decidem, apesar de tudo, a direção do caminho dos povos.

A votação sempre manifesta processos já em andamento. Milano, uma grande cidade italiana e europeia, é um exemplo. Lá, a sociedade civil, secular e católica está há tempos em ação, em torno de problemas e questões fundamentais para a qualidade de uma sociedade em transformação. Milano, uma cidade onde estudei e que amo, sempre antecipou o novo. Sem um fermento profundo, de base, nunca haverá mudanças políticas. Este também é um sinal a ser compreendido.

Penso em Parma, no próximo ano. A começar de agora.

No campo do centro-esquerda, o PD é um pilar básico, mas não é o único protagonista. Este é outro sinal da época em que vivemos. Pisapia e De Magistris, de uma maneira profundamente diferente, nos dizem que o campo é

muito amplo com diversos interlocutores. O PD deve saber como interpretá-lo falando com todos, do centro ao Movimento 5 Stelle, a partir de seus eleitores. Salsomaggiore também ensina.

Diante desse cenário, não serve mais o antigo esquema de esquerda + centro, especialmente porque o Terceiro Polo, já foi visto, não decola porque não está na cabeça do eleitorado nem na vida do país. As geometrias não são mais necessárias, é mais necessária uma grande capacidade de análise e síntese. As coisas são mais complexas do que somos levados a acreditar e requerem maior inteligência. Em uma fase como essa, a política não é apenas razão, é também espírito, cultura, sentimento.

Existem os sinais de uma forte agitação popular, ideal, social e civil, que atravessa diferentes ambientes e lados políticos, que determinará uma nova temporada e novos protagonistas. Um novo ciclo da democracia se abre, com novas formas em comparação com as do passado, dos partidos que estão em crise. Uma nova temporada e novos protagonistas. Uma democracia participativa, competente e desinteressada. Que vive nas praças, nas instituições, nas profissões, na cultura, na vida social, na comunicação.

O vento da democracia que abalou o norte da África abriu uma nova história. Os jovens espanhóis querem pegar o futuro nas mãos, diante de uma geração adulta que não pode encontrar soluções adequadas para os desafios econômicos e sociais de hoje. Esses são os fatos que estão acontecendo. Na Itália, os jovens são poucos, mas se fazem ouvir. Já acontece, em Milão, perto de Pisapia.

O PD deve sintonizar esse comprimento de onda. Idealidade, concretude, coerência nos comportamentos. Ainda há uma lacuna entre o que os cidadãos esperam do Partido Democrata e o que o Partido Democrata hoje oferece.

Em Bolonha, após a vitória no primeiro turno, o PD lança imediatamente uma escola de formação para uma nova classe dirigente, na faixa dos quarenta anos, “por concurso”. Tudo pode ser discutido, mas se livrar das correntes, dos grupos e subgrupos é o que se deve fazer para abrir uma nova temporada política que veja o PD capaz de liderar o futuro do país. Com jovens capazes e livres.

Na França, na Espanha e pela Europa, circula o aviso “Indignem-se!” do antigo partisan francês Stéphane Hessel. Sim, este é o aviso. Mas, junto, na Itália, acima de tudo, deveria haver outro: “consciente”, que lembra o apelo de um jovem de 1944, que conhecemos bem, Giacomo Ulivi.

Caros amigos, mal posso esperar que deixemos às nossas costas o centro-direita italiano. Há muito o que fazer, há tudo para repensar, há a Itália para regenerar. O novo ciclo acabou de começar, mas o velho ainda está presente, com as alavancas do poder às quais ele está agarrado. Alguém começa a descer do carro do vencedor, especialmente no campo da informação. Há dias, haverá meses e talvez ainda um ano ou dois de grande risco. Berlusconi e a Lega estão apostando tudo agora. Em Milão há uma grande tensão, que toca o confronto físico.

Devemos estar atentos, mas acima de tudo confiantes na nova história que começou. Vamos torná-la nossa. Quanto ao PD, seu perfil bastante baixo e suas divisões nacionais e locais, são o que de mais anacrônico e fora do lugar que possa haver. É necessário decidir, caso contrário, outros decidirão por nós.

Falaremos sobre isso em breve, juntos.

E que a votação coloque o selo na nova jornada!

Cordialmente,

Albertina Soliani

Parma, 30 de agosto de 2011

Caros amigos,

Os nós chegamos todos ao pente de uma só vez, quando não são desmanchados antes: a gravíssima crise econômica e financeira, a nossa democracia fraca e inacabada, o valor e a dignidade da política sob tapa.

Tudo se mantém. A longa e generalizada agressão berlusconiana à democracia - poder e negócios, P2, P3, P4, ilegalidade e evasão, omissão e desobediência de regras e direito, ruptura sindical desejada, imoralidade pública e privada, não fiabilidade internacional etc. - é o primeiro problema da Itália. Certamente declarado por nós, mas nunca adequadamente analisado, compreendido, contrastado.

A própria manobra financeira, tão iníqua, é o espelho dessa lógica de poder e sua relação com o consenso. Discutimos as coisas separadamente, como se tudo fosse normal, as combinamos entre si enquanto o entrelaçamento entre gestão do poder, decadência econômica do país e visão social e política é muito estreito. Eles, pelo que são politicamente, só podem fazer uma manobra assim. Uma manobra que afetará os mais fracos não enfrentará as reformas estruturais necessárias e não será credível dentro ou fora porque não tem folego a longo prazo.

A fraqueza da política é grande, mesmo frente aos mercados. Não existe um governo adequado nem na Europa nem no mundo, não há lideranças políticas e, na Itália, temos uma anomalia desconhecida em outros lugares. No auge desse processo de estreitamento dos espaços de democracia, há a crescente deslegitimação do parlamento e da classe política.

Os mesmos jornais da direita e Berlusconi alimentam a antipolítica, no entanto, em um estado das coisas de evidente problemática. Querem fazer acreditar que, depois de Berlusconi, não haverá alternativas, e o morto agarrara o vivo, e tudo se atropela para depois aparecer com o lançamento de outro “comissário” da democracia.

Se na Itália o governo deve estar nas mãos de poucos, como estava bem detalhado no plano de renascimento de Licio Gelli dos anos 80, então a lei eleitoral atual é perfeita: poucos líderes decidem a lista de parlamentares. Esta é a lógica da dupla Berlusconi-Bossi.

Nas últimas semanas, apoiei com Arturo Parisi, no quente deserto do verão, a organização do referendo para revogar a lei eleitoral e retornar ao Mattarellum, considerando-o hoje o instrumento mais útil para estimular o Parlamento a mudar a lei eleitoral antes das próximas eleições políticas. O tempo é muito curto: vinte dias para a coleção de assinaturas. Assina-se no município de residência e nos quiosques, o nosso em Parma é todos os sábados na via Mazzini e nesta semana na festa do PD em Ravadese.

Romano Prodi assina hoje, outros do PD estão fazendo isso. Eu queria que estivéssemos nós no topo da iniciativa, juntamente com IDV, SEL, Segni etc.

A dignidade da política deve ser resgatada e, com ela, seu valor inestimável, para que eles não são apenas os poucos que contam e decidem. Novamente, apenas os cidadãos podem dar o impulso, como nos referendos recentes e nas eleições administrativas. Novamente, devemos reviver o artigo 49 da Constituição que quer os cidadãos protagonistas na direção política do país.

Resta muito a fazer. Especialmente da parte do PD. Os custos da política não foram abordados adequadamente, a partir do financiamento público dos partidos. A redução para metade dos parlamentares e a abolição das províncias, além de vir, não são acompanhados por um relançamento e um redesenho sério do papel das instituições e de sua arquitetura no mundo global: papel político da UE, dos governos e parlamentos nacionais, das áreas regionais, das instituições das comunidades locais. Mais papel político, mais eficiência, maiores responsabilidades, mais controle democrático por parte dos cidadãos. Uma nova fase está aberta, com implicações que também vão além do necessário redimensionamento dos custos da política.

A ética pública, como estrutura de apoio da política e dos comportamentos de seus representantes, ainda não é abordada adequadamente. O caso Penati é emblemático. É necessária descontinuidade, não bastam as

discussões sobre a diversidade verdadeira ou presumida do PD, que continua sendo o pivô da possibilidade de alternativa. Não lhe serão feitas pontes de ouro, de fato toda parte de Montezemolo e arredores, a insídia será séria. Poderes e jornais, os habituais, não parecem ter nenhum desejo de confiar no DP para o governo do país.

Por esse motivo, o estímulo constante ao PD para se tornar alternativa a si mesmo para realmente estar à altura do desafio é essencial para salvar nossa democracia e o futuro da Itália.

Além disso, é no coração do desespero que nasce a mais verdadeira resposta da esperança.

Coragem! É preciso estar, então começo por ir assinar.

Albertina Soliani

Parma, setembro de 2011

Caros amigos,

No Senado, a última manobra financeira de 54 bilhões de euros mudou de hora em hora, sob o pesadelo das Bolsas. Vi a confusão da maioria, a incapacidade do governo, as propostas do PD rejeitadas, a impotência do Parlamento. Agora, a manobra está na Câmara dos Deputados, mesma cena e mesmo resultado.

Sabemos que não será suficiente, que nossa dívida é a quarta no mundo, que sem reformas estruturais a Itália implode.

Eu vi uma manobra injusta, que espreme os mais fracos e protege os ricos. Que divide os sindicatos. Eu vi de perto a irresponsabilidade do ministro Sacconi.

O Presidente Napolitano detém a bússola e agora, com razão, insiste para que se invista no crescimento. Mais desenvolvimento, mais negócios, mais trabalho. Mais educação e pesquisa. A ajuda do BCE não é suficiente, devemos nos ajudar. Tudo acontece agora, correndo, e todos os nós não desatados antes chegamos ao pente. O mundo está mudando e a Itália ainda não decidiu mudar. Acreditava em Berlusconi, uma anomalia dramática dentro da crise global que torna a Itália não confiável. Só há uma coisa a fazer: levar a sério o nosso destino e com ele o destino da Europa. É uma escolha histórica, como a do período pós-guerra.

Se o euro e o dólar estiverem em risco, as democracias ocidentais estão em risco, enquanto o resto do mundo galopa. Padania, que nada!

Da Ásia chega a notícia de que a China está desafiando os gigantes da classificação com uma nova superagência, Dagong, aberta aos grandes países com sede em Frankfurt, com Romano Prodi como consultor.

A nova história olha para o Mediterrâneo e nós deveríamos estar na primeira fila. Com uma ideia da política que olhe a longo prazo. Mais política e mais democracia fortalecem a economia, na Itália e na Europa.

Uma política credível, também por sua transparência, bem como por sua capacidade de governo. Privilégios e desperdícios, incluindo os dos políticos, não foram significativamente afetados. Nem o financiamento dos partidos, que necessitam de uma renovação profunda e uniformacional, e de quebrar qualquer relacionamento entre política e economia, entre administração pública e interesses. E também o PD, como indica o caso Penati. Conflito de interesses, P2, P3, P4, corrupção e ilegalidade fecham o país em uma garra mortal.

Vi o declínio da Lega no Senado, doloroso como um disco quebrado. Desaparecido o federalismo, espancados os entes locais e as regiões, ou seja, os cidadãos.

Vi a incerteza de alguns senadores da maioria, mas até que não tirem o voto, nada acontecerá. Exatamente como em Parma.

Todos somos chamados a uma responsabilidade pela Itália. Sair disso pode-se. Um ciclo político inteiro está terminando, a Itália pode mudar. Começemos exigindo um verdadeiro parlamento, de eleitos, não de nomeados. Assinemos o referendo eleitoral.

Cento e cinquenta anos atrás, nascia a Itália. O mundo e a humanidade não podem ficar sem ela. Hoje cabe a nós salvá-la. Unidos, com uma nova e tenaz esperança.

Albertina Soliani

Roma, 23 de outubro de 2012

Caros Amigos,

Não sei se falta pouco para a recuperação, como Monti disse, mas sei que a vida de todos os que não são ricos se torna a cada dia mais dura e para os jovens, as perspectivas permanecem incertas.

A lei de estabilidade após o exame da Câmara de Deputados ainda fere.

Esperamos poder mudá-la, mas o sinal é sempre o mesmo: com este Parlamento, nunca se afetarão as rendas e os privilégios. Vejo as profundas desigualdades do país, as divergências que o atravessam, a imoralidade da política. Sinto todo o drama das perguntas às quais não conseguimos dar respostas. Perguntas fundamentais.

As eleições políticas estão chegando e determinarão uma mudança, talvez radical. De cenários políticos e de pessoas. Depois, a história italiana será diferente da dos últimos anos. Esperamos que ainda dentro do destino da Europa.

As primárias do centro-esquerda, pedidas pelo PD, mesmo que com regras restritivas, são o caminho que prepara nosso campo para a competição eleitoral. Discutem programas, selecionam a candidatura para Premier e constituem nesta fase o único elemento significativo de nossa vida democrática.

Desde que não se tornem uma questão de cartões carimbados. Estamos somente no começo, observo e, considerando o drama do país e a modéstia das propostas, me sinto distante das torcidas. Eu também irei votar e acho que vou me optar por Bersani. Eu busco, antes de tudo, consciência, seriedade.

Pela Itália. Mas sei que a demanda por mudança é perturbadora e não se pode não responder com coragem. Fico convencida de que, se nos últimos anos o PD tivesse escolhido com determinação de enfrentar a questão dos custos da política, do financiamento para os partidos, da redução do número de parlamentares, da renovação da classe dirigente, da mudança da Lei Eleitoral, da luta contra a corrupção e da regeneração moral da política, hoje não estaríamos nessa condição. Além dos resultados, porque nem tudo depende

de nós, o PD teria dado o significado de uma batalha política verdadeira pela democracia italiana e hoje poderia falar com credibilidade de sua proposta para o futuro do país.

A temporada política que estamos vivendo na Itália é, apesar da inadequação de seus protagonistas, das ideias, da linguagem e dos comportamentos, uma autêntica revolução. Estamos dentro das mudanças no mundo e da evolução política da Europa. Em 6 de novembro serão realizadas as eleições políticas nos Estados Unidos, no dia 8 começará o XVIII Congresso do Partido Comunista Chinês, que prevê uma mudança de líderes. Muito do futuro dependerá desses três dias.

Queridos amigos, gostaria de expor algumas das minhas recentes experiências que, no drama do tempo político que diariamente me atropela, vivi com especial intensidade interior nessas últimas semanas.

1 - Em 3 de setembro, participei no Duomo em Milão do funeral do cardeal Martini. “Não poderíamos não estar lá, certo?», assim o bispo de Reggio Emilia Monsenhor Adriano Caprioli me cumprimentou na saída.

Eu havia encontrado Martini em várias ocasiões, mesmo no trem e no bar tomamos um cappuccino. A primeira vez foi em 1997 ou 1998, quando, subsecretária de Educação Pública, fui ao arcebispado para falar com ele sobre o ensino da religião católica e da história das religiões na escola italiana. Ele me ouviu e conversamos há longamente sobre um tema hoje ainda não resolvido. Ele foi sábio e aberto, como sempre. Depois me chamou para participar de uma reunião do Conselho Pastoral da Diocese de Milão sobre a escola. À noite, eu intervim, ele presente.

Passei a noite lá, na Casa de Gallarate, onde ele morreu, dormindo em um quarto próximo ao dele onde, me disseram, haviam se hospedado bispos e cardeais. Saindo do quarto, pela manhã, vi Martini que estava se preparando para a missa. Uma proximidade que impressionava por sua simplicidade e sua força. De manhã, participei de uma mesa redonda sobre educação. Um conselho pastoral imerso no debate contemporâneo.

Estudei na Universidade Católica e, quando estava em Milão, frequentemente fui ao Duomo, parando no túmulo do cardeal Ferrari,

originário de Parma, ex-bispo de Guastalla, a diocese da minha juventude. Agora Martini também repousa na Catedral.

Milão faz parte da minha história espiritual.

2 - Em 9 de outubro, participei em Fidenza nas comemorações na Catedral de San Donnino, com o bispo Carlo Mazza e o cardeal Dionigi Tettamanzi. A intervenção de Tettamanzi no Duomo em Milão para Martini foi a única aplaudida. Sólido, simples, espontâneo, Tettamanzi deu a Fidenza um dia cheio de significados profundos. Para mim, Fidenza significa o colégio do Ulivo de 2001 e desde então eu vivo todo seu valor com intacta intensidade, apesar da mudança da lei eleitoral e da passagem do tempo. Então, ainda me sinto, antes de tudo, representante das terras de Verdi e a área entre Reggio Emilia e o PO, assim como o Colégio XII.

3 - Quinta-feira, 11 de outubro eu estive na Praça de São Pedro pelo quinquagésimo aniversário do II Concílio do Vaticano e a abertura do Ano da Fé. Participei da missa com o Papa. Também se pronunciou o patriarca ecumênico de Constantinopla Bartolomeu I, e vi Rowan Douglas Williams, o arcebispo de Canterbury, que havia feito um discurso memorável no sínodo dos bispos no dia anterior.

Recordei minha vida, dos dezoito anos em diante. Um tempo de graça absoluta, o do Concílio. Tudo aconteceu lá, para a Igreja e para o mundo, e também para mim.

Penso com alegria na ideia do bispo de Parma Monsenhor Enrico Solmi de fazer hoje um Concílio para os jovens.

4 - Na mesma noite de quinta-feira, viajei para a Armênia com alguns colegas do grupo interparlamentar Amigos da Armênia, fundado por mim em 2005. Convidados da República da Armênia, encontramos o presidente da República Serzh Sargsyan, o presidente da Assembleia Nacional e o “catholicos” de todos os armênios, Karekin II. A ele doamos o Jornal da Alma de João XXIII e em DVD o vídeo Luce del Concilio. Uma grande imersão na identidade cristã do povo armênio, na memória do genocídio, em seu presente difícil e ao mesmo tempo promissor.

Em 2015, Benedito XVI irá para a Armênia para o centenário do genocídio. Apertada entre o Azerbaijão, a Geórgia, a Turquia, o Irã, com a questão aberta e perigosa de Nagorno-Karabakh, a Armênia olha para a Itália com confiança e para a Europa com esperança para um relacionamento político mais próximo, para os investimentos de nossas empresas, para as trocas culturais, para o fortalecimento da democracia e para a manutenção da paz. Nesses dias, uma terra cheia de frutas, cores e sabores, com o Ararat ao fundo.

Talvez sejam os mesmos do tempo de Noé ... há muito da nossa cultura naquela área e muito da Armênia está na Itália. Enquanto estávamos lá, recebemos a notícia da atribuição do Prêmio Nobel da Paz na União Europeia. Ouvimos Romano Prodi, o arquiteto da ampliação que também dizia respeito à Armênia. Nunca compreenderemos o suficiente qual seja hoje a nossa responsabilidade de italianos e europeus na história do mundo.

Na segunda-feira no Palazzo Giustiniani, no Senado, foram comemorados os vinte anos das relações entre a República Italiana e a República da Armênia e, durante a cerimônia, também foi me foi outorgada uma placa de reconhecimento pela atividade realizada. Informo a vocês que estou trabalhando para que no próximo ano na Armênia, na capital Jerevan, seja comemorado um dos eventos internacionais do Bicentenário Verdiano.

5 - Fomos profundamente afetados pela morte de Daniele Ghillani no Brasil. Um jovem de vinte e três anos, completamente solidário com o próximo, com o mundo inteiro. E nós?

Caros amigos, espiritualidade e política parecem tão distantes, mas não é assim. As semanas que descrevi para vocês são apenas a ponta do iceberg.

Mas, como diz meu amigo Francesco Chiari, os valores e os ideais não são uma rede para se balançar, mas uma bicicleta para pedalar.

A fé e a história são um assunto de grande escopo. Viver, muito além das palavras.

Com a mais viva cordialidade,

Albertina Soliani

Parma, fevereiro de 2013

Caros Amigos,

Grandes coisas acontecem, que mudam a história e a nossa vida.

Em duas semanas, a política italiana e, com ela, a Europa tomarão um novo rumo. Nada será fácil, mas o que importa é o ponto de virada. Nessas horas, um grande ponto de virada foi dado pelo Papa. O anúncio de suas demissões muda o cenário.

Uma nova maneira de pensar o papado e o exercício das responsabilidades na poderosa mudança do mundo e da história. Diante disso, o homem responsável se pergunta não como ele vai se sair heroicamente, mas como pode continuar a viver a geração futura. Assim dizia outro alemão, Dietrich Bonhoeffer.

Refletiremos sobre esse fato por um longo tempo, e muitas coisas mudarão na Igreja. Vivemos semanas que lembraremos, que nos comprometem a examinar os tempos e a viver uma nova responsabilidade coletiva. Um final de fevereiro de fogo. Em 24 e 25 as eleições políticas, e esperamos conhecer logo os resultados. No dia 28, o Papa renuncia. Não posso silenciar o que vai acontecer comigo no mesmo dia: encontrarei Aung San Suu Kyi na Birmânia, na capital Naypyidaw, onde está a sede do Parlamento.

Eu nunca teria imaginado, mas isso acontecerá e estarão comigo Giuseppe Malpeli estará comigo, o “abre-caminho” nesta história, a Exma. Sandra Zampa, que cuidará no novo Parlamento italiano a associação de amizade Itália- Birmânia, por mim fundada há cinco anos, e uma professora de matemática da Universidade de Modena e Reggio, para expandir as relações internacionais de pesquisa. Vou conviver, lá, com o processo de transição democrática ocorrendo na Birmânia, a virada política da Itália.

Desnecessário prever como será, eu acho que o PD será o primeiro partido e que à sua volta se definirão maioria e governo. Os movimentos no centro, para parar Berlusconi, são um elemento dinâmico que de qualquer maneira quebra a

frente do centro-esquerda. Provavelmente a política italiana caminhará a passos pequenos, mas já é muito se nos distanciarmos de Berlusconi.

No entanto, acho que um novo e grande despertar democrata deva se determinar porque os riscos do populismo, da incerteza, da instabilidade e da desconfiança em um país exausto estão à espreita. O que Grillo representa para os eleitores também é o sensor espião de nossa insuficiência, penso sobretudo no tema da reforma da política.

O renascimento cultural da Itália e de sua consciência nacional serão cada vez mais a prioridade de todas as políticas que desejam não apenas governar o país, mas transformá-lo regenerando-o a partir de suas fundações. Desse ponto de vista, tínhamos e temos que ousar mais. O desafio da democracia está em nossas mãos, não podemos desertar.

Nesses dias, vivi com particular intensidade as celebrações do centenário do nascimento de Giuseppe Dossetti. Uma imersão em minhas raízes de “reggianas” de cultura política. Magistrais as lições de Alberto Melloni e Valerio Onida por ocasião da intitulação da Universidade de Reggio Emilia a Don Giuseppe Dossetti, que vos informo. As escolhas de Dossetti, e essa de Bento XVI, pertencem às categorias radicais do rigor intelectual, da humildade, da inteligência do tempo e, para aqueles que creem, à fidelidade à escrita que nunca deveriam nos surpreender, mas que, ao contrário, deve ser a luz constante sobre nossos passos, como lembrava o cardeal Martini sobre a Palavra de Deus.

Caros amigos, conluo, nesses dias, minha experiência parlamentar. Três legislaturas por doze anos que me permitiram estar no Parlamento em vosso lugar, me empenhar pela Itália, para defender a democracia. Não farei o relatório agora, espero poder fazê-lo mais tarde. Minha decisão de concluir aqui o mandato recebido é o fruto do discernimento dos sinais dos tempos. “Para tudo há seu momento, seu tempo para cada assunto embaixo do céu”, diz Quèlet. De que precisa hoje a democracia? Também da passagem da responsabilidade para outros, de uma participação mais ampla, porque é assim que ela vive.

As últimas duas semanas antes das eleições, vão nos ver empenhados ao máximo. Tudo é jogado agora, mesmo que muito, e nem sempre adequadamente, tenha se preparado nos últimos anos. Após as eleições, tudo será muito diferente, com novos grupos parlamentares e novos desafios. Nós nos encontraremos, de qualquer maneira. Meu e-mail será o mesmo também para a próxima legislatura.

Com grande carinho,

Albertina Soliani

Parma, abril de 2013

Caros Amigos,

Vivemos dias dramáticos para o nosso país, para nossa democracia, para o Partido Democrata, que não sei se posso chamar de nosso. Somente o compartilhamento com vocês de escolhas, pensamentos e comprometimento me faz superar a hesitação diante das palavras. Todas inadequadas para dar conta do estado das coisas e de nós mesmos. Hoje. Com os 101 parlamentares que queimaram de uma só vez Bersani, Romano Prodi, o PD e o centro-esquerda, renunciando também a desafiar os 5 Stelle, não posso e não quero ter nada com isso. Pessoas assim não deveriam estar no Parlamento da República.

A hon. Sandra Zampa decidiu marcar também uma distância física se auto suspendendo do Grupo. E como se duvida de todos, estar longe parece ser a única forma possível. Longe como da peste. Eu sei que é típico dessas pessoas que tramam nas sombras conceber a política como cálculo e astúcia, emboscada ou vingança, e fazer política como se fosse um eterno jogo de cartas - e por isso nunca saem da mesa - com os trapaceiros sempre presente. Cínicos e trapaceiros.

Eles pensam que depois as coisas se ajeitam, que o fato realizado determina novos fatos, aqueles que mais convêm aos seus interesses. Não, agora nada se conserta mesmo. A reação moral e política deve ser proporcional aos danos causados, causados à Itália antes de tudo, porque é evidente o que a eleição de Prodi poderia significar para a Itália no mundo.

Nem mesmo um Congresso servirá. Eles não se iludam e não nos iludamos: se no Congresso entram as pessoas, os grupos, os esquemas, os comportamentos que conhecemos, é certo que será ainda pior, um psicodrama impossível de assistir. Os líderes atuais, e seus vassalos, sub-vassalos e sequazes estão ansiosos pelo Congresso para se reorganizar, como sempre.

Se olharmos para as dinâmicas internas do PD, se eu considerar as informações recebidas, os 101 são uma expressão dos principais componentes,

desde os ex-populares, aos Dalemianos, aos Renzianos. Nenhuma parte sozinha era decisiva para impedir a estratégia que havia sido aclamada pela Assembleia dos grandes eleitores PD, mas todas somadas foram capazes de queimá-la. Eles sabiam, eles queriam, aconteceu. Eles conspiram, mas nós exercemos o poder de nossa razão.

Por honestidade intelectual, também digo que, na minha opinião, Rodotà deveria ter desempenhado um papel diferente e que Grillo, se realmente quisesse uma mudança, teria que desempenhar um papel diferente.

Caros amigos, perdemos o essencial: a integridade da política, a confiança mútua, o valor da verdade. Triunfaram as mentiras, a astúcia, o acerto de contas, o egoísmo, a visão curta. No topo das instituições.

Este não é um partido. É como se o costume criminal, tão presente na sociedade, tivesse se abrigado também na política e nas instituições e no PD. Que presente para Berlusconi e Grillo! Pessoas realmente sem cabeça. Que expliquem, que nos digam por que se comportam assim. Eles estão lá para representar o povo, o povo precisa saber. Desta vez, para eles, na frente do povo, tem que chegar o grito que foi injustamente dirigido a Radamès: “Iliba-se!”.

Eis, na minha opinião, a única coisa necessária agora: a pesquisa coral da verdade, por parte dos cidadãos e eleitores com os eleitos e dirigentes do PD. Porque é da verdade que a democracia se alimenta antes de tudo. Eles que venham nos dizer o que viram, o que entenderam, o que fizeram e por quê. Pode se começar a partir da construção de um fio robusto de confiança entre os eleitores e seus representantes.

Não são todos iguais, é necessário apoiar e incentivar aqueles que, hoje em dia, tiveram no Parlamento uma consciência reta e vigilante. Existem, conheço alguns, a começar por aqueles que elegemos em nosso território.

Assim como há líderes do PD, como nosso secretário provincial Diego Rossi, que souberam interpretar o povo nas horas de decisões dramáticas. Seu sofrimento, sua angústia, sua coragem são uma base sólida para começar a reconstruir a democracia. Não sei como será o futuro do PD e, se haverá.

Nesses dias, o Governo será formado e é previsível imaginar que as coisas poderiam ser ainda mais dramáticas do que as vividas. O nó ainda está lá: com Berlusconi ou não? Com quais conteúdos? A confiança no Governo, um momento essencial para o Parlamento, ou encontra motivações claras e altas ou se torna um novo solo minado e explosivo. De qualquer forma, é provável que ao Governo participem os artífices da derrota sobre a candidatura Prodi. Prevejo que os verei.

Após os escombros e o abismo moral e político em que caímos, de onde começamos? Penso que devemos recomeçar a partir da consciência moral de cada um de nós sem os quais nem democracia, nem política, nem um partido existem. Tê-la perdido nos fez perder o caminho estreito da história democrática de nosso país.

Enquanto isso, a Itália sofre, corre o risco de colapso econômico e social, é preciso um Governo. Teremos isso, e provavelmente em torno da formação do Governo acontecerão choques adicionais no PD.

Por que chegamos a esse ponto? Deixo a pergunta, mas é necessário dar respostas. Há momentos na história em que uma sociedade é abalada em suas fundações. Nessas horas, pensei nos escombros morais e políticos pós-guerra, na desorientação diante da eversão negra ou do terrorismo das BR.

Hoje é a política que se tornou cheia de vergonha, e impotente. Um enorme desastre. É a política a ser reconstruída, antes de tudo. Tentamos no passado, a Ulivo foi uma verdadeira esperança. Temos que tentar novamente hoje, com novas ideias e uma paixão autêntica pela democracia. Nós pensávamos que o problema fosse Berlusconi, e

Agora sabemos que o problema somos nós. Mesmo com as primárias. Sempre soubemos, nunca quisemos ver. Uma enorme responsabilidade que temos sobre a consciência. Agora, temos dois caminhos: esconder-nos ou nos regenerar frente aos italianos.

Eu exagerei? Pensamos nesses dias apenas no colapso do consenso. A democracia italiana precisa de cada um de nós. Mas não de nós como éramos, de nós como deveríamos ser.

E assim as palavras se tornaram um rio. Mau sinal?

Anexo uma entrevista a Arturo Parisi publicada ontem em “Il Fatto Quotidiano”. Ajuda a entender e a manter firmes a cabeça e o coração.

Coragem!

Albertina Soliani

Rangoon, agosto de 2013

Caros Amigos,

Começo esta carta a Rangoon, a capital histórica da Birmânia, mas a conexão é lenta e incerta, o tempo é apertado entre um encontro e outro e essas linhas sobrevoarão o Oceano Índico comigo. De Rangoon a Kuala Lumpur, de Abu Dhabi a Milão. E dizer que fiquei no livro Os piratas da Malásia de Salgari.

Gostaria de contar essa jornada, que entrelaça vida e política nesta nova fase da minha vida, como sempre. O compromisso com a democracia continua, para mim e com vocês.

Em 7 de agosto, em Naypyidaw, encontramos Aung San Suu Kyi, que recebeu muitos convites para vir para a Itália, alguns levados por nós. É convidada em Parma pelo prefeito Pizzarotti e pelo Ministro da Cultura Bray para um concerto - parte do Festival Verdi. O encontro com a música de Verdi é parte do meu itinerário espiritual com ela. Eu a presenteei com os CDs de Verdi e de música clássica, sei que os escuta, especialmente a Aida.

Ela é convidada pela Universidade de Bolonha, que lhe conferiu o diploma honoris causa em filosofia em 2000, da Fundação para as Ciências Religiosas de Bolonha sobre diálogo inter-religioso, da Universidade de Reggio Emilia sobre a questão da educação, das cidades de Roma e Turim das quais é cidadã honorária, e do presidente do Senado. O Presidente da República, o primeiro-ministro, o presidente da Câmara de Deputados, a ministra das Relações Exteriores Emma Bonino. A Itália a espera.

No encontro com ela, falamos também do problema político mais urgente, a mudança na Constituição de Myanmar que, como vocês sabem, inclui regras discriminatórias e não democráticas, e do apoio internacional nesse sentido. Ela nos cumprimentou com um “Até breve na Itália”, “Ciao” e “Obrigada”. Minha troca com ela em francês e o abraço que nos acompanha são o sinal de uma profunda proximidade espiritual pela qual sou infinitamente grata.

No dia seguinte, em 8 de agosto, participamos – estavam comigo Giuseppe Malpeli e Alberto Brunazzi - do Jubileu de Prata de 8-8-88. Vinte e cinco anos após a grande revolta dos estudantes que custou milhares de mortes. Então Aung San Suu Kyi havia acabado de chegar a Rangoon de Londres, onde morava, para a cabeceira de sua mãe. Em 26 de agosto, ela fará seu primeiro discurso público na Pagoda Shwedagon, em sua casa nascerá a Liga Nacional pela Democracia e Aung San Suu Kyi permanecerá para sempre em seu país. Em prisão domiciliar por mais de quinze anos.

Em 8 de agosto, nos sentimos profundamente participantes da dolorosa e nobre história da Birmânia. Estávamos entre as delegações estrangeiras. Ao nosso lado, o embaixador americano e representantes da Noruega. Nós éramos a Itália. Presentes, as famílias das vítimas, alguns rebeldes em uniforme militar que vivem na floresta, os chefes das etnias, e, também, funcionários do governo. Muitíssimas pessoas no Centro do Congresso e milhares fora esperando por Aung San Suu Kyi. Entre as mensagens, a do Presidente do Parlamento.

Min Ko Naing, chefe da Geração 88, juntamente com Ko Ko Gyi, que havíamos encontrado anteriormente em sua sede, abriu os trabalhos. Min Ko Naing veio nos cumprimentar feliz em nos ver novamente. Verdade e reconciliação, passavam fotos e slides, uma frase de Desmond Tutu “sem perdão, não há futuro” e “o perdão não significa esquecer”. Um discurso curto e intenso. Quase uma síntese dos valores da democracia e dos dramas da história. Tudo pago a um caríssimo preço. Eles estavam lá, serenos, concentrados no futuro. Toda comparação com a Itália era simplesmente impossível para mim.

Quando, por volta de 14:30, Aung San Suu Kyi veio de Naypyidaw - a cerca de 400 km de distância – e foi recebida com os votos de uma longa vida. Centenas de fotógrafos a cercaram, poucas e pequenas as tele câmeras. Ela se sentou na primeira fila, ao lado do chefe de Etnia Shen e de Min Ko Naing.

Ele não tinha flores nos cabelos. Em sinal de luto? Depois subiu ao palco para seu discurso, de improviso. Foi para mim a primeira vez. No microfone, coberto de flores, ela começa a falar em sua língua harmoniosa, simplesmente uma conversa com seu povo. Sem tom de comício.

Ele pensa e reflete com eles, sorri, sente-se que está bem com seu povo. Eu me entrego ao intérprete. Ela fala sobre a situação, do futuro, entendemos o que ela pensa sobre a democracia. Expressa um grande equilíbrio, o que é necessário para a complexidade da Birmânia hoje. Ele diz, pensando no passado, que a dor é amarga e com amargura não se constrói o futuro. Tudo o que ela diz o sabe por ter vivido e sofrido isso. É credível como ninguém mais. Essa é a sua força.

Reitera que o destino da Birmânia só pode ser alcançado pela não-violência, sente-se que ela sabe quanto custa a violência. Com a pressa e a violência, se produzem apenas feridas, não precisa chegar ao destino com feridas para serem curadas. Ela diz isso neste dia. Diz que é preciso raciocinar, analisar as experiências, o passado. Que é preciso procurar o bem não para si mesmo, mas para todos, a democracia é isso, não é liberdade apenas para si.

Fala da unidade, tão necessária na Birmânia de muitas diversidades. A unidade é um valor a mais. Existem 60 milhões de birmaneses na Birmânia, 60 milhões de pensamentos diferentes. É preciso comparação, aprofundamento. A complexidade é grande, na economia e na vida social. É necessário equilíbrio. Eu sinto que é ela a unidade da Birmânia hoje.

Fala sobre o destino de seu país, ela está lá. Fala sobre o diálogo necessário com os militares e imediatamente depois diz, decisiva, que é preciso mudar a Constituição. Grande aplauso. Diz que a paz ainda não está lá. Ele fala da mudança do mundo, diz que a Birmânia deve estar dentro dessa mudança e ali definir seu perfil nacional.

Agradece ao povo, aos democratas, ao mundo. Agradece aos idosos que gastaram sua energia pela democracia e agora não sabem como será sua velhice. Ela os respeita muito. Fala sobre as crianças, saberemos depois por U Tin Oo que durante a prisão domiciliar estudava políticas para elas e, após a libertação, criou a Rede das Crianças. O futuro começa ali.

Desce do palco, um grande aplauso e muitos “obrigado”, em birmanês “Jesus de Marè”. Todo mundo a rodeia. Estamos cientes do momento em que estamos vivendo. Saímos imediatamente após seu discurso, o arcebispo Charles Bo nos espera, sempre amigável e acolhedor.

Passamos no meio da multidão, baixo o olhar para o chão molhado pela monção, desconectado por séculos, entre os buracos e os chinelos. À espera do miniônibus Giuseppe, Alberto e eu conversamos sobre o discurso. Agora fazemos parte dessa história, de fato, essa história é parte de nós. E de vocês também, porque é a mesma história que estamos vivendo.

Na estrada para chegar ao arcebisado, vemos o antigo palácio onde, em 19 de julho de 1947, foi assassinado Aung San com seus companheiros.

Mais tarde, foi sede de ministérios, depois transferidos para Naypyidaw. O edifício está agora à venda, parece com algumas restrições. Todos os regimes tendem a reescrever a história, cancelando seus símbolos.

O encontro com o arcebispo é entre amigos, a Igreja da Birmânia é pequena e tem muitas vocações. Depois, ao cair da tarde, vou para a catedral. Nos degraus, algumas pessoas recitam o rosário, em frente a uma estátua da Madonna entre o verde, além do gramado. No final, entoam o canto “É a hora que pia”, como na Itália. Alguns garotos jogam bola, como em nosso oratório. O bispo Charles Bo é um salesiano.

Nos dias de nossa viagem, de domingo a domingo, incluindo os voos, conhecemos muitas pessoas extraordinárias, idosos e jovens, homens e mulheres, todos com meses e anos de prisão nos ombros.

Como U Tin Oo, o número dois da Liga Nacional para a Democracia, o ex-general do exército de oitenta e seis anos que, desde o início, apoiou Aung San Suu Kyi. Mais jovem que todos os jovens, com ele falamos sobre a situação política e educacional.

Em novembro, nos visitará Thein Lwin, responsável escola da Liga Nacional para a Democracia. Alberto diz a U Tin Oo, que ele lhe lembra seu tio, o senador Giacomo Ferrari, comandante partisan e U Tin Oo fala com ele sobre Aung San: inteligente, agradável, simples e grande trabalhador.

Os fios da história são robustos, quando entrelaçam o compromisso da humanidade pela liberdade.

Conhecemos Aye Thi Khaing, da Federação dos Camponeses, que são a maioria no país. E também Phyu Phyu Thein, parlamentar da Lega, médico,

na trincheira dos pacientes com AIDS, e Su Su Nway, advogado que defende os camponeses e fundou uma associação deles.

Encontramos com alguns representantes do movimento estudantil (ABFSU), o histórico movimento que na década de 1930, e depois na década de 1940, com Aung San, e em 1996 até hoje, marcou as passagens políticas da Birmânia. Sempre foram os estudantes a alma do resgate democrático.

Desta vez, levei comigo, para meus pensamentos internos, o livreto de Romano Guardini *La Rosa Bianca*, a história dos estudantes de Munique que em 1943 se rebelaram contra Hitler, foram capturados e guilhotinados. Eu o lembrei aos estudantes birmaneses, eles conheciam *La Rosa Bianca*.

Com todos abrimos relacionamentos de colaboração com a Itália. A Associação Amigos da Birmânia será um elo precioso da colaboração entre os dois povos. Visitamos uma escola primária estadual, ao lado de um esgoto e um aterro a céu aberto. Tão precária na estrutura, com as salas de aula divididas por armários, em ruínas, mas tão carregada de dignidade e de seriedade nas pessoas que a constituem, das crianças, aos professores, aos pais, ao diretor.

À noite, vi o motorista do micro ônibus, um engenheiro, planejar em uma folha de papel com um topógrafo amigo os vidros que estão faltando nas janelas. Uma primeira ajuda concreta, não custa muito, juntos podemos fazê-lo. Tudo é pobre, nas cidades e no campo, desconectado há séculos, mas todos olham para o futuro. O crescimento da Birmânia para o próximo ano é estimado em 8%.

No último dia, encontramos U Win Tin, oitenta e quatro anos, em sua casa muito modesta entre as árvores e a estrada. Jornalista, com muitos anos de prisão nos ombros, intelectual de grande valor, ele fala por um longo tempo conosco sobre o tema político crucial para a Birmânia: a forma da unidade entre as muitas diferenças. Não bastará a palavra federalismo, proclamada pelo governo. Ele diz que a verdadeira anomalia é a presença na política das forças armadas e de seus amigos. Falamos da União Europeia e sinto a nostalgia de sua força política.

À noite, vamos à Pagoda Shwedagon. Um aguaceiro de monção nos prende, descalços, no chão escorregadio. Sentados com outras pessoas em

oração, um pouco abrigados, olhamos para a cúpula dourada. De manhã, da janela do meu hotel, a via emergir na vegetação e entre as nuvens sob uma luz rosada. E eu recitava os Laudos. À noite, Compieta, à sua frente.

Quase impossível chamar a Itália. Mas sabíamos que se continuava a falar de Imu. E de Berlusconi, fisiologicamente em seu ocaso. Como ressurgir? O problema não é apenas ele, somos principalmente nós. A nova Itália precisa de nós.

Na Birmânia, eles estão no caminho, talvez nos ajudem a também reencontrar nossa alma democrática. Ela será o pivô de uma nova estratégia para a Itália. Na Europa e no mundo, sozinhos já somos nada.

Caros amigos, até logo. Um ano extraordinário, este 2013, que ainda não terminou.

No cartão de votos para 2013, falava de Aung San Suu Kyi e do bicentenário do nascimento de Giuseppe Verdi. Quase uma premonição. Então veio a viagem para visitá-la, difícil de levar colocar na conta no final da legislatura. E depois o empenho com as celebrações de Verdi, a chamada pelo ministro Bray como sua vigária à presidência do Comitê Nacional. Dias intensos de trabalho, complexos, mas muito bonitos. Os trabalhos do Maestro que “chorou e amou por todos” são o alfabeto do sentimento humano. Haverá comemorações em Pequim, assim como em Roncole Verdi. Esta história de Verdi, que se entrelaça com Aung San Suu Kyi, é tão surpreendente, e tão natural.

Eu olho para esses meus dias com a alma cheia de surpresa e gratidão. Como posso, quero enviar-vos seu eco. Eu os vivo não apenas com vocês, mas também, em certo sentido, em nome de vocês. Continuando com meu compromisso.

Com muita cordialidade, bom Ferragosto!

Albertina Soliani

Parma, 17 de outubro de 2013

Caros Amigos,

Este é o texto da minha intervenção realizada em 10 de outubro em frente ao local de nascimento de Giuseppe Verdi, no bicentenário de seu nascimento.

Estamos aqui, duzentos anos após 10 de outubro de 1813, não apenas em nosso nome, não apenas em nome de Roncole Verdi e Busseto, de Parma, do território Parmense e o de Piacenza, não apenas em nome da Itália, mas em nome do mundo inteiro.

E essas bandeiras dizem isso também. Este é o privilégio que a vida nos deu: viver hoje, bicentenário do nascimento de Giuseppe Verdi, de estar, estar aqui ao lado da casa onde ele nasceu, da igreja onde ele conheceu a música como menino para nunca mais deixá-la, na terra onde tudo fala dele. Entre as pessoas que estavam familiarizadas com ele, como agora.

Aquele menino, Giuseppe Fortunino Francesco, nascido no silêncio daquela noite do início do outono, de Carlo Verdi e Luigia Utini, é filho desta terra, filho de camponeses, mas pertence ao mundo inteiro. Desde então, ele falou com sua música ao coração de homens e mulheres de todos os tempos e de toda latitude, pobres e ricos, cultos ou não. Ele os uniu, porque a música une, faz viver os mesmos sentimentos. Suas árias estão nos lábios de todos porque falam do sentimento humano, com um alfabeto universal.

Ele chorou e amou por todos, foi dito. A vida e a morte, o amor e a dor, as paixões humanas, a traição, a vingança, o sacrifício, o resgate, as dores e as alegrias do viver que suas obras contam de maneira tão admirável são um presente para a humanidade e para as próximas gerações, para sempre. Buscam o significado da vida e da história. Revelam a humanidade a si mesma. Sem sua música, seríamos imensamente mais pobres.

Esses lugares são a prova de que os tesouros se escondem nos lugares mais modestos. Aqui está a prova de que apenas com grandes sacrifícios novos caminhos se abrem, como diz a vida do jovem Verdi,

e que apenas a livre generosidade dos outros, como foi a de Antonio Barezzi, pode cultivar o talento.

Duzentos anos desde o nascimento de Giuseppe Verdi são também a memória da Itália que ele amou e cantou. Aquela pátria, tão bonita e perdida, que ele quis livre, unida, independente. Ressurgida, para uma nova história. Que ele representou no Parlamento italiano. Mas também são a memória da Europa, que ele conheceu e cruzou, de Paris a São Petersburgo, e também são a memória dos povos, de sua escravidão e seus caminhos de libertação.

Estão aqui, nesta manhã, as instituições da República, o Estado e os Entes locais, o Município, a Província, a Região, as Associações, as Escolas. Está o Comitê Nacional para as Celebrações Verdianas, que hoje tenho a honra de representar também em nome de seu presidente o Ministro da Cultura. Estão os estudantes aos quais, especialmente é confiado esse patrimônio, cultural e civil, de imenso valor. Lembrem-se, pessoal, que Giuseppe Verdi aos catorze anos era o melhor pianista de Busseto, alguém como vocês.

O que Giuseppe Verdi e sua música representam é antes de tudo um grande patrimônio de valores que dizem respeito ao homem, seu mistério e seu destino. Dizem respeito à solidariedade entre os seres humanos e à liberdade dos povos.

Estamos nos lugares que preservam esse patrimônio para o mundo inteiro: a casa onde nasceu, a igreja, as igrejas que ele frequentou e hoje os estábulos Pallavicino e Casa Barezzi. Mas tudo aqui é “o lugar”, e fala dele.

E você, Roncole, não é apenas um grupo de casas, você é o nome que desperta emoção profunda. Da Europa à Ásia, de Pequim a Chicago, hoje Verdi é comemorado, como bem disse o Prefeito.

A partir de amanhã, começa o terceiro centenário de seu nascimento. Preparemo-nos para fazer crescer o que vivemos e realizamos neste ano, o que semeamos. Com a restauração de alguns lugares, a criação de eventos musicais e culturais, o Festival Verdi de Parma e Busseto.

Continuemos a celebrar Giuseppe Verdi, com uma visão prospectiva. Com a Escola de Alta Formação para jovens artistas, com um Plano para o ensino da música nas escolas. Agora que entendemos bem que nós somos

Giuseppe Verdi para o mundo, temos a responsabilidade de continuar a sê-lo a cada dia, com todas as nossas forças. É a nossa identidade, é o nosso destino. Devemos estar à altura da tarefa. Giuseppe Verdi era nosso concidadão, é o nosso contemporâneo, façamos com que aqueles que vêm aqui, de cada parte do mundo, possam encontrar a família de Giuseppe Verdi, uma terra respeitosa e acolhedora, ciente de seu papel.

Feliz aniversário Maestro!

Porque você continua a viver, com sua música, em nosso coração e no coração da humanidade. Para sempre.

W Verdi! W a Itália! W a Europa! W o Mundo inteiro!

Albertina Soliani

Parma, 18 de outubro de 2013

Caros Amigos,

Aung San Suu Kyi está prestes a chegar, vem aqui para Parma, na Itália.

Há grandes alegrias na vida, alegrias coletivas. Quantos seguiram sua história mais de perto, quantos apenas ouviram falar dela, todos sabem que sua vida é um valor incomensurável, que conhecê-la, ouvi-la, é bom para a alma, dá coragem e confiança.

Aung San Suu Kyi é o que de mais precioso tem o povo birmanês. Sua única esperança. Seu grande ponto de equilíbrio hoje. Então ela virá para Parma, de tão longe. Chegará na cidade da qual é cidadã honorária desde 2007, quando estava em prisão domiciliar. Foi Marco Ablondi, na época, que construiu com tenacidade as condições para esse reconhecimento. Então Giuseppe levou para ela, apenas libertada, o galhardete do município, agora pendurado no escritório da Liga Nacional para a Democracia, em Rangoon.

No último dia 28 de fevereiro entregamos a ela, com Beaudee Zawmin que recebeu aqui em seu nome em 2008, a medalha do Município de Parma. Zawmin entrou na Birmânia após quarenta anos de exílio.

Nos encontramos em Aung San Suu Kyi o divisor de águas entre a ética e o cinismo, o altruísmo e o egoísmo, a coragem e o medo, a não-violência e a violência, a confiança no futuro e a amargura do passado, a democracia e a ditadura. Seu espírito faz a diferença, como o amor por seu povo e de seu povo por ela.

Uma constituição discriminatória e antidemocrática em seu país a impede de se candidatar à presidência em 2015. Enquanto ela testemunhou para o mundo inteiro o valor dos direitos humanos e da paz, na Birmânia o direito ainda não está consolidado. Pedimos a mudança da Constituição na Birmânia, como a Câmara dos Deputados da Itália fez na quarta-feira passada e fará o Senado da República na próxima semana. Porque a democracia é uma, o direito é um e os abusos devem ser denunciados em todos os lugares.

A democracia está no coração em todas as partes do mundo. Aung San Suu Kyi se encontrará em Roma, o prefeito e os cargos mais altos do Estado, em Turim Fassino, em Bolonha a Cidade e a Universidade, que inaugurará com ela solenemente o ano acadêmico. Se você estuda, estuda os mais altos valores humanos e a universidade é o local nobre de pesquisa. Depois ela virá para Parma e encontrará os estudantes: eles são o futuro e ela olha acima de tudo para eles.

Na noite de 31, entrará no Teatro Regio para o último concerto do festival Verdi 2013, a Missa de Requiem.

Teremos os mesmos sentimentos, as mesmas emoções e profundo será o elo entre nós.

Quando a conheci, em 7 de agosto passado em Naypyidaw, eu disse a ela em francês: “Chegamos até aqui porque queremos acompanhá-la ao teatro. E apoiá-la até a vitória das eleições de 2015».

Agora que ela chega, sei que os milagres acontecem. Inúmeras foram as desgraças que, nos últimos anos, atingiram Parma. Hoje é um grande momento de graça, um grande presente oferecido à cidade.

O vínculo entre o povo italiano e o povo birmanês será mais forte, e teremos a oportunidade de experimentá-lo.

Obrigado Aung San Suu Kyi, em birmanês “Jesus de Marè”!

Albertina Soliani

Carta da Birmânia

Nesta nova edição, decidi inserir a carta que a irmã de Lukyi me enviou da Birmânia em dezembro de 2013, depois de ler o livro.

Cara Albertina,

Assim parece-me a maneira mais natural de falar com você depois de ler seu livro, mesmo que nunca tenhamos nos encontrado. De fato, como você sabe, sabe em uma vila distante da Birmânia.

Você deve saber que parei por alguns dias em Yangon na casa de uma amiga que fala e escreve muito bem em seu idioma e que gentilmente leu e depois traduziu todas as páginas do seu livro (e também escreve esta carta, juntamente com a minha em birmano).

Descobri que muitas coisas nos unem: o ser mulheres, ter tido como única referência a mãe, tendo conhecido de perto o contato difícil com a terra a ser cultivada, finalmente tendo encontrado, apesar de diferentes formas, a oportunidade de sair da pobreza através de uma paixão comum: escola e educação. Ouvei sua história sentada na grande Pagoda Shwedagon, uma história que pouco a pouco se tornou oração. A primeira vez a leitura do livro foi mais cansativa, como quando a semente do arroz é espalhada na terra e você tem que andar ao sol por um longo tempo; na segunda vez, mergulhei e imaginei através de suas memórias a sua gente, sua terra, um pouco como quando termina a semente se encher o solo de água e tudo é cuidadosamente coberto; na terceira vez, da leitura emergiram as palavras e entre elas os muitos nomes das pessoas encontradas que você lembra em seu livro.

Eu me concentrei e contei 403 nomes de pessoas. Realmente muitos e entre eles do meu querido irmão Lukyi. Pensei em quantos quilômetros podem ser percorridos em uma vida sem aprender nada com as pessoas apenas

tocadas. Porém, acredito que o sentido de cada jornada, também daquele que você descreveu tão minuciosamente no livro, está em parar para ouvir qualquer um que tenha uma história para contar.

Também a história de Lukyi. Eu procurei na Internet (no meu país, como você sabe, é tudo muito difícil) um pensamento de uma pessoa que você lembra muitas vezes, Bonhoeffer.

Encontrei um de seus pensamentos em que me reconheço e com o qual agradeço você: “Não é contagioso apenas o medo, mas também a quietude e a alegria com as quais enfrentamos a cada vez o que nos acontece”.

A alegria e o silêncio eu respirei em seu livro.

Mingalaba [Ciao].

Me Soe

Na correspondência subsequente, soube por Me Soe, que havia ouvido a leitura deste livro na parte da Pagoda de Shwedagon, que olha para o oeste, sob o arco do Monumento dos Estudantes que lembra a primeira revolta estudantil contra os britânicos em 1920.

Ela me escreveu: “No seu idioma, como no nosso, a palavra vida é composta por pouquíssimas letras, diferente de muitos outros. Acredito que isso significa que a vida é curta, incisiva, cheia de episódios e exige que todos levem a sério o tempo presente. Começando pelo nosso relacionamento com os outros”.

Algumas semanas depois, Me Soe foi atingida por uma doença inexorável. Ela morreu em 1º de abril de 2014, tinha 28 anos.

Sua carta-testamento reflete o Salmo 23 “O Senhor é meu pastor”, que ela havia aprendido com seu irmão Lucky, e Lucky com Giuseppe. Seu filho Ko Nyi o leu em birmanês no funeral da mãe. Uma moça muito jovem lembrou um pensamento “de um cavalheiro alemão” (Bonhoeffer) transcrito por Me Soe para todos os amigos:

“Pode ser que amanhã surja o amanhecer do último dia; só então, não antes, pararemos com prazer de trabalhar para um futuro melhor”. O último pensamento foi para seu filho Ko Nyi: Amadíssimo Ko Nyi, diga apenas “Ela não está. Voltará”.

Para mim, ela deixou como herança “a sombra da minha árvore, aquela árvore sob a qual nos dias de grande calor, todos encontramos abrigo”.

Ela me havia escrito: “Seu livro é como aquela árvore que mora perto da minha casa. Fala de raízes antigas e sólidas, além disso, eu gostaria de acrescentar que, sendo profundamente bom, somente em seus galhos podem pousar milhares de pássaros. Como as pessoas que você conheceu e que certamente te amam”.

Me deixou, enfim, esse pensamento:

“Há amor em todas as coisas e todas as coisas são a mesma coisa.”

Transcrevo para ela:

O senhor é o meu pastor,
Nada falta a cada espera;
em verdes prados ele me apascenta,
em águas plácidas sacia minha sede.
Felicidade e graça me serão companheiras
todos os dias da minha vida,
e eu morarei na casa do Senhor
por longos anos.

Em birmano:

ဘုရားသခင်သည်ကျွန်ုပ်၏ ဦးဆောင်လမ်းပြပါ
သိုးများအတွက် သိုးထိန်းကဲ့သို့ ပါ
ကျွန်ုပ်ရဲ့ မျှော်လင့်ချက်တွေကို ဘာမှမလိုစေပါ
အလွန်စိမ်းလန်းတဲ့ မြက်ခင်းဆီကို ခေါ်ဆောင်သွားသည်
အေးချမ်းတဲ့ရေကိုလည်းသောက်သုံးစေပါသည်။

ပျော်ရွှင်မှု နဲ့ ဘုရားသခင်ရဲ့ ဆုတောင်းမေတ္တာ ပိုသမှုတွေဟာ
ကျွန်ုပ်ဘဝရဲ့ နေတိုင်းရဲ့ အဖော် အဖြစ် ရှိနေပါလိမ့်မည်
ဘုရားရှင်ရဲ့ နေအိမ်မှာ နှစ်ပေါင်းများစွာ နေထိုင်သွားပါမည်။

Tudo se mantém.

Relatório de atividades parlamentares (2001-2013)

Pedidos de informação:

Pedidos de informação enviados como primeira signatária na XIV legislatura

Pedidos de resposta oral:

- *Interrogação ao Ministro da Infraestrutura e Transporte sobre a adequação das margens do Po*, publicada em 4 de julho de 2001.
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre o corte de contribuições estatais agendadas para escolas-berçário não estatais para os anos 1999, 2000 e 2001*, publicada em 27 de setembro de 2001.
- *Interrogação ao Ministro do Meio Ambiente e à proteção do território nas retiradas ilegais de areia no Po*, publicada em 9 de novembro de 2001.
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre a iniciativa “Telefono Amico Scuola”*, publicada em 21 de novembro de 2001.
- *Interrogação ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Ministro de Relações Exteriores da Emergência Humanitária no Congo*, publicada em 25 de janeiro de 2002.
- *Interrogação ao Ministro do Interior sobre a morte do jovem Jean François Verrin durante uma festa rave em Sanguinaro di Fontanellato*, publicada em 21 de janeiro de 2003.
- *Interrogação ao Ministro das Comunicações sobre o inconveniente criado pela deficiência da equipe nos Correios de Parma e da Província*, publicada em 20 de fevereiro de 2003.

- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre a integração e atualização dos rankings permanentes pelo impulsionamento do papel e dos substitutos da equipe de ensino e ensino para o ano letivo de 2003-2004*, publicada em 29 de abril de 2003.
- *Interrogação ao Ministro da Infraestrutura e Transporte sobre o atraso na conclusão das obras da estrada Cispadana*, publicada em 10 de junho de 2003.
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e pesquisa sobre a urgência de uma concorrência para o recrutamento de gerentes escolares*, publicada em 24 de julho de 2003.
- *Interrogação ao Ministro da Justiça sobre os inconvenientes devido ao processo de superlotação na prisão de Parma*, publicada em 17 de dezembro de 2003.
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre carências de orgânico em relação ao aumento da demanda por educação na região de Emilia-Romagna*, publicada em 25 de maio de 2004.
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre as declarações de Silvio Berlusconi para o semanal “Panorama” sobre a suposta existência de um estado paralelo “[...] : aquele organizado na forma de poder da esquerda nas escolas nas escolas e na universidade [...]”*, publicadas em 7 de abril de 2005.
- *Interrogação ao Ministro do Patrimônio Cultural e Atividades sobre o fechamento do Museu Arqueológico Nacional de Parma*, publicada em 22 de setembro de 2005.

Pedidos de resposta por escrito:

- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre o corte de contribuições estatais agendadas para escolas maternas não estatal para os anos 1999, 2000 e 2001*, publicada em 26 de setembro de 2001.

- *Interrogação ao Ministro da Defesa sobre a intitulação da área de entrada no aeroporto de Ciampino ao Hierarca fascista Italo Balbo*, publicada em 30 de julho de 2002.
- *Interrogação ao Ministro da Educação, da Universidade e Pesquisa sobre segurança da de edificações escolares após a tragédia do terremoto que atingiu pequenas vítimas na Escola de Giuliano Di Puglia (CB)*, publicada em 6 de novembro de 2002.
- *Interrogação aos Ministros da Educação, Universidade e Pesquisa e Economia e Finanças sobre a admissibilidade dos financiamentos ao Copit (Comitê Parlamentar de Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Sustentável)*, publicada em 4 de março de 2004.
- *Interrogação ao Ministro por oportunidades iguais sobre a publicação de volumes intitulados “Italianas”*, publicada em 1 de abril de 2004.
- *Interrogação ao Ministro do Patrimônio Cultural e Atividades sobre os financiamentos para a restauração do Hospital velho em Parma*, publicada em 15 de junho de 2004.
- *Interrogação ao Ministro do Interior sobre os incentivos para a polícia garantir a segurança dos cidadãos de Reggio Emilia e província após alguns atos criminosos*, publicada em 21 de dezembro de 2004.
- *Interrogação ao Ministro do Patrimônio e Atividades Culturais sobre transferências de vários Superintendentes para os bens culturais, incluindo a de Parma e Piacenza*, publicada em 18 de janeiro de 2005.
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre a integração escolar de estudantes imigrados*, publicada em 15 de setembro de 2005.
- *Interrogação aos Ministros de Bens e Atividades Culturais e Economia e Finanças sobre o corte de financiamentos para as Associações de Instituições Culturais Italianas*, publicada em 29 de setembro de 2005.
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre os novos critérios de nomeação dos componentes do Conselho de Institutos Históricos*, publicada em 29 de setembro de 2005.

- *Interrogação aos Ministros do Interior e Infraestrutura e Transportes sobre os atos de vandalismo na estação de Parma, causados por alguns fãs do Catania parados devido a avaria, publicada em 2 de fevereiro de 2006.*
- *Interrogação ao Ministro do Trabalho e Políticas Sociais sobre a proibição de realizar atividades políticas por funcionários no interior da sede nacional do INPS, publicada em 14 de fevereiro de 2006.*
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre a qualidade do ensino em uma seção do liceu clássico Visconti de Roma, publicada em 14 de março de 2006.*

Pedidos de informação enviados como primeira signatária na legislatura XV

Interrogações de resposta oral:

- *Interrogação aos Ministros do Interior e da Economia e das Finanças sobre fundos para a polícia garantir a segurança na área de Parma e sua província, publicada em 2 de agosto de 2007.*

Interrogações de resposta por escrito:

- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre testes Invais administrados no Instituto “8” em Bolonha para a avaliação dos professores, publicada em 18 de maio de 2006.*
- *Interrogação ao Ministro do Meio Ambiente e à Proteção do território sobre a seca do rio Po, publicada em 5 de julho de 2006.*
- *Interrogação ao Ministro por Direitos e Oportunidades Iguais sobre a prevenção da violência contra as mulheres, publicada em 28 de setembro de 2006.*
- *Interrogação ao Ministro da Infraestrutura sobre a construção da variante de Boretto na ex-estrada estadual 358, publicada em 1 de agosto de 2007.*

Interrogações apresentadas como o primeiro signatário no XVI Legislatura

Interrogações de resposta oral:

- *Interrogação aos Ministros do Interior e Trabalho, de Saúde e Políticas Sociais sobre o despejo de um edifício em Via Bengazi em Parma residência de 23 refugiados, publicado em 30 de julho de 2008.*
- *Interrogação aos Ministros do Interior e Justiça sobre as investigações abertas após a identificação de uma jovem, prostituta nigeriana na sede do comando da polícia municipal de Parma, publicada em 2 de setembro de 2008.*
- *Interrogação ao Ministro do Interior sobre as infiltrações do crime organizado no norte da Itália e, em particular, em Emilia-Romagna, publicada em 12 de fevereiro de 2009.*
- *Interrogação ao Ministro da Justiça sobre Investigações por violação da privacidade contra o fotógrafo Antonio Zapadu, que fotografou o partido de final do ano realizada por Silvio Berlusconi na Villa Certosa, na Sardenha, publicada em 9 de junho de 2009.*
- *Interrogação para os Ministros do Desenvolvimento Econômico e o Meio Ambiente e a Proteção do Território e do Mar na suposta implementação de centrais nucleares na área de Parma e Fidenza, publicada em 23 de julho de 2009.*
- *Interrogação ao Ministro da Justiça sobre os inconvenientes criado pela superlotação e falta de funcionários na prisão de Parma, publicada em 16 de setembro de 2009.*
- *Interrogação ao Ministro da Justiça sobre o desconforto e parâmetros de segurança em prisões após um suicídio ocorrido na prisão de Parma, publicada em 29 de junho de 2010.*
- *Interrogação ao Ministro da Infraestrutura e Transportes sobre a realização da rodovia Tibre, publicada em 3 de agosto de 2010.*
- *Interrogação ao Ministro do Patrimônio Cultural e Atividades*

sobre o colapso de parte do Muro Cinta do Castelo de Compiano, publicada em 15 de dezembro de 2010.

- *Interrogação ao Ministro de Relações Exteriores sobre o repatriamento dos artistas do Maggio Fiorentino em turnê no Japão durante o terremoto, publicada em 22 de março de 2011.*
- *Interrogação ao Ministro da Saúde sobre Assistência não medica após uma intoxicação alimentar de 14 crianças de Reggio Emilia em uma viagem escolar em Montegrotto Terme (Pádua), publicada em 5 de abril de 2011.*
- *Interrogação ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Ministro do Meio Ambiente de Proteção do Território e do Mar no Estado de Calamidade após o dilúvio que atingiu o Parma Foothills, publicada em 16 de junho de 2011.*
- *Interrogação ao Ministro da Justiça sobre o suicídio de um agente penitenciário em serviço na Casa do Distrito em Via Burla em Parma, publicada em 14 de julho de 2011.*
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre a nomeação dos Auditores da Escola para a Europa de Parma Di Guido Marchese, investigado pelo escritório do promotor de Nápoles, publicada em 1 de agosto de 2011.*
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre a fuga de notícias relacionadas à competição pelo recrutamento de gerentes de escola, publicada em 13 de setembro de 2011.*
- *Interrogação ao Ministro da Justiça sobre a deficiência de Organic para o promotor de Parma, publicada em 11 de novembro de 2011.*
- *Interrogação ao Ministro do Interior sobre os cortes no orçamento destinados à aplicação da lei e à consequente redução da segurança dos cidadãos, publicada em 11 de novembro de 2011.*
- *Interrogação aos Ministros de Relações Exteriores e Educação, Universidade e Pesquisa sobre os métodos não muito adequados para realizar o Teste de Língua Francesa no concurso para professores*

e auxiliares técnicos para escolas no exterior, publicada em 5 de dezembro de 2001.

- *Interrogação aos Ministros do Trabalho e Políticas Sociais e Desenvolvimento Econômico sobre a Relocação da Planta Intercast em Parma*, publicada em 3 de abril de 2012.
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre a extensão do mandato de alguns reitores das universidades italianas*, publicada em 4 de abril de 2012.
- *Interrogação ao Ministro do Interior no acordo de Casapound em Parma*, publicada em 15 de maio de 2012.
- *Interrogação aos Ministros da Justiça e Relações Exteriores sobre a atribuição de um menor com os pais de nacionalidade italiana e americana*, publicada em 23 de maio de 2012.
- *Interrogação ao Ministro do Desenvolvimento Econômico sobre o fechamento dos ramos e a redução da equipe de Poste Italiane S.P.A. No Piemonte, Emilia-Romagna, Toscana, Marche, Basilicata*, publicada em 16 de julho de 2012.
- *Interrogação ao Ministro do Patrimônio Cultural e Atividades sobre o estado de degradação em que o túmulo do Maestro Arturo Toscanini está no cemitério monumental de Milão*, publicada em 22 de novembro de 2012.

Interrogações de resposta por escrito:

- *Interrogação aos Ministros do Interior e por oportunidades iguais no caso de Emmanuel Bonsu Foster*, publicada em 2 de outubro de 2008.
- *Interrogação ao Ministro da Justiça sobre a morte do prisioneiro Giacomo Saladino na prisão em Via Burla em Parma*, publicada em 11 de novembro de 2009.
- *Interrogação ao Ministro do Interior sobre Casa Pound*, publicada em 22 de dezembro de 2009.

- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre a Circular enviada pelo Diretor Geral do Escritório Regional da Escola de Emilia-Romagna Marcello Limina para supervisionar os funcionários da escola, para que ele não faça críticas públicas ao próprio ministério, publicada em 25 de maio 2010.*
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre as declarações do Presidente do Conselho Silvio Berlusconi sobre os ensinamentos da Escola Pública, publicada em 1º de março de 2011.*
- *Interrogação ao Ministro do Interior sobre os denominados piratas do Po, publicada em 14 de julho de 2011.*
- *Interrogação ao Ministro da Educação, Universidade e Pesquisa sobre a falta de professores de apoio no ano letivo de 200/12 para alunos com deficiência devido a cortes do governo, publicada em 17 de agosto de 2011.*
- *Interrogação aos Ministros por Oportunidades Iguais e Desenvolvimento Econômico sobre a prevenção da violência contra as mulheres e falha em programar o filme tv “Amor Demais” de Liliana Cavani, publicada em 6 de março de 2012.*
- *Interrogação ao Ministro do Patrimônio e Atividades Culturais sobre o leilão da Sotheby’s da herança musical do Maestro Arturo Toscanini, publicada em 7 de agosto de 2012.*

Moções

Moções apresentadas como primeira signatária na XIV Legislatura

- *Moção sobre programas nas escolas de infância e primária*, apresentada em 5 de maio de 2004.

Moções apresentadas como primeira signatária na XV Legislatura

- *Moção sobre direitos humanos na Birmânia*, publicada em 7 de março de 2007.
- *Moção sobre o ensino da Constituição e o conhecimento básico das instituições democráticas nas escolas*, publicada em 30 de maio de 2007.
- *Moção sobre a recuperação das áreas afetadas pelo amianto*, publicada em 25 de julho de 2007.

Moções apresentadas como primeira signatária na XVI Legislatura

- *Moção para a libertação de Aung San Suu Kyi*, publicada em 10 de dezembro de 2008.
- *Moção sobre a integração de estudantes estrangeiros*, publicada em 16 de dezembro de 2008.
- *Moção para uma atitude respeitosa da imprensa nacional e internacional pelo primeiro-ministro Silvio Berlusconi*, publicada em 14 de julho de 2009.
- *Moção sobre a perseguição aos cristãos no mundo*, publicada em 9 de dezembro de 2009.
- *Moção sobre a doença de Alzheimer*, publicada em 19 de outubro de 2010.
- *Moção de respeito pelos direitos humanos na Birmânia*, publicada em 7 de fevereiro de 2011.



Agradecimentos

Cito aqui o nome dos meus colaboradores mais próximos, nos vários estágios da minha vida política no Parlamento e no governo, a quem sou profundamente grata. Sem eles, eu poderia ter feito muito pouco, sem seu compartilhamento o que foi feito teria sido bem mais pobre.

Em Parma: Franco Romanelli, Giorgio Vezzosi, Sara Avanzini, Francesca Mastracci e, em algumas ocasiões, Carlo Ferrari, Alberto e Guido Brunazzi.

Um boretto: Ave Barbieri.

Em Reggio Emilia: Sonia Sezzi.

Em Roma: Anna Maria Fraternali, Nicoletta Tiburzi, Andrea Bianchi, Maria Calabretta, Federica Serra e toda a Escritório de Imprensa do Grupo PD do Senado; Simona Genovese, Stefania Lanzone, Silvia di Gennaro, Maurizio Coresi, Titti Majo e todo o Gabinete Legislativo; Paola Izzi, Steuge Marcocchia, Cinzia de Grandis e toda a Secretaria do Grupo.

Minha gratidão especial vai para Giuseppe Malpeli, que compartilha comigo pensamentos e ações para a Birmânia comigo, para a escola, para o Partido Democrata.

Para Giuseppe Bizzi, que também cuidou dessa história, vai ao meu agradecimento pela inteligência, sensibilidade, e a competência com a qual ele seguiu minha comunicação política.

A.S.

As nossas noitadas de amizade e democracia

Sandra Zampa

Das muitas coisas que impressionam assim que se conhece Albertina, emergem acima de todas, certamente, a generosidade e a dedicação. Nas intermináveis jornadas da campanha eleitoral que Romano Prodi liderou entre 2005 e 2006, à frente de um centro-esquerda litigioso até os níveis masoquistas, Albertina havia tomado o hábito de nos visitar à noite na Piazza Santissimi Apostoli, com uma gigantesca bandeja de doces. Entrava sorrindo e abria o pacote da confeitaria. Se informava sobre como estavam indo as coisas e fazia poucos comentários.

Ela convidava simplesmente a ficar firmes e a lutar transmitindo a certeza de que, apesar da enorme disparidade de condições entre a estrutura dos poderes econômicos e midiáticos do candidato a primeiro-ministro Prodi e a do primeiro-ministro cessante, Berlusconi, o primeiro levaria a melhor. Non praevalerunt nos dizíamos silenciosamente Albertina e eu. Na noite do meu quinquagésimo aniversário - quando o recém-eleito presidente Prodi, a quem chamamos de “Prof” - completava a complicada partida do executivo, foi com Albertina que comemoramos as duas coisas no terraço de um grande hotel com uma magnífica vista sobre a cidade eterna.

No dia seguinte o executivo jurou nas mãos de Giorgio Napolitano e começou a convivência mais litigiosa da história política italiana, que apenas pela tenacidade e inteligência do Presidente conseguiu durar o tempo que durou. Foi dramático tomar conhecimento dos limites de uma coalizão que fazia de tudo para dissipar o esforço e o empenho que haviam sido necessários para vencer. Não é verdade que não se pode governar com poucos votos majoritários. Não se pode governar com pessoas que fazem jogo duplo ou triplo, que não sabem olhar para as prioridades e deixar de lado pelo menos

temporariamente as ambições pessoais ou os objetivos políticos menos urgentes. Muito menos se pode governar se na maioria que apoia ocorrem episódios de compra-venda dos parlamentares: se alguém compra, alguém se vende. E isso não precisa de comentários.

Não houve praticamente uma semana, durante os dois difíceis, mas emocionantes anos de Palazzo Chigi, nos quais não tenha me encontrado com Albertina para jantar - sempre muito tarde - para discutir sobre como as coisas estavam indo. Ela estava no Senado, o verdadeiro centro de sofrimento político da maioria do governo. Eu via as coisas do ponto de vista do presidente do Conselho.

Eu conhecia o seu esforço para mediar as divergências entre as posições políticas do executivo, onde, pouco a pouco, todos tinham se colocado contra todos, e a sua solidão política. Não foi infrequente uma ação de “diplomacia feminina” para suavizar alguma posição junto aos parlamentares.

Aquelas noitadas me fizeram descobrir as outras coisas que fazem de Albertina uma pessoa especial: a sua inteligência curiosa que a leva a devorar livros e que lhe deu uma cultura profunda, a sua teimosia e seu rigor ético. Mas aquelas noites, das quais algumas vezes Flavia Franzoni também participou, nos levaram sobretudo a compartilhar conhecimentos e amizades. Não esquecerei Rita Levi Montalcini, que veio a Palazzo Chigi para comemorar o aniversário com o Presidente Prodi, nem o encontro com Liliana Cavani com quem tivemos, e temos, trocas de ideias às vezes muito animadas.

Essas noites deram vida a um intenso confronto sobre a situação política italiana e sobre a democracia e nos fez descobrir uma paixão em comum pela política internacional, começando a partir daquela ideia da Europa, que Prodi havia sido capaz de expressar e interpretar, mas que depois de sua saída da presidência da Comissão da UE havia enfraquecido até desaparecer, enterrada pela incapacidade das direitas de expressar uma visão corajosa e mais prospectiva dos equilíbrios do mundo.

Mas meu conhecimento de Albertina, mesmo que superficial, começara em verdade vários anos antes. Eu a conheci e frequentei quando como jornalista seguia a crônica política local e nacional. Nos anos da criação

do Ulivo e, depois, dos Democratas. A ela havia sido confiada a coordenação do partido em Bolonha e na Emilia-Romagna. Havia muitíssimos problemas e tensões para se dissolver. Albertina se estabeleceu no escritório de Via Maggiore, que por algum tempo havia hospedado o Professor.

Trabalhavam para ela as “Mulheres da Via Cairoli”, um grupo de irredutíveis ulivistas que havia gerenciado os Comitês para a Itália que queremos. Hoje estão ao meu lado em todos os quiosques ou iniciativas. Elas combatem a “boa batalha”, apesar dos anos que passam e apesar das decepções que sofreram pelas contradições e erros de nossa classe dirigente.

E então, mais uma vez como jornalista, eu a segui quando aceitou, a pedido premente do partido e da coalizão, disponibilizar seu nome para as eleições administrativas de Parma. Para cumprir esse compromisso, ela deixou a posição do partido. Eu ia a Parma para garantir uma cobertura da mídia, visto que, para sair na “Gazzetta”, de propriedade dos industriais locais, a candidata do centro-esquerda deveria ter feito milagres. Era preciso quebrar um regime “monopolista”.

Lá também me lembro dela corajosa, cercada por mulheres, amigas e voluntárias e por jovens que trabalhavam para ela. Generosa como sempre. Se interessava pelo resultado não por si mesma: muitos anos depois, questionada sobre o ponto, tive a confirmação que na campanha eleitoral, a melhor para o resultado dos últimos quinze anos, apesar da derrota, entrou também com seus recursos pessoais “porque não se pode fazer as pessoas trabalharem sem pagar e o dinheiro que eu tinha a disposição era pouco “. Como sabemos, o dinheiro tinha que ficar guardado para Lusi...

Uma vez eleita em 2008 na Câmara dos Deputados (foi Albertina quem propôs meu nome ao Presidente Prodi em vista das eleições), assumi com entusiasmo a presidência do grupo interparlamentar Amigos da Armênia, para substituir a fundadora, que assumia no Senado a direção da associação Amigos da Birmânia, reiniciada por mim nesta XVII legislatura.

Praticamente não houve noite entre aquelas passadas em Roma, em que não nos encontrássemos para discutir o pântano em que Berlusconi estava

jogando a Itália e as insuficiências do nosso partido. Tínhamos esperado e invocado, mas, como nas palavras de Alfred Loisy sobre o cristianismo (“devia chegar o reino de Deus, mas foi a Igreja que veio”), constatamos que o projeto havia perdido pelo caminho a força inovadora da inspiração original.

De bom Albertina tem o isso: muitas vezes parece mais jovem que os jovens em sua curiosidade e sua abertura do mundo. Quando em 2009, eu reportei ao presidente Prodi, que estava no exterior por compromissos internacionais agora privados, que Albertina havia escolhido tomar partido no Congresso do PD (de onde Bersani saiu eleito) com Marino (portador de instâncias muito claras sobre os direitos dos homossexuais), lembro-me de ter dito a ele: “Você teria imaginado?”

Ele se divertiu muito com a coisa, também porque as nossas noites de amizade e democracia dos assim denominados “prodiani” era difícil encontrar dois no mesmo lado. Quem com Bersani, quem com Franceschini, quem com Marino. Um sinal de que a determinação do “Prof” em não construir correntes organizadas, mas expressar um pluralismo nas posições, alcançou o resultado.

É a paixão pela democracia e por seu país que sempre guiou Albertina. Suas palavras dizem isso, mas acima de tudo a sua vida diz.

Era a paixão pela democracia e a certeza de que “a revolução feminina” foi “a única que verdadeiramente não falhou” entre aquelas que atravessaram o século XX, que a levou a conhecer a Birmânia e apoiar e valorizar sempre as mulheres. A última do ponto de vista cronológico é Aung San Suu Kyi. Para lhe dar uma mão, Albertina esteve e está disposta a pedir essa ajuda que ela nunca pediu para si mesma.

A ela devo a extraordinária oportunidade do encontro pessoal com a “Senhora”, como os birmaneses a chamam, que no final de fevereiro de 2013 nos recebeu com uma enorme disponibilidade em seu escritório parlamentar em Naypyidaw. Fica inesquecível a emoção do abraço que a “Senhora” reservou para Albertina na nossa chegada. Enquanto as olhava, abraçadas, sentia a emoção de constatar que a tão falada solidariedade feminina pode realmente existir e dar frutos.

As mulheres são resistentes e tenazes. E corajosas, como Tina Anselmi, que juntas fomos visitar em Castelfranco Veneto no início de 2012. A ela havíamos dedicado a associação “As Democratas”, um lugar de livre confronto entre mulheres, não devastado pelos atuais pertencimentos que sufocaram o PD e que muitas das aderentes, em seguida, lamentaram. Também ali Albertina colocou muito de si mesma. Muitas vezes nos divertimos fazendo coisas juntas. Com ela, aprendi que é preciso saber como esperar que o bem leve a melhor. Geralmente ela está certa.

Nas noites “romanas” entre 2008 e 2013, ou seja, quando morávamos em Roma para participar dos trabalhos parlamentares, descobrimos de ter em comum não apenas leituras e conhecimentos, mas também uma cultura cívica e depois política. “Desde a adolescência, conheci a política como o mais alto senso da comunidade”, explica Albertina em sua biografia e, para lê-la, siga o ensinamento de minha mãe, mazziniana de formação, sempre progressista.

Quando ele se foi, em uma noite alguns meses após minha eleição ao Parlamento, que a deixou tão orgulhosa, Albertina, que a havia conhecido e a estimava, soube como realmente ficar próxima a mim com afeto e discrição. Ela me falou sobre sua mãe, contei a ela sobre a minha.

Enquanto estávamos na Birmânia, em visita à Pagoda Shwedagon, o maior templo budista do mundo, me perguntou: “Quem sabe o que sua mãe diria se soubesse que você está aqui ...”. Eu respondi: “Não ficaria surpresa”, e sei que ela pensou em sua mãe, de quem tudo começou.

Aqueles caminhos comuns

Vanna Iori

Conheço bem o pôr do sol sobre o Po, aquelas margens percorridas em bicicleta.

São minhas paisagens interiores que são o pano de fundo para os caminhos da política, para as discussões intermináveis de anos intensos e fecundos de mudanças. Conheço bem os caminhos, em tempos diferentes e para áreas paralelas, entre Milão, Bolonha e Roma, com um objetivo comum, compartilhado desde as raízes profundas e ligações com os locais de origem.

E os caminhos da escola, com o viatico de mães que vislumbravam para nós um futuro diferente, confiando-nos à educação: o único caminho possível para escapar da submissão e da afasia de gênero, para atravessar outras estradas e outros horizontes. E nós, com mil inseguranças, entramos, como últimas chegadas na história, nos locais de conhecimento e poder masculinos. Locais estranhos às nossas culturas de origem, às gerações de mulheres que nos criaram.

No entanto, mantivemos em mãos o fio que exatamente essas mulheres nos haviam entregado. Porque, antes de nós, elas entenderam a direção a ser tomada. Nossas hesitações eram seus sentimentos que nos acompanhavam, com uma mistura de medo e orgulho de nos ver tomar essas novas estradas.

Era a pequena história quotidiana, aquela que se havia consumado por séculos exclusivamente nos locais sombrios da cura, de cuidados gratuitos e silenciosos em relação aos sujeitos frágeis, que se tornava história pública. Se tornava política. Aquela política trazia consigo precisamente a ética da cura que se tornava ética pública, a ética dos direitos.

Eu vivi aquelas temporadas dos anos setenta (de poucos anos mais jovem), aprendendo e ouvindo Albertina.

Teve a estação do Concílio, don Milani, Balducci, as revistas “Adista”, “O Reino”, “O Galo”, que realmente mudaram as nossas perspectivas de leitura da sociedade. Nada poderia ser mais como antes. Lembro-me daqueles domingos de discussão. Eu levava meu filho comigo, então pequeno.

Morávamos a poucos passos de distância e eu havia começado, exatamente em Boretto meus primeiros dias como jovem professora do ensino médio. Isotta, sua mãe, entretinha meu bebê com alegria, haviam se entendido imediatamente. Sua casa era um ponto de encontro e ali eu encontrava aquelas mulheres (Marta, Vittoria, Elide) que contribuíram a amadurecer a vocação política de Albertina, intuindo toda a força da qual ela seria capaz.

Quase uma preparação profética. Depois eu segui o caminho dos estudos, o doutorado, as publicações, a universidade. E ela a política ativa, os lugares de tomada de decisão, Roma, o Ministério, o Parlamento, os personagens importantes: de Tina Anselmi a Romano Prodi, do cardeal Martini a Aung San Suu Kyi. Mas com uma capacidade extraordinária de não se carregar de orgulho, de manter um perfil humano e político de autêntica abertura ao diálogo com todas as pessoas, mesmo as mais humildes. Sem certezas dogmáticas. E sem frescuras.

Mas com aquele pragmatismo generoso que teria guiado todo o seu caminho: de professora de escola a subsecretário.

Minha sintonia com Albertina nunca se interrompeu. Seu nome sempre permaneceu o primeiro, na letra “A” das minhas agendas. Mesmo quando passávamos meses sem nos encontrar, sempre descobríamos, ao nos encontrar, que continuávamos a ler os eventos e a história com uma inalterada correspondência de lógica e sentimento. Aquelas raízes comuns eram tão fortes que constituiriam para sempre o sentido ético, político, social e humano, para estar em meio aos eventos.

Eu nunca percebi nela tentações de fuga e fraquezas, mesmo quando a coerência era difícil e a presença nos lugares da política tinha rotas impermeáveis, devastadas por mil insídias. Lá, o que o se podia fazer, aquela margem, mesmo pequena, de afirmação da liberdade de consciência, Albertina

sempre a seguiu. Com a consciência dos limites, mas sem nunca negligenciar as possibilidades de ir além. Olhando para frente, mantendo alto o pensamento e o sentir. Por isso, como diz o título, tudo se mantém no movimento incessante da existência e da história.

Agora os acontecimentos da história levaram-me, de forma inesperada e imprevisível, a receber, num certo sentido, o testemunho. Brincávamos sobre essa passagem quando minha eleição parecia uma hipótese remota, mais um testemunho do que qualquer outra coisa. Assim, os fios das nossas existências ainda se entrelaçam. Num ir e vir de caminhos quase especular.

Eu na Universidade de Bolonha e ela da Universidade Católica, onde me tornei professora quando ela chegava ao Parlamento, e depois eu sou eleita para a Câmara quando ela está na Birmânia. Vida curiosa. Sempre sabe para onde nos leva. Muitas vezes nos surpreendemos ao nos encontrarmos no trem ou nos vermos de relance da janela em alguma estação ferroviária entre a Lombardia e a Emilia.

Nos milhares de encontros e amizades que Albertina documenta apenas em parte, porque tanta foi a riqueza e grande desejo de aprender e saber como aprender com todos, permanece constante aquele interrogar-se incessante sobre o sentido da existência e sobre a noite que ainda resta para atravessar. Quanto falta para o amanhecer? Sempre procuramos a coerência e a honestidade intelectual. Eu neste horizonte mantive meus estudos, minhas práticas formativas, minhas escolhas profissionais e ideais, os relacionamentos com as pessoas.

Espero poder continuar também agora no Parlamento, seguindo o exemplo dela. Não é por acaso que Albertina é a primeira pessoa que eu quis ouvir antes do assentamento na Câmara. Eu fui vê-la em Parma, ela acabava de voltar da Birmânia. Ainda com as malas a desfazer. Era casualmente 8 de março. Mas 8 de março chuvoso e cinzento, porque a temporada política que nos espera mudou muito e o respeito pela democracia apresenta sombras perturbadoras.

Albertina continua a me ensinar a profundidade do pensamento e o saber aprender lições da vida.

As páginas finais deste texto contêm o forte senso de esperança. A esperança cristã, que ela nunca traduziu em maneiras fundamentalistas, mas sempre viveu secularmente. Um secularismo de que o cristianismo tanto precisa.

É a lição de Bonhoeffer, seu “companheiro no espírito”, que guiou os seus passos para ouvir o sentido do caminho da história com quem sabe manter “consciências vigilantes sobre o que acontece, olhares de grande alcance para os horizontes, rigoroso consigo mesmo e com os outros”.

Obrigada, Albertina.

Myanmar: os cinco desafios de Aung San Suu Kyi

Albertina Soliani

Algumas perguntas

As coisas que a opinião pública ignora sobre Aung San Suu Kyi e Myanmar são muito mais do que aqueles que conhece. Mais de cinquenta anos de ditadura militar mantiveram o país fechado, no silêncio substancial do mundo.

É nos últimos dois anos, especialmente no Ocidente, que os comentários internacionais se tornaram cada vez mais frequentes e prementes, quando o estado de Rakhine chamou a atenção do mundo.

A tragédia da minoria muçulmana do Rakhine, que se autodefine Rohingya, conhecida como bengali no resto da Birmânia, a última demonstração de uma história que tem suas raízes ao longo dos séculos, está se revelando como um dos lugares do confronto que marcará os próximos anos na Ásia, o entre o Islã e a China. Outros incêndios se acenderam, como a história dos Uiguri, no norte da China, e os recentes massacres nas igrejas do Sri Lanka.

Na história dos muçulmanos de Rakhine, a maioria da mídia ocidental preferiu se concentrar no papel de Aung San Suu Kyi, hoje no governo de Myanmar, demolindo sua imagem de ícone dos direitos humanos. O tamanho da decepção prevaleceu em tudo. Como se o Ocidente estivesse mais interessado em afirmar o princípio do respeito dos direitos humanos universais do que sua afirmação concreta dentro da complexidade da política.

Pouco foi dito tanto das condições políticas internas de Myanmar, das quais dependem em grande parte também as decisões sobre a questão do Rakhine, tanto do contexto geopolítico em que o caso é inserido, seja os interesses ocidentais, islâmicos e asiáticos em jogo. Pouco foi dito das interferências internacionais, da penetração dos terroristas.

E assim a grande complexidade da situação foi sacrificada às exigências de uma simplificação espetacular, concentrada na queda do ícone com que o Ocidente se havia identificado.

Então, o que está acontecendo em Myanmar, envolvido em uma transição que entrelaça desenvolvimento e democracia, um caso raro na Ásia?

O que acontece a Aung San Suu Kyi, a figura na qual a opinião pública mundial havia colocado tão grandes esperanças?

O que está acontecendo com a Europa, cada vez mais marginal em frente ao mundo, especialmente na frente da Ásia, onde o novo mundo está nascendo? O que está acontecendo com o Ocidente, que parece ter se retirado do confronto, empurrando de fato Myanmar nos braços da China? E como poderia abrir-se um novo diálogo entre o Ocidente e a Ásia, exatamente através do relacionamento com Myanmar?

Questões estimulantes, mais próximas da realidade do que as acusações sobre os supostos silêncios de Aung San Suu Kyi sobre a tragédia dos muçulmanos do Rakhine.

O meu testemunho

Eu conheci a Birmânia há cerca de quinze anos, quando comecei a ler *Livre do medo*, o livro de Aung San Suu Kyi. Enquanto eu estava no Senado da República, no início dos anos 2000, no grupo parlamentar do Ulivo, depois da Margherita e, finalmente, do Partido Democrata, fiz parte da Associação Parlamentar Amigos da Birmânia, fundada pelo senador. Francesco Martone, dos Verdes.

Em 2008, tornei-me sua presidente. Intensa foi a atividade parlamentar daqueles anos, em apoio à libertação de Aung San Suu Kyi e dos prisioneiros políticos,

de uma mudança na Birmânia em direção à democracia. No dia de sua libertação, em 13 de novembro de 2010, eu a anunciei no Parlamento, entre aplausos.

Eu seguia de perto a história de um país que estava procurando a democracia, enquanto sentia que a nossa, naqueles anos, estava enfraquecendo. No debate no plenário do Senado sobre a lei que declarava a imunidade para os cinco cargos mais altos do Estado, eu intervim lembrando que a mesma regra estava em vigor em Myanmar, para proteger a junta militar.

Eu encontrei Aung San Suu Kyi pela primeira vez em Naypyidaw em 28 de fevereiro de 2013. No Palácio sede do Grupo Parlamentar da NLD, a Liga Nacional para a Democracia, o partido nascido em sua casa em Rangoon em agosto de 1988, há um ano estava no Parlamento, à frente da oposição.

Ao entrar na sala, nos abraçamos. Era como se sempre tivéssemos nos conhecido. Uma história de proximidade nos uniu, apesar dos obstáculos da prisão domiciliar, da distância geográfica, do inglês e do birmano, que eu não conhecia.

Eu estava com ela com um amigo e colaborador muito querido, Giuseppe Malpeli. Giuseppe começou a frequentar a Birmânia em 2005, levando uma mãe as cinzas de Lucky, um jovem birmanês conhecido em Calcutá, morto no tsunami de 26 de dezembro de 2004. Desde então, relacionamentos infinitos nasceram com o povo birmanês e com Aung San Suu Kyi.

Quando nos encontramos pela primeira vez, no final da minha atividade parlamentar, muito aconteceu entre nós, e muito ainda iria acontecer.

Alguns meses após a primeira visita, em agosto de 2013, voltamos, e a convidamos para vir para a Itália.

No final de outubro daquele ano, ela veio para Roma, indo depois a Turim, Bolonha, Parma, nos locais de reconhecimento de seu compromisso com a liberdade. Em Parma, ele falou a mil estudantes. No Teatro Regio assistiu a execução da Missa de Requiem de Giuseppe Verdi, na última noite do festival verdiano.

No ano seguinte, estávamos, quarenta amigos italianos, em sua casa em Yangon, o lugar das longas prisões. Lá cantamos para ela *Va' Pensiero*.

Desde então, vou frequentemente para a Birmânia visitá-la.

Com os amigos da Associação para a Amizade Italia-Birmânia, que hoje leva o nome de Giuseppe Malpeli. Giuseppe nos deixou, na véspera da vitória eleitoral de Aung San Suu Kyi em 2015.

Uma longa história de amizade, com os sofrimentos e as alegrias que a acompanharam, nos une a Aung San Suu Kyi e seu povo. Projetos, trocas de experiências e visitas nos envolvem em diferentes áreas, da saúde à cultura, da escola à agricultura e às empresas, ao diálogo entre as religiões. Conosco estão envolvidas instituições e a sociedade civil, e especialmente a região Emilia-Romagna e a Universidade dos Estudos de Parma.

Muito ativa nesses anos a embaixada da Itália em Yangon, antes com o embaixador Giorgio Aliberti e agora com a embaixatriz Alessandra Schiavo, enquanto o governo italiano trabalha nas sedes internacionais e o Parlamento italiano enviou a primeira delegação parlamentar em Myanmar em setembro de 2016, liderada pelo então presidente da Comissão Estrangeira do Senado, Pierferdinando Casini. Relacionamentos antigos unem a Itália e a Birmânia. Hoje, a Itália e Myanmar são dois países amigos. Na ASEAN a Itália tem um relacionamento prioritário com Myanmar.

É apenas o começo. O compartilhamento do destino, que surge da amizade, é algo que tem a ver não apenas com a vida pessoal, mas com a política, com a vida dos povos. Nasce da confiança comum na democracia, o fio que une. E constrói a unidade da humanidade na terra.

Nos últimos anos, meu relacionamento com Myanmar se tornou uma grande parte do meu compromisso com a democracia.

Hoje, da Casa Cervi, o Instituto dedicado à memória da família que com a Resistência mudou a história, sinto que o discurso da liberdade e da democracia é apenas um, aqui e no resto do mundo. Na Europa e em Myanmar.

Aung San Suu Kyi é o Myanmar

Quando a política é história, não apenas crônica, como no caso de Myanmar, a reflexão deveria ser mais meditada e exigente. Ética e responsabilidade são chaves interpretativas ineludíveis.

Aung San Suu Kyi não é uma política do momento, divulgada em uma competição eleitoral. Embora tenha passado várias vezes por um confronto eleitoral, sempre ganhando, democraticamente legitimada.

Aung San Suu Kyi é filha de seu pai, o general Aung San, Bogyoke, o Pai da Pátria, o autor da independência da nação do Império Britânico. Assassinado em Rangoon no Palácio do Secretariado (The Secretariat) aos 32 anos, em 19 de julho de 1947. Então a pequena Aung San Suu Kyi tinha dois anos.

Ela é filha de Daw Khin Kyi, enfermeira do Hospital de Yangon que se casará com o jovem Aung San, mais tarde a primeira mulher Ministra do Welfare, depois embaixadora de seu país na Índia. É em Nova Délhi que estudará a jovem Aung San Suu Kyi.

A unidade do país, toda a Birmânia é o legado do pai e de sua família que Aung San Suu Kyi sempre sentirá sobre si. Ela traçará o perfil do pai em seu livro Livre do medo, que a tornará conhecida no mundo.

Ele receberá de fato essa herança em agosto de 1988, nos dias trágicos da revolta dos estudantes. Ao lado do marido Michael Aris e seus filhos Alexander e Kim ao lado dele, sua nova família com quem morava em Oxford.

Naquele agosto fatal, o povo a chamou, através da voz dos estudantes e professores da Universidade de Yangon. Não era a primeira vez que os alunos imprimiam uma virada na história da Birmânia, mesmo ao preço da vida. Em 26 de agosto de 1988, na Esplanada da Pagoda Shwedagon, diante de meio milhão de pessoas, ela realizou seu primeiro discurso público.

O testemunho do pai passou para a filha.

Depois, haveria um longo e difícil tempo de sofrimento, de solidão, de isolamento, de determinação, de privação dos afetos mais queridos, devido à liberdade de seu povo.

Uma jornada que durou de 1988 a 2010, quase sempre dentro da fronteira demarcada pelas paredes de sua casa em Rangoon, na University Avenue 54, no lago Inya, até a libertação definitiva.

Esse caminho uniu profundamente Aung San Suu Kyi ao seu povo. No compartilhamento da dor que viu o sacrifício de milhares de pessoas, especialmente jovens, presos, torturados, mortos. No compartilhamento de uma esperança inabalável na mudança, à luz da democracia que na escuridão da Birmânia Aung San Suu Kyi mantinha tenazmente acesa.

Quanto trabalho, quantos discursos, quanto silêncio. E quantas armadilhas.

Até as eleições políticas de 8 de novembro de 2015, inevitáveis, quando um povo inteiro caminhou sorrindo pelas ruas das cidades e aldeias para as urnas e mandou ela e seu partido, o NDL, com seu pavão que aponta a estrela na bandeira, a guiar o país. Foi um dia de ressurreição.

Enquanto o exército, o Tatmadaw, continuou a manter uma grande parte do poder político e econômico, de acordo com a Constituição desejada pelos militares em 2008.

É a história da Birmânia que levou Aung San Suu Kyi ao governo de Myanmar, como um imperativo moral, com o selo da dor. Um sacrifício vivido como uma escolha.

É o sofrimento da Birmânia, com o qual Aung San Suu Kyi identificou.

É a escolha que ela fez, em 1988, e renovada em 8 de novembro de 2015, de assumir a responsabilidade política pela orientação de seu povo, no terreno minado do poder que o forjou por décadas, o militar, que fez uma mulher política. Ainda antes da concessão do Prêmio Nobel da Paz, e depois.

Desde que recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em 1991, na escuridão de sua casa e da Birmânia, o mundo esperava que suas declarações e as suas ações sobre liberdade e direitos humanos continuassem. Coerentemente, ela optava por assumir, como sempre havia feito, a responsabilidade pela mudança política possível em seu país, sem posteriores rupturas, sem mais sofrimentos. Sem nunca deixar de confiar no método da não-violência. “A dor é amarga, mas com a lembrança da dor não se constrói o futuro”.

Aung San Suu Kyi sempre manteve firme o objetivo e adaptou a ele as ferramentas para alcançá-lo, com pragmatismo. Nos longos anos da detenção, de sua resistência às forças armadas em nome de seu povo, Aung San Suu Kyi havia usado a única ferramenta que tinha a disposição: seu testemunho pessoal, muitas vezes silencioso, e sua palavra, quando possível. Ela proclamou e viveu “liberdade do medo”, quando o medo aprisionava um país inteiro.

Dizendo para nós também que o medo é a armadilha de toda democracia. E estimulando-nos ao compromisso, uns para com os outros: “Use sua liberdade para promover a nossa”.

Em 1991, foi Vaclav Havel quem favoreceu a concessão do Prêmio Nobel da Paz a Aung San Suu Kyi. Uma clara testemunha do valor da liberdade preservada pela sociedade civil.

Ela voltou a Praga, Aung San Suu Kyi, nos últimos anos. Na tumba de Vaclav Havel. O fio vermelho dos direitos humanos surge de um sofrimento profundo e pessoal.

Só podemos falar sobre o que se paga a caro preço. Às vezes, resta apenas o silêncio, como a única palavra pronunciável.

Aung San Suu Kyi é o Myanmar, nas fibras mais profundas, em suas esperanças mais enraizadas.

Como política, tem a missão de construir a nação hoje.

Seu nome tem significados proféticos, na língua birmanesa. Ele contém o nome do pai (Aung San), da avó (Suu), da mãe (Kyi). E significa: Aung vencedor, San extraordinário, Suu une-união, Kyi límpido, claro.

Os cinco desafios de Aung San Suu Kyi

Os desafios que Aung San Suu Kyi é chamada a enfrentar, e a enfrentar contemporaneamente, são muitos e complexos. Um decide também do outro, tudo está entrelaçado. Eles estão na base da nova história da Birmânia. Aung San é a pedra angular da mudança, porque ela é o desafio ao poder constituído dos últimos cinquenta anos. Ela enfrenta o desafio da história à sua frente:

após a independência, conquistado por seu pai, a democracia, agora confiada às suas mãos.

Os principais entre esses desafios podem ser contados nos dedos de uma mão.

O primeiro desafio: Seu papel político frente ao mundo, a prova do Rakhine

Aung San Suu Kyi está no coração da humanidade. A concessão do Prêmio Nobel, amplamente merecido, fez dela uma inspiração para o mundo. No entanto, ela não escolheu usar essa roupagem, de ficar fechada nessa moldura, de responder às expectativas da opinião pública mundial.

Ele escolheu responder às expectativas de seu país, guiando-o nas escolhas da política, nas condições anômalas e difíceis da política em Myanmar. Só ela poderia fazê-lo e decidiu assumir essa missão. A vida como tarefa, como responsabilidade.

Ela foi além da contemplação do ícone dos direitos humanos, escolheu a ação concreta da política, a serviço de seu país. Mesmo quando isso pode significar se diferenciar da imagem que a queria intangível em seu papel de testemunho.

No entanto, precisamente na escolha de um papel político para a democracia de seu país, Aung San Suu Kyi deu o mais alto testemunho de sua integridade humana e política. A forte identificação de seu destino com o de seu país foi e é um exemplo para o mundo. A fé na democracia como missão, uma vida pela construção da democracia, na transição histórica do Myanmar. Nenhuma ruptura, nenhuma mudança nela entre um antes e um depois.

Isso o povo do Myanmar entendeu muito bem. Para o povo birmanês, Aung San Suu Kyi é a confiança na democracia, na paz, na mudança. Ela é como uma Mãe.

Para eles, ela não depende dos reconhecimentos recebidos, nem de suas entregas, consideradas pelo povo um gesto infantil.

E assim eu acho que seja para ela também. “Os prêmios vêm, os prêmios vão”, disse uma vez Aung San Suu Kyi. Muito maiores são os desafios que ela está enfrentando.

Não sei se a tensão vivida especialmente com alguns países ocidentais nesses últimos tempos, com sua imagem sendo questionada, seja ou não um desafio para ela frente ao mundo; que tem à sua frente uma mulher que, em nome da liberdade, da democracia, dos direitos humanos, está atravessando com seu povo um dos terrenos mais minados da política no mundo contemporâneo, em coabitação com o poder militar, desbravando com dificuldade, mas com determinação e coragem, o caminho da democracia na Ásia.

Enquanto isso, ao lado dela, caem seus companheiros, como o advogado U Ko Ni, seu principal conselheiro constitucional, muçulmano, assassinado no aeroporto de Yangon em 27 de janeiro de 2017. Ela, e os seus, não disseram nada. Somente no trigésimo dia, vivido junto com a família, ela disse: “Foi uma perda enorme”. Na Birmânia, as palavras e os silêncios têm a medida de tragédia e a força do testemunho.

Acompanhá-la e apoiá-la nessa travessia, em vez de se distanciar, deveria ser a opção de um Ocidente de olhar abrangente de longo alcance.

Em continuidade com seu pai, Aung San Suu Kyi abriu o novo caminho da saída do regime militar em direção à democracia, com as ferramentas não violentas da democracia, ou seja, com a política.

Pode mudar o contexto, mas a escolha ética e política permanece a mesma. Após a libertação da prisão domiciliar, nos cinco anos que prepararam sua vitória eleitoral e, nos quatro seguintes como conselheira de Estado, líder de fato do Myanmar, Aung San Suu Kyi continuou a exercer as suas responsabilidades de política no comando de seu país. Nas condições possíveis, como qualquer político.

Eu sempre pensei nessa passagem de Bonhoeffer: “Para quem é responsável a pergunta final não é: como eu me saio heroicamente nesse assunto, mas: qual pode ser a vida da geração futura?”. Somente a partir dessa pergunta historicamente responsável podem nascer soluções fecundas, mesmo

que provisoriamente mortificantes. Resumindo: é muito mais fácil enfrentar uma pergunta mantendo-se no plano dos princípios do que em atitude de responsabilidade concreta.

Assim eu sempre vi Aung San Suu Kyi agir.

Uma escolha, a sua, que normatizou a vida política de seu país, na verdade muito anômala. Não apenas a filha de Aung San, não apenas o Prêmio Nobel de Paz, mas a líder de um movimento político, a Conselheira de Estado que se move em seu país, na Ásia, no mundo, na complexidade da história birmanesa, na complexidade da Ásia e do mundo inteiro.

Ser política, pelo resgate de seu povo: essa é a escolha moral e humana que faz de Aung San Suu Kyi a chave para entender hoje o Myanmar e seus desafios. E para entendê-la, maior que os prêmios que lhe são conferidos.

Diante dos grandes eventos da história, não servem estereótipos. Que só podem alimentar equívocos.

E assim aconteceu, quando a bandeira dos direitos humanos foi usada para cobrir, talvez, o verdadeiro contraste com Aung San Suu Kyi, no terreno de suas escolhas econômicas e políticas, não subordinadas aos interesses internacionais.

É evidente que a centralidade do dinheiro e de seu poder global é estranha à sua visão política. Talvez seja isso que preocupa o Ocidente?

Um olhar mais aberto talvez tivesse investigado mais. A partir do problema do Rakhine, o campo onde o Ocidente pregou, e crucificou, seu ícone.

Poucos sabem, talvez, que, sobre a situação dos muçulmanos do Rakhine Aung San Suu Kyi, pediu explicações aos militares imediatamente após sua libertação, desde 2010, e nos anos seguintes.

E que imediatamente após sua posse no governo, em 1 de abril de 2016, ela constituiu a Comissão de Inquérito sobre o Rakhine que confiando-a Kofi Annan, ex-secretário geral da ONU. Uma escolha que colocou a questão no plano internacional.

Que um ano depois, em 25 de agosto de 2017, Kofi Annan entregou a ela o relatório com as indicações para o governo, que ela acolheu, enquanto os militares tomavam distância.

Que no mesmo dia grupos de terroristas da ARSA (Armas de Salvação de Arakan Rohingya) atacaram as instalações do exército em Rakhine, fazendo vítimas. A reação do exército foi duríssima, e iniciou o êxodo dos muçulmanos do Rakhine em direção ao Bangladesh.

Que o exército tem plenos poderes sobre Interior, sobre a Defesa, sobre as Fronteiras, cujos ministros são nomeados pelo chefe do exército, que o poder político dos militares é sancionado pela Constituição, com 25% dos assentos parlamentares nomeados pelo exército, e assim nas assembleias dos estados regionais.

A armadilha do Rakhine, assim preparada e apresentada, havia sido acionada contra ela também que se recusou a entrar. A mídia ocidental não.

As mídias que não falaram das estratégias geopolíticas, dos interesses econômicos em jogo. E acusaram seu silêncio quando o silêncio caía sobre o difícil e complexo equilíbrio, não apenas político, mas existencial do Myanmar.

Aung San Suu Kyi preparou um plano de intervenções em Rakhine para reconstruir as aldeias, preparar o retorno dos muçulmanos, apoiar o desenvolvimento econômico e social de toda a área, promovendo a integração no respeito das diferentes etnias e religiões, em nome do pluralismo, enquanto o exército sempre favoreceu o nacionalismo religioso.

Aung San Suu Kyi privilegiou o diálogo com o Bangladesh e com os países da área. Ainda a política, na estratégia de Aung San Suu Kyi, enquanto as organizações internacionais se apressavam em retirar os prêmios lhe haviam sido conferidos. Em uma situação cuja narrativa histórica, e a análise política, são desconhecidas para o mundo.

Em Arakan budistas e muçulmanos, eles viviam em paz, depois a pobreza e o desespero, os extremismos e as expressões de violência abriram uma nova fase.

Massimo Morello, um dos raros jornalistas ocidentais que foram ao local, interessados em entender, escreve: “Em Rakhine, se materializa, tragicamente, o tribalismo como uma nova categoria geopolítica. Esse estado, o menos desenvolvido do Myanmar, com uma taxa de pobreza de 78%, desde 2012 tem

sido o centro de atenção e condenação ocidental exatamente pelos eventos dos Rohingya, encurralados em um ciclo perene de perseguição e fuga”.

O destino dos muçulmanos daquele território nos preocupa realmente? O Ocidente se preocupa realmente com o destino da paz e da democracia em Myanmar? Ou tudo pode ser sacrificado com muito cuidado? Ou tudo pode ser sacrificado às exigências dos equilíbrios econômicos e internacionais do momento?

Sobre uma escolha de Aung San Suu Kyi de agir com um papel político pleno, estão se consumando o mal-entendido, a distração ou a incompreensão que privam o Ocidente da extraordinária oportunidade de estar em diálogo com aquela área, de ser uma parte ativa e positiva no caminho de transição do Myanmar liderado por Aung San Suu Kyi.

Aung San Suu Kyi teve que enfrentar também esse desafio, aquele sobre a própria natureza de sua missão. Uma missão quase impossível.

Sozinha, enfrentando a incompreensão de muitos.

Este desafio ainda está aberto. Depende de nós também abrir com ela e com o Myanmar um novo capítulo. É um desafio também para o Ocidente: sair da ambiguidade, dizer a verdade sobre si mesmo, sobre os próprios interesses econômicos e geopolíticos, viver a fidelidade às próprias raízes democráticas, culturais e espirituais de maneira concreta.

Encontrar hoje os desafios de Myanmar significa encontrar nossos próprios desafios: sobre democracia, sobre o desenvolvimento sustentável, sobre as migrações, sobre o pluralismo religioso e étnico. Sobre a política, como a principal maneira de resolver os grandes problemas atuais. Sobre a própria natureza do poder. George Orwell, o célebre autor de *A fazenda dos Animais* e *1984*, escreveu também *Dias na Birmânia*, com base em sua experiência na Polícia Imperial Indiana na Birmânia na década de 1920. Uma trilogia, dizem na Birmânia.

Uma sátira fustigante sobre o poder e as injustiças sociais. Emma Lankin foi depois nas pegadas de George Orwell na Birmânia, em busca da herança de um país dominado pelo aparato de controle da ditadura militar e pela resistência silenciosa e não-violenta. *Dias na Birmânia* é vendido pelas crianças na rua, aos pés dos pagodes de Bagan, juntamente com seus desenhos.

O poder em Myanmar: um espelho para o mundo.

Também no Rakhine, o mundo ocidental e o mundo islâmico se posicionam para o grande desafio com a China. Que chega, com seus gasodutos e oleodutos, ao sul do Rakhine, no porto de Kyaukphyu, com uma nova estratégia geopolítica e comercial.

Retorna, poderoso e inevitável, o desafio que Aung San Suu Kyi indicou desde os anos de sua vida em prisão: a liberdade do medo. Sobre isso, o Ocidente precisa trabalhar muito ainda.

O segundo desafio: A reconciliação e a paz, o diálogo entre as etnias e as religiões

Entre os primeiros gestos de seu governo, houve a convocação, em maio de 2016, da 2ª Conferência de Paz de Panglong do século XXI. Após a primeira, em março de 1947, quando seu pai Aung San convocou e uniu todos os grupos étnicos da Birmânia no objetivo comum de independência da Grã-Bretanha.

Uma conferência para iniciar e concluir o processo de paz, a partir do cessar-fogo, até a reconciliação nacional. Em um país composto por 135 grupos étnicos reconhecidos, alguns dos quais organizados em grupos armados, em conflito com o exército, especialmente nas fronteiras.

A conferência, ainda em andamento, com momentos de negociações e de impasses, começa a dar frutos.

Aung San Suu Kyi diz que, sem a reconciliação e a paz, não há nem uma perspectiva para o desenvolvimento econômico. Tudo se mantém: mesmo a construção de um estado federal da União do Myanmar, que respeite as autonomias, faz parte da construção do caminho da paz.

A Conferência de Panglong está envolvendo milhares de pessoas, com negociações com cerca de vinte organizações étnicas armadas. Está em jogo o maior tema político, o principal desafio do Myanmar: como construir a unidade das diversidades. Diversidades de história, linguagem, costumes,

interesses que a história definiu de maneiras tão diferentes. A República do Myanmar se chama República da União do Myanmar. No nome, já está o caráter. Ali está a identidade nacional.

Democracia como espaço da unidade e do exercício da diversidade: esse é o desafio de hoje, pois tudo deve ser construído, a partir do cessar-fogo.

E, no entanto, nas ruas de Yangon, de Mandalay, ou nas aldeias rurais que compõem a Birmânia, o sorriso é apenas um, e as cores da terra, das flores, dos alimentos, das histórias, são a luz deste país.

Que precisa de grandes mudanças, mas a primeira é exatamente marcada pela reconciliação e pela paz.

Diferentes religiões coexistiram há séculos na Birmânia. Em um bairro de Yangon, vi o templo hindu, a pagoda budista, a mesquita islâmica, a sinagoga judaica, a Igreja Cristã, até a Igreja Armênia, muito querida para mim.

As reuniões do diálogo entre as religiões se multiplicam. A maioria é budista, mas estão presentes cristãos de várias confissões, muçulmanos, bahà'i, hindus. Foram realizados dois fóruns de Religiões pela Paz em Naypyidaw com a intervenção de Aung San Suu Kyi, um terceiro está programado em novembro.

O país cresce todo juntos, também com o impulso da sociedade civil e dos jovens, a quem pertencerá o futuro pacífico da Birmânia.

Mas não faltam as insídias. Nos últimos anos, surgiu um movimento nacionalista budista em Myanmar, o MA BA TA, liderado pelo monge Ashin Wirathu, apoiado pelos militares, que prega o ódio contra os muçulmanos. Hoje, Wirathu, fugitivo, é perseguido por um mandato do governo. Outra passagem do confronto de Aung San Suu Kyi com os militares.

“Paciência e comprometimento”, diz Aung San Suu Kyi. Ela sabe como é complexo construir uma nação e como sejam necessários “tempo e perseverança”.

A reconciliação nacional nasce também da reconciliação entre as pessoas.

É desses dias o gesto de Aung San Suu Kyi que se tornou simbólico para todo o país.

Por ocasião da morte do Brigadeiro General Thein Naing, genro da oitava filha de Than Shwe, por longo tempo chefe militar do Myanmar, Aung

San Suu Kyi enviou uma carta manuscrita de condolências sinceras para Than Shwe, responsável por sua prisão. “Rezo pela paz de quem partiu, por você e sua família”. A resposta postada no Facebook foi: “Muito obrigada”.

Vida e política estão assim entrelaçadas em Myanmar. Somente palavras autênticas, como os silêncios, podem representá-las.

O terceiro desafio: a transição para a democracia, a mudança da Constituição, as eleições políticas de 2020

Quando a encontrei pela primeira vez, em 2013, Aung San Suu Kyi pronunciou várias vezes uma palavra-chave na conversa: *change*, mudança.

Se referia principalmente à mudança da Constituição.

Lançada pelos militares em 2008, ela recolhe, em um volume pesado como um código, todas as normas que atribuem poder político aos militares e impedem que ela, líder da NLD, exerça o papel que o eleitorado estaria pronto a lhe atribuir. Como se sabe, sua condição familiar, de casada com um estrangeiro, que morreu em 1999, e de mãe de filhos anglo-saxões, não permite que ela assuma, de acordo com a Constituição em vigor, a mais alta responsabilidade institucional.

A Constituição é a estrutura de apoio de um país, a que ainda está em vigor no Myanmar não é democrática.

“É uma das mais rígidas do mundo”, disse Aung San Suu Kyi recentemente.

A mudança da Constituição significa atribuir ao Exército um papel de serviço ao país, não político; construir a estrutura federal do Estado; reconhecer todas as liberdades; descrever um estado de direito; lutar contra a corrupção.

Uma tarefa decisiva, para um país recém-saído da ditadura e, antes, do colonialismo britânico. O chamamento ao Estado de Direito é contínuo em Aung San Suu Kyi.

Recentemente, no aniversário da morte de U Ko Ni, Aung San Suu Kyi anunciou que seria criada no Parlamento uma comissão para o exame das emendas para a mudança da Constituição. Os militares parlamentares

reagiram, mas no final os trabalhos começaram. Talvez alguma pequena mudança esteja nascendo. Aung San Suu Kyi está semeando, a colheita virá.

No governo do país, em todos os níveis e no Parlamento, em todo o país está aberto o problema da formação de uma nova classe dirigente. Com as eleições de 2015, Aung San Suu Kyi levou para o Parlamento os candidatos do NLD que, pela primeira vez, enfrentaram os desafios dentro das instituições. Muitos deles estiveram na prisão por muito tempo, poucos deles haviam estado no exterior.

As eleições políticas de 2020 marcarão outra passagem na história política do Myanmar. Outro estágio, na consolidação da dialética democrática entre as diferentes forças políticas, no crescimento da sociedade civil e de suas organizações, na passagem geracional. A Sociedade da Birmânia está mudando nos últimos anos, a próxima nomeação eleitoral verá o povo ainda mais consciente de seu papel nas escolhas para o seu próprio futuro.

A cena política também está em evolução. Novos partidos estão se constituindo, como é natural em uma democracia nascente. Alguns apoiados pelos militares. O NLD enfrenta uma nova fase, com o objetivo de vencer as eleições mais uma vez. Um novo governo, com a liderança do NLD, está nas expectativas de todos que esperam uma evolução positiva e pacífica da política em Myanmar nesta fase. A Conselheira de Estado Aung San Suu Kyi e o presidente da República U Win Myint, do NLD, serão candidatos para as próximas eleições políticas.

O que é certo é que ninguém quer dar um passo atrás. A cura da nação, com o diálogo, com a unidade, com a paz, acabou de começar. As eleições políticas de 2020 são o verdadeiro, próximo desafio para Aung San Suu Kyi e o Myanmar.

No centro da vida política de Myanmar, hoje como ontem, há o relacionamento entre Aung San Suu Kyi e os militares. Sempre foi o nó. E esse é o terreno em que essa fase de transição está realizando, que é o caminho pacífico para a saída definitiva da Birmânia da tutela militar.

A palavra transição define o que começou, mas ainda não foi realizado. Cinquenta anos após um severo regime militar, deixou-se a margem do antigo regime, e se está em plena navegação em direção à outra margem, a democracia.

Essa navegação é responsabilidade de todos, até dos militares. Ocorre sob a orientação de Aung San Suu Kyi, que escolheu não-violência, o diálogo, o compromisso, pouco a pouco, para permitir a mudança possível.

Um confronto perene, no fundo mais uma resistência. É a democracia, não apenas como um fim, mas também como método.

Uma partida difícil, essa de Aung San Suu Kyi com os militares. Mas como não era prisioneira de seu esquema quando estava presa, agora é ela a construir essa fase, e ser o ponto de referência de todos, inclusive os militares. É ela o eixo em torno do qual gira a transição, ela segura o leme. Embora muitas alavancas de poder continuem nas mãos de outros.

O quarto desafio: a economia, crescimento, saída da pobreza

Quando pôde, Aung San Suu Kyi viajou pelo país, faz isso frequentemente até hoje. Ela conhece seu povo, as suas necessidades, o seu sonho: a água, as estradas, a eletricidade, a educação, a saúde. “Esses sonhos são básicos, quanto são modestos. Talvez eles sejam simples demais para poder atrair os interesses do mundo, mas são de uma importância monstruosa para eles, para nós”.

O sonho deles é o sonho dela. Nasce assim a política econômica de um governo que, nos últimos anos, melhorou a situação das estradas, dos transportes, do uso da eletricidade, as condições sociais.

Mas ainda há muito a ser feito, mesmo na atração de investimentos do exterior. Myanmar está na Ásia, com uma longa fronteira com a China. Aung San Suu Kyi colocou lá seu país, em sua área natural, intensificando as relações, além da China, com os países da ASEAN, com Japão, a Índia, a Austrália, a Coreia do Sul, todos presentes em Myanmar, também com grandes investimentos.

O parceiro natural é a China, também com a recente iniciativa Belt and Road, da qual Myanmar está participando.

Lembro-me de um discurso de alguns anos atrás por Aung San Suu Kyi, de volta da primeira viagem à China: “o nosso desenvolvimento não será como o de outros países vizinhos, será orientado para o bem do povo”. É uma

mensagem clara: meio-ambiente, sustentabilidade e previdência social são bens prioritários. O jogo está aberto, aos investidores estrangeiros diz: não venhama apenas fazer negócios.

A grande reforma da agricultura, que afeta 75% da população, o turismo, a indústria, as minas, são capítulos fundamentais da economia do país, a serem reiniciados após a imobilidade das últimas décadas, no empobrecimento geral.

A previsão de crescimento é hoje em 6%, em um país que é duas vezes e meia o tamanho da Itália, com 55 milhões de habitantes. Com 32,2% abaixo da linha da pobreza, com de expectativa de vida de 69 anos para as mulheres e 64 para os homens. Se se observar, as mulheres são muito ativas no país.

A mudança da administração pública é crucial, uma ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico. Uma comissão foi criada, presidida por Aung San Suu Kyi, para a criação em Myanmar de um banco de dados, ainda inexistente.

Existem muitos problemas em aberto, como o projeto da barragem de Myitstone que a China gostaria de realizar, a seu favor. Em uma mensagem vibrante, o Cardeal Charles Bo de Yangon defendeu o Madre Irrawaddy, o rio que atravessa o país dando-lhe vida.

Outro desafio difícil para Aung San Suu Kyi, chamada para outra mediação necessária.

Birmânia está correndo. É possível que se saltem alguns estágios de crescimento. O progresso das novas tecnologias está passando por todas as áreas e todas as classes sociais, os jovens são o grande motor do futuro. Eles são 45% da população. Escola, universidade, pesquisa, treinamento técnico e saúde são fundamentais hoje para o povo birmanês. O conhecimento é o primeiro objetivo, juntamente com o bem-estar, e a promoção da vida dos jovens, ameaçados pelas drogas.

Desafio econômico, desafio social, desafio da convivência civil, desafio democrático: são uma coisa só para o Myanmar hoje e para Aung San Suu Kyi. Uma montanha de problemas, mas é a esperança de uma nação que move todas essas coisas e as sustenta. É o sonho de Aung San Suu Kyi, mais forte do que qualquer dificuldade, de qualquer perda, de qualquer sofrimento.

O quinto desafio: Myanmar, entre Ásia e Europa, para um novo diálogo com o oeste

No comando de Myanmar, hoje, há uma mulher. Como às vezes acontece na Ásia e cada vez mais no resto do mundo. Há uma mulher birmanesa, que pertence ao seu país, à sua história, à sua alma de uma maneira tão singular.

Há uma mulher criada na Índia, que estudou em Oxford, que trabalhou na ONU em Nova York, que estudou no Japão, que viveu no Nepal. Durante anos afastada, privada de liberdade e depois devolvida ao mundo. Uma combatente.

Para onde levará o Myanmar? Este país entre a China e a Índia, um dos maiores da ASEAN, tão perto da China, com laços estáveis com o Japão, Austrália, Rússia? Com laços culturais tão profundos com a Europa e a Itália, desde sempre intensos com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos? Quem dialogará com Aung San Suu Kyi, no Ocidente, com sinceridade e abertura?

Eu vivi lá os dias da visita do Papa Francisco, em novembro de 2017. Um diálogo espiritual intensíssimo, uma jornada que passa pelas regiões do mundo com a força da espiritualidade, da não-violência, do pluralismo e do diálogo entre as etnias e as religiões, da pacificação e da reconciliação nacional.

Esse é hoje o baluarte da defesa contra a violência, os interesses militares e econômicos, os fundamentalismos religiosos. Essa é hoje a fronteira de Aung San Suu Kyi, como sempre na solidão.

Há pessoas que indicam no mundo novas perspectivas. Com grande força interior e com lucidez, como o Papa Francisco. Não por acaso na mira dos poderosos.

E como Aung San Suu Kyi que hoje, como ontem, enfrenta enormes desafios com a mesma coerência e com a mesma coragem.

Um novo diálogo com a Europa e com o Ocidente seria muito útil para o Myanmar, tanto no campo da economia quanto no lado da política e da democracia. Muito além do perímetro do Prêmio Nobel de Direitos Humanos

concedidos à líder que hoje está guiando Myanmar. Os assuntos institucionais e privados estão presentes no diálogo com o Myanmar, a União Europeia tem sua embaixada em Yangon.

Mas são necessárias a política, a diplomacia dos Estados e a das organizações internacionais, e a diplomacia civil de associações, universidades, cidadãos.

No novo tempo do Myanmar, a cultura, o direito, a ciência, a democracia, a espiritualidade que se movem na Europa não podem estar ausentes.

E aqui não podemos perder a beleza da Birmânia, a sua espiritualidade, a sua humanidade. A Birmânia é uma nação complexa, a Europa conhece a complexidade, temos muito a aprender uns com os outros. O novo tempo da Birmânia, o novo tempo da Ásia, são também o novo tempo de uma Europa vigilante e unida, força gentil de que o mundo tem saudades.

O que a Europa levará à Ásia, o que a Ásia levará à Europa?

A jornada com Myanmar nos permite entrar neste futuro. Entrar no século da Ásia.

Uma política espiritual

Recentemente, o “The Economist Times” escreveu sobre Aung San Suu Kyi: “Vocês podem criticá-la porque agora está na moda fazê-lo, mas a verdade é que Suu Kyi é uma política espiritual, uma raça tão rara que não sabemos mais reconhecê-la”.

Sim, o Ocidente tem dificuldade em reconhecê-la.

No entanto, parece-me que seja essa a dimensão mais forte de seu papel como política: a espiritualidade.

Aung San Suu Kyi tem uma profunda experiência espiritual. Com sua cultura budista, com suas raízes que se ramificam na família, até o avô cristão que toda manhã desde pequena fazia com que lesse uma página da Bíblia. Seu pai, Aung San, teve quando jovem como mestre do budismo um italiano, Salvatore Cioffi, chamado Lokanatha. Tinha um irmão jesuíta.

Eu sempre pensei que a autoridade moral de Aung San Suu Kyi vem de sua profunda liberdade interior, alimentada por sua espiritualidade, pela consciência sustentada pela meditação diária. São conhecidos sua reflexão sobre Gandhi, sua ligação com a Revolução de veludo, de Vaclav Havel, com Nelson Mandela e com Desmond Tutu.

A política como revolução espiritual é o título, muito apropriado que o Magnífico Reitor da Universidade de Bolonha, Ivano Dionigi, escolheu para a publicação da lectio magistralis de Aung San Suu Kyi em sua universidade, em 30 de outubro de 2013.

Eu sempre pensei que a autoridade política que ela expressa surja da autoridade daqueles que sofrem, como diz o teólogo Johann Baptist Metz. Uma autoridade moral que funda o mesmo discurso da política e da democracia.

Sem o respeito por essa autoridade moral do sofrimento, a democracia se torna frágil e declina.

É por isso que o Myanmar e Aung San Suu Kyi são hoje um sinal de contradição. Eles indicam ao mundo o problema da verdade, enquanto o mundo usa mais facilmente a mentira, também na informação.

A questão do silêncio de Aung San Suu Kyi sobre o caso do Rakhine, tão agitado pela mídia, está toda aqui: quando a palavra pode falar do sofrimento? E como? Qual é a linguagem da política que enfrenta o sofrimento? Às vezes, o silêncio é a palavra mais eloquente de um discurso responsável.

Uma política pragmática como Aung San Suu Kyi, sempre concreta, atenta a cada momento, deve ter uma grande propriedade moral e espiritual que sustente sua jornada e sua vida. Deve ter uma grande propriedade espiritual dentro de si quem não sucumbe a árduas provas, quem continua a olhar para o futuro, com uma visão de longo prazo. Sabe que os outros virão depois dela, outros colherão os frutos de sua semeadura.

Enquanto isso, sua vida, aqui e agora, é o maior presente que pode fazer à sua gente e ao mundo.

Bonhoeffer diz: “Pode ser que amanhã desponte a aurora do último dia; somente então, e não antes, pararemos com prazer de trabalhar para um futuro melhor”. O amanhecer do último dia pode ser projetado amanhã; Só então, não antes, vamos parar de trabalhar para um futuro melhor”.

Assim eu vejo Aung San Suu Kyi, sempre trabalhando, em seu silêncio interior. Com a sua bondade, com a sua ironia, com a sua espontaneidade, com o seu olhar direto e intenso que nada perde do que lhe é confiado.

Assim eu vejo o futuro da Europa, em diálogo com ela. Atenta às razões espirituais que mudam a história e a política, não menos do que as econômicas e militares.

“É melhor perder a reputação do que a caridade”, assim disse Caterina da Siena, uma mulher política espiritual de 1300.

A profecia, entre o Ocidente e o Oriente, continua. Especialmente a profecia feminina.

Bibliografia italiana

1. Aung San Suu Kyi, *Libera dalla paura*, Sperling & Kupfer Editori, 1996;
2. Aung San Suu Kyi, *La mia Birmania*, TEA, 2012;
3. Aung San Suu Kyi, *Lettere dalla mia Birmania*, Sperling & Kupfer Editori, 2007;
4. Cecilia Brighi, *Le sfide di Aung San Suu Kyi per la nuova Birmania*, Eurilink, 2016;
5. Win Tin e Sophie Malibeaux, *Una vita da dissidente*, Obarrao Edizioni, 2011;
6. Thant Myint-U, *Myanmar. Dove la Cina incontra l'India*, add editore, 2015;
7. Massimo Morello, *Nella Siria d'Asia. Reportage dal misterioso Rakhi-ne*, in «Il Foglio», 10 febbraio 2019;
8. Francesco Montessoro, *Di Padre in Figlia. Leadership femminili in Asia*, in «Rivista di Politica», 03/2015, Rubbettino Editore;
9. George Orwell, *Giorni in Birmania*, Oscar Mondadori, 2006;
10. Emma Larkin, *Sulle tracce di George Orwell in Birmania*, add editore, 2005;
11. Andrea Castronovo, *La primavera birmana: analisi della transizione politica in Myanmar*, Tesi di Laurea all'Università degli Studi di Pavia, Corso di Laurea in Scienze Politiche e delle Relazioni Internazionali, anno accademico 2015-2016;
12. Luciano Larivera S.I., *L'alba democratica del Myanmar*, in «La Civiltà Católica», n. 3900, 15 dicembre 2012, pag. 619;
13. Benoît Vermander S.I., *La nascita di una teologia pan-asiatica*, in «La Civiltà Católica», n. 4010, 15 luglio - 5-19 agosto 2017, pag. 114;
14. Antonio Spadaro S.I., *Diplomazia e profezia. Papa Francesco in Myanmar e in Bangladesh*, in «La Civiltà Católica», n. 4020, pag. 575;
15. Hillary Rodham Clinton, *Birmania: la signora e i generali*, in *Scelte difficili*, Sperling & Kupfer Editori, 2014, pag. 131-163;
16. Wah Wah Htay, Wai Nu Kyi, Giordano Merlicco, *Mappa etnogastronomica del Myanmar*, in Motta, *Food and Culture: History, society communication*, Nuova Cultura, Roma, 2017, vol. II, pp. 273-87;
17. Albertina Soliani, *Tutto si muove, tutto si tiene. Vita e politica. Qua-si un bilancio per la generazione che viene*, Ed. Diabasis, 2013 (1a ed.)



Albertina Soliani

É presidente do Instituto Alcide Cervi na Itália, pela memória da Resistência. Foi membro do Parlamento pelo Ulivo e pelo Partido Democrata, no Senado da República, de 2001 a 2013.

Foi membro das Comissões Parlamentares de Cultura e Educação, Saúde, Indústria, Meio ambiente, Agricultura e Políticas da União Europeia.

Foi membro da Comissão de Inquérito sobre o Serviço Nacional de Saúde e a Comissão Parlamentar de Infância.

Foi membro da Assembleia do Conselho da Europa.

De 2008 a 2013, foi presidente da Associação Parlamentar de Amici Della Birmânia.

Foi Subsecretária de Educação Pública no 1º governo Prodi de 1996 a 1998.

Formada em Pedagogia pela Universidade Católica do Sagrado Coração de Milão, foi professora e diretora pedagógica.

Promoveu atividades sociais e associativas no campo da educação, dos direitos do paciente e do diálogo inter-religioso. Ela é Embaixadora da Paz da Federação para a Paz Universal (UPF) e promotora da União Parlamentar para a Paz da UPF.

Participou de movimentos de mulheres, em 1995 fez parte da delegação italiana à IV Conferência Mundial das Mulheres organizada pela ONU em Pequim.

Mora em Parma.

Publicações Editora Rede UNIDA

Série:

Rádio-Livros em Defesa do SUS e das Saúdes
Ética em pesquisa
Participação Social e Políticas Públicas
Pensamento Negro Descolonial
Mediações Tecnológicas em Educação e Saúde
Educação Popular & Saúde
Saúde Mental Coletiva
Atenção Básica e Educação na Saúde
Interloquções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde
Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde
Saúde & Amazônia
Saúde Coletiva e Cooperação Internacional
Vivências em Educação na Saúde
Clássicos da Saúde Coletiva
Cadernos da Saúde Coletiva
Saúde, Ambiente e Interdisciplinaridade
Conhecimento em movimento
Arte Popular, Cultura e Poesia
Economia da Saúde e Desenvolvimento Econômico
Branco Vivo
Saúde em imagens
Outros

Periódicos:

Revista Saúde em Redes
Revista Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia



FAÇA SUA DOAÇÃO E COLABORE

www.redeunida.org.br



ISBN 978-65-5462-143-4



9 786554 621434